



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS
PORTUGUÊS/ESPAANHOL DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:
REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

SÃO CARLOS
2022



Universidade Federal de São Carlos

Izabel dos Santos Caliri

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS
PORTUGUÊS/ESPAÑHOL DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO: REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

IZABEL DOS SANTOS CALIRI

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos, para
a obtenção do Título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Yokota

São Carlos - São Paulo - Brasil

2022

Caliri, Izabel dos Santos

**Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em
Letras Português/Espanhol de Universidades Públicas do
estado de São Paulo: reflexões sobre variação linguística
/ Izabel dos Santos Caliri -- 2022.
195f.**

**Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Rosa Yokota
Banca Examinadora: Caroline Camielli Biazolli, Luciana
Maria Almeida de Freitas
Bibliografia**

**1. Variação Linguística. 2. Projeto Pedagógico de Curso.
3. Espanhol. I. Caliri, Izabel dos Santos. II. Título.**

**Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)**

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Izabel dos Santos Caliri, realizada em 28/09/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Rosa Yokota (UFSCar)

Profa. Dra. Caroline Carnielli Biazolli (UFSCar)

Profa. Dra. Luciana Maria Almeida de Freitas (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Dedico esta dissertação:

Ao Mauricio Junior e ao meu filho Rafael.

Esta conquista é nossa!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela fé.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Rosa Yokota pela atenção, dedicação e amizade no decorrer de todos esses anos. Rosa, eu tenho muito orgulho de ser sua orientanda. Você é uma pessoa ímpar.

Às Professoras Doutoras Caroline Camielli Biazolli e Luciana Maria Almeida de Freitas, por comporem a banca de defesa, pelas valiosas contribuições na avaliação da qualificação deste trabalho e pelas reflexões pertinentes para a finalização desta pesquisa.

Ao Mauricio pelo suporte e por ter sempre acreditado em mim.

Nada é para sempre. Nem a
felicidade nem a tristeza, então
segure-se, permita-se sentir tudo que
você precisa para sentir, as coisas
mudam.

(Camila Cabello)

RESUMO

Esta dissertação é uma pesquisa sobre como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Letras abordam a variação linguística. É um estudo descritivo, de paradigma qualitativo e de natureza documental. O *corpus* da pesquisa está formado por sete PPCs de Cursos de Licenciatura em Letras Português-Espanhol de cinco Instituições de Ensino Superior públicas do estado de São Paulo. Estes documentos estavam em vigor no ano de 2020. O objetivo foi refletir sobre o lugar dos estudos sobre a variação linguística nos PPCs, focalizando a formação do licenciando em língua espanhola, porém considerando as disciplinas que fazem parte da sua grade curricular e não somente aquelas dedicadas ao ensino da língua espanhola. A base teórica para abordar o tema foi a Sociolinguística Educacional, segundo Bagno (1999, 2007), Faraco (2008, 2021), Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012) e Görski e Freitag (2013). Além disso, considerou-se a legislação que serviu de base para a elaboração dos respectivos PPCs. Para a análise, foram estabelecidas três categorias: 1) Comissão Elaboradora, 2) Disciplinas e sua Distribuição e 3) Legislação de Referência. A hipótese inicial era a de que os PPCs revelariam que a crença na língua homogênea e na importância de uma variedade do espanhol, o espanhol falado na Espanha, estaria presente nos documentos. Entretanto, esta hipótese não se concretizou uma vez que somente em uma ementa de disciplina há a menção ao ‘espanhol padrão’ e todos os PPCs apresentam disciplinas que abordam, de alguma forma, a variação linguística de forma teórica e/ou prática. Destaca-se que, nos PPCs de instituições cujos cursos são mais recentes, a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática pedagógica está evidenciada, ao passo que, os PPCs de cursos estabelecidos há mais tempo, embora tenham sofrido reformulações, tal articulação não está explicitada e destaca-se o caráter mais teórico das disciplinas, com menos evidências de análises voltadas à realidade escolar. Apesar da importância da disciplina Sociolinguística para os Cursos de Licenciatura em Letras, somente em três cursos, a mesma é contemplada como obrigatória e em outros consta como optativa. Os PPCs, embora em vigor em 2020, estão baseados em resoluções legais diferentes, o que demonstra que os cursos não têm feito suas atualizações curriculares continuamente e, portanto, supõe-se que a reformulação exigida pela nova legislação ainda passe por debates internos e externos antes de ser implementada.

Palavras-chave: Licenciatura; Letras; Variação Linguística; Projeto Pedagógico de Curso; Espanhol

RESUMEN

Esta tesis de maestría es una investigación sobre cómo los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de Letras abordan la variación lingüística. Es un estudio descriptivo, de paradigma cualitativo y de naturaleza documental. El corpus de la investigación está formado por siete PPCs de Cursos de Licenciatura en Letras Portugués-Español de cinco Instituciones de Educación Superior públicas del estado de São Paulo. Estos documentos estaban vigentes en 2020. El objetivo era reflexionar sobre el lugar de los estudios sobre la variación lingüística en los PPCs, centrándose en la formación del licenciando en lengua española, pero considerando las asignaturas que hacen parte de su plan de estudio y no solo las dedicadas a la enseñanza de lengua española. La base teórica para abordar el tema fue la Sociolingüística Educacional, según Bagno (1999, 2007), Faraco (2008, 2021), Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012), Görski y Freitag (2013). Además, se consideró la legislación que sirvió de base para la elaboración de los respectivos PPCs. Para el análisis, se establecieron tres categorías: 1) Comité Redactor, 2) Asignaturas y su Distribución y 3) Legislación de Referencia. La hipótesis inicial era que los PPCs revelarían que la creencia en la lengua homogénea y en la importancia de una variedad del español, el español hablado en España, estaría presente en los documentos. Sin embargo, esta hipótesis no se materializó ya que sólo en un plan de estudio menciona el ‘español estándar’ y todos los PPCs presentan asignaturas que abordan, de alguna manera, la variación lingüística de manera teórica y/o práctica. Cabe destacar que en los PPCs de instituciones cuyos cursos son más recientes se evidencia la articulación entre los contenidos teóricos y la práctica pedagógica, mientras que en los PPCs de cursos establecidos tienen más tiempo, aunque han sufrido reformulaciones, tal articulación no se hace explícita y destaca el carácter más teórico de las asignaturas, con menor evidencia de análisis centrados en la realidad escolar. A pesar de la importancia de la asignatura Sociolingüística para los Cursos de Licenciatura en Letras, esa asignatura no está contemplada como obligatoria en todos los PPCs analizados, de hecho, solo en tres de ellos y en otros aparece como optativa. Los PPCs, aunque vigentes en 2020, se basan en distintas resoluciones legales, lo que demuestra que los cursos no han realizado sus actualizaciones curriculares de manera continua y, por lo tanto, se supone que la reformulación exigida por la nueva legislación todavía está en debates internos y externos antes de ser implementada.

Palabras-clave: Licenciatura; Letras; Variación Lingüística; Proyectos Pedagógicos de Curso; Español

ABSTRACT

This master's degree dissertation is on how some undergraduate programs/courses, related to a Bachelor of Arts degree, approach the linguistic variation subject. It is a descriptive study of qualitative paradigm and of documental nature. The *corpus* of this research is formed by seven undergraduate programs of Bachelor of Arts, with major in Spanish, from five public universities in the state of São Paulo. These documents were in force during the year of 2020. The main objective was to investigate how the subject of linguistic variations are dealt with in these programs, focusing on the quality of the bachelor of arts degree, with a major in Spanish, however also taking into account the disciplines which compose the program as a whole and not only those dedicated to the teaching of the Spanish language. The theoretical background to approach the theme was the Educational Social Linguistics, according to Bagno 1999, 2007), Faraco (2008, 2021), Lodoño, Cisnero Estupiñán and Idárraga (2012), Görski and Freitag (2013). In addition, the legislation, on which the programs were written, were considered in this study. To analyze the programs, three categories were established: 1) Authorial committee, 2) Disciplines and their arrangement and 3) Legislation and references. The initial hypothesis was that the programs would reveal the belief on the homogeneous language and on the importance of a specific variation of the Spanish language, the spoken Spanish in Spain, would be present in these documents. However, this hypothesis was not confirmed since in only one discipline description there is a mention of a "standard/reference Spanish", and all the other programs show disciplines, which approach, somehow, the linguistic variation in a theoretical or practical way. It is emphasized the in the undergraduate programs from universities whose courses are newer, the link between the theoretical contents and the pedagogical experiments is emphasized, whereas in older undergraduate programs, even though may have been undergone through revision, such link is not explicit and the theoretical bias in the disciplines can be seen with lesser evidences of analyses concerning the academic reality. Despite the importance of the Sociolinguistics discipline for the majors in Spanish, this discipline is not mandatory for the analyzed undergraduate programs/courses. Only in three of the seven programs, this requirement is met, while in some of the other programs this discipline is optional. The programs, although in force in 2020, are based on different legislations, which demonstrates that the related courses have not reviewed their contents continuously and, therefore, it can be assumed that the reformulation demanded by the legislation in force is still going through internal and external debates before implementation.

Keywords: Bachelor of Arts; Linguistic Variation; Undergraduate Program/Course; Spanish

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Variação Linguística – Uso da língua _____	54
Quadro 2. Variação linguística. Diálogo entre textos: um exercício de leitura _____	54
Quadro 3. Variação linguística. Ensino de gramática: algumas reflexões _____	55
Quadro 4. Eixos Organizadores: Análise dos fatores de variabilidade das (e nas) práticas de língua(gem) _____	60
Quadro 5. Competências Gerais Docentes - BNC- Formação _____	85
Quadro 6. Dimensão do Conhecimento Profissional _____	86
Quadro 7. Dimensão da Prática Profissional _____	87
Quadro 8. Denominações para o processo de investigação documental _____	92
Quadro 9. Identificação dos PPCs _____	98
Quadro 10. Identificação do PPC-IFSP- Avaré _____	108
Quadro 11. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (IFSP- Avaré). _____	116
Quadro 12. Identificação do PPC-FCL- UNESP _____	128
Quadro 13. Identificação do PPC-FCLAR- UNESP _____	134
Quadro 14. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (FCLAR- UNESP). _____	140
Quadro 15. Identificação do PPC-IBILCE- UNESP _____	145
Quadro 16. Identificação do PPC-UFSCar _____	153
Quadro 17. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (UFSCar). _____	156
Quadro 18. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (UFSCar). _____	158
Quadro 19. Identificação do PPC-UNIFESP _____	165
Quadro 20. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (UNIFESP). _____	170
Quadro 21. Identificação do PPC-FFLCH- USP _____	176
Quadro 22. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (FFLCH- USP). _____	182
Quadro 23. Síntese Comissão Elaboradora _____	187
Quadro 24. Síntese Disciplinas e sua Distribuição _____	188
Quadro 25. Síntese Legislação de Referência _____	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação das Resoluções vigentes pelas Instituições em relação à BNC-Formação	83
Tabela 2. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FFLCH - USP	100
Tabela 3. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FCL - UNESP	100
Tabela 4. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para o IBILCE - UNESP	101
<hr/>	
Tabela 5. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a UFSCar	102
Tabela 6. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FCLAR - UNESP	102
<hr/>	
Tabela 7. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a UNIFESP	103
Tabela 8. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para o IFSP - Avaré	104
Tabela 9. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (IFSP- Avaré).	114
Tabela 10. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (FCLAR- UNESP).	138
Tabela 11. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (IBILCE- UNESP).	148
Tabela 12. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (UNIFESP).	169
Tabela 13. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (FFLCH- USP).	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Base Nacional Comum Curricular	BNCC
Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica	BNC-Formação
Conselho Nacional de Educação	CNE
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCN
Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio	DCNEM
Faculdade de Ciências e Letras - câmpus de Araraquara	FCLAR
Faculdade de Ciências e Letras - câmpus de Assis	FCL
Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas	FFLCH
Fundação Universitária para o Vestibular	Fuvest
Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista	Vunesp
Instituições de Ensino Superior	IES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-câmpus Avaré	IFSP-Avaré
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - câmpus de São José do Rio Preto	IBILCE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	INEP
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	LDB
Língua Estrangeira	LE
Língua Estrangeira Moderna	LEM
Língua Espanhola	LESP
Língua Portuguesa	LP
Ministério da Educação	MEC
Núcleo Docente Estruturante	NDE
Orientações curriculares para o Ensino Médio	OCEM
Parâmetros Curriculares Nacionais	PCN
Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio	PCN + Ensino Médio
Plano de Desenvolvimento Institucional	PDI
Plano Nacional de Educação	PNE
Prática como Componente Curricular	PCC
Projetos Político-Pedagógico	PPP
Projetos Pedagógicos de Cursos	PPC
Sistema de Seleção Unificada	SiSU
Unidades Curriculares de Livre Escolha	UCLE
Unidades Curriculares de Formação de Professores	UCFPs
Universidade de São Paulo	USP
Universidade Estadual Paulista	UNESP
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP

SUMÁRIO

SUMÁRIO	15
1 APRESENTAÇÃO	17
1.1 Objetivos	18
1.1.1 Objetivo geral	18
1.1.2 Objetivos específicos	19
1.1.3 Organização do informe de pesquisa	19
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	21
2.1 Sociolinguística e Variação Linguística	21
2.1.1 Precusores da Sociolinguística	21
2.1.2 A variação linguística e seus diferentes registros	22
2.1.3 Variação linguística, variante e suas características na Sociolinguística	26
2.2 Sociolinguística Educacional	30
2.2.1 Preconceito linguístico	33
2.2.2 Pedagogia da Variação	36
2.3 Formação Docente de LESP no Brasil	37
3 DOCUMENTOS PARA ELABORAÇÃO DOS PPCs	40
3.1 Documentos Oficiais para a Educação Básica: Como tratam a Variação Linguística?	40
3.1.1 LDB (1996)	40
3.1.2 PCN (1998)	41
3.1.3 PCN+ Ensino Médio (2002)	52
3.1.4 OCEM (2006)	57
3.2 Resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE	67
3.2.1 Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP nº 1 de 19 de fevereiro de 2002	67
3.2.2 Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015	68
3.3 Novos Documentos Oficiais (BNCC e BNC-Formação)	71
3.3.1 BNCC - Base Nacional Comum Curricular	71
3.3.2 Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)	78
4 METODOLOGIA	88
4.1 Paradigma	88
4.2 Técnica da pesquisa documental	90
4.3 Os PPCs das IES públicas do estado de São Paulo	93

5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES	107
5.1 IFSP- Avaré	108
A) COMISSÃO ELABORADORA	111
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	113
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	125
5.2 FCL- UNESP	128
A) COMISSÃO ELABORADORA	130
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	131
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	132
5.3 FCLAR- UNESP	134
A) COMISSÃO ELABORADORA	136
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	137
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	144
5.4 IBILCE- UNESP	145
A) COMISSÃO ELABORADORA	146
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	147
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	152
5.5 UFSCar	153
A) COMISSÃO ELABORADORA	154
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	155
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	163
5.6 UNIFESP	165
A) COMISSÃO ELABORADORA	167
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	168
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	175
5.7 FFLCH- USP	176
A) COMISSÃO ELABORADORA	178
B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO	179
C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	186
5.8 SÍNTESE DA ANÁLISE	187
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	193

1 APRESENTAÇÃO

O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar. (GOLDENBERG, 2002, p. 14)

Buscou-se, nesta pesquisa de mestrado, analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (doravante PPCs) de sete Cursos de Letras (mais especificamente, Licenciaturas em Língua Espanhola¹ e Língua Portuguesa²) de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado de São Paulo. Os sete PPCs estavam em vigor em 2020 e foi feito um recorte para compreender o tratamento dado ao ensino da variação linguística nos documentos.

O interesse pelo tema da variação linguística tem início na graduação da pesquisadora. Na Iniciação Científica, analisou-se o uso do *Pretérito Perfecto Simple* e do *Pretérito Perfecto Compuesto* do indicativo em um conjunto de livros didáticos para o ensino de espanhol como língua estrangeira (LE) publicados no México, na Argentina e na Espanha, a fim de detectar como era tratado o tema. No Trabalho de Conclusão de Curso, estudou-se como era usada a forma de tratamento de segunda pessoa do singular *vos* em contexto informal entre os estudantes do curso *Lengua Castellana y Literatura* do 3º semestre da *Universidad de Nariño* (UDENAR), da Colômbia.

Desse modo, na presente pesquisa de mestrado, continua-se no caminho do estudo dos problemas relacionados à variação linguística, mas agora buscando entender como a variação linguística é abordada nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em Letras.

O interesse pelos PPCs se deve às alterações impostas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), intitulada BNC-Formação, que são as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para formação inicial de professores. Como se trata de um documento relativamente recente³ que determina que os cursos de licenciatura deverão adequar os respectivos PPCs a essas novas diretrizes, buscou-se entender a situação dos PPCs no ano de 2020.

¹ Doravante, LESP.

² Doravante, LP.

³ A BNC-Formação foi publicada no DOU de 20 de dezembro de 2019.

Houve o acompanhamento das reações contrárias a essas novas diretrizes. Para Freitas (2021), essa nova Resolução vai contra tudo o que foi pesquisado nos últimos 50 anos sobre a formação de professores, pois esse novo formato condiz com uma formação tecnicista e não alunos reflexivos. Além disso, há uma nota de repúdio em que 25 faculdades, centros e departamentos de Educação das Universidades públicas do estado do Rio de Janeiro se manifestaram contra a reformulação da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 (BRASIL, 2015). Segundo a nota, além da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 não condizer com uma proposta séria de formação docente, ela favorece as Instituições privadas que buscam lucro ao invés de formar professores com qualidade.

O diagnóstico sobre a situação atual dos PPCs dos cursos é necessário. Esta pesquisa pretende contribuir através da análise de um tema, visto que é necessário fazer um recorte para desenvolver esta pesquisa de mestrado. Tem-se a hipótese de que é um desafio que gera preocupação aos Cursos de Letras de licenciatura em LP e LESP em abordar a LESP dentro de uma visão plural, em que outras variedades também são legitimadas, dignas de serem ensinadas.

Os PPCs, desta pesquisa, compõem o *corpus* a ser analisado através da pesquisa documental, por se tratar de documentos que ainda não tiveram um tratamento analítico, como versam Gil (2002, p.45) e Godoy (1995, p. 21) a respeito da pesquisa documental.

Ademais, a escolha desses PPCs para a investigação se deu por serem de fonte estável e confiável e porque deveriam ser de livre acesso ao público, uma vez que são elaborados por IES. GIL (2002) e Lüdke e André (2014) assinalam as características acima como vantagens da pesquisa documental.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre o lugar dos estudos sobre variação linguística nos PPCs de sete Cursos de licenciatura em Letras, LESP e LP, de cinco IES públicas do estado de São Paulo, que estavam em vigor no ano de 2020.

1.1.2 Objetivos específicos

A fim de direcionar nossa pesquisa, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os PPCs que fazem parte do *corpus* focalizando o tratamento dado ao tema da variação linguística no ensino de espanhol;
- Refletir se a formação prevista pelos cursos de licenciatura em Letras, com licenciatura em Espanhol ou com licenciatura em Português e Espanhol, atende ao perfil do professor presente na legislação, no que diz respeito à variação linguística.

A partir dos objetivos específicos, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa:

- 1) Quanto à variação linguística, como é a formação inicial prevista pelos PPCs de cursos de licenciatura em Letras, LESP e LP, de IES públicas do estado de São Paulo?

1.1.3 Organização do informe de pesquisa

A dissertação, resultado desta pesquisa, está composta pelas seguintes partes:

1. Introdução: apresenta o que será abordado na pesquisa, a justificativa, os objetivos, assim como uma breve descrição metodológica e uma síntese dos capítulos.

2. Fundamentos Teóricos: apresenta através de leituras teóricas os seguintes temas: Sociolinguística, Variação Linguística, Sociolinguística Educacional e Formação Docente de LESP no Brasil.

3. Documentos para elaboração dos PPCs:

- Documentos Oficiais (LDB, PCN's, PCN+ Ensino Médio e OCEM): Esses documentos oficiais foram elaborados para a Educação Básica, buscamos refletir sobre a forma como abordam o tema da variação linguística;

- As Resoluções elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 / CNE/CP nº 1 de 19 de fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015): A elaboração dos PPCs dos cursos de licenciatura é feita a partir das Resoluções do CNE vigentes no período e essas foram as Resoluções na quais se basearam seus elaboradores.

- Novos Documentos Oficiais (BNCC e BNC-Formação): São os novos documentos que embasarão a elaboração dos PPCs pelas IES para a formação dos Licenciandos para a Educação Básica.

4. Metodologia: descreve o modo como se direciona o processo da Pesquisa Documental e o *corpus*;

5. Análise: apresenta as interpretações e análises dos PPCs consoante com o aporte teórico.

6. Considerações Finais: foi retomada a hipótese de pesquisa, foram apresentadas as semelhanças e particularidades entre os PPCs e também foi respondida a pergunta que pautou esta pesquisa.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e o segue em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem dá forma ao seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento, graças ao qual ele influencia e é influenciado, o último e mais alicerçado fundamento da sociedade humana. Mas é também o derradeiro, o indispensável recurso do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência e em que o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. (HJELMSLEV, 1975, p. 1)

No presente capítulo, apresenta-se um panorama sobre a Sociolinguística e o seu lugar no contexto educacional e Formação Docente.

2.1 Sociolinguística e Variação Linguística

Esta seção está dedicada à Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Sociolinguística Laboviana, Sociolinguística Quantitativa e Teoria da Variação e Mudança Linguística.

2.1.1 *Precursores da Sociolinguística*

A respeito dos precursores da Sociolinguística, William Labov é um dos linguistas mais representativos. Em 1962, Labov realizou um estudo na ilha de Martha's Vineyard (Ilha em Massachusetts) com o objetivo principal: desvendar os fatores sociais em relação ao processo linguístico (variável), insistir na dependência entre língua e sociedade e de observar as identidades dos falantes da ilha através das variações fonológicas. Nessa pesquisa, os resultados indicaram que os participantes da pesquisa centralizavam os ditongos /ay/ e /aw/ para preservarem suas marcas de identidade em relação à ilha enquanto que outros participantes não apresentavam ou apresentavam em nível menor essa centralização de ditongos. Como conclusão de sua pesquisa, verificou que esses participantes pronunciavam de maneiras diferentes por conta do contexto social em que eles estavam inseridos e não exatamente por conta da língua, eles queriam enfatizar suas diferenças em relação aos turistas ou habitantes que vinham morar na ilha.

Outro estudo referente de Labov foi desvendar as variações fonológicas proferidas a partir da consoante (r) em posição pós-vocálica a partir das fatores sociais dos falantes de Nova York. Esse estudo foi observado a partir das lojas de departamento

da cidade de Nova York. Nessa pesquisa, os resultados indicaram que havia uma estratificação da consoante (r) dos entrevistados das três lojas comparadas. De acordo com o Labov, a raça é um dos fatores de outras variáveis independentes. E como conclusão, a estratificação social comparada nessas lojas foi caracterizada da seguinte maneira: Saks – classe média, alta; Macy's – classe média baixa e Klein – classe operária.

Assim, Labov estudou a língua e o contexto social em conjunto. O objetivo central da Sociolinguística é estudar o uso da língua e seus diferentes registros na comunidade de fala. Há outros precursores da Sociolinguística como Weinreich e Herzog que junto com o Labov escreveram o livro célebre *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*.

Os autores Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012) definem a Sociolinguística da seguinte maneira:

A rigor, a sociolinguística pode ser definida como a disciplina que se ocupa com as variações linguísticas dadas em uso, em sua relação com os fatores sociais que as determinam e o papel que essas variações desempenham na mudança linguística. Tradução Nossa⁴ (p. 5)

No Brasil, na década de 70, deu-se início às pesquisas de campo da Sociolinguística Laboviana na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do professor Anthony Naro. A partir desse momento, os estudos da Sociolinguística com as variáveis do português do Brasil se expandiram.

2.1.2 A variação linguística e seus diferentes registros

Nos estudos sociolinguísticos, a variação linguística está presente nos diferentes registros e modalidades de uso de qualquer língua e se considera que as pessoas falam de diferentes maneiras. O falante faz uso de registros diversos para se comunicar e a escolha de sua fala (de como vai dizer) vai depender do contexto em que esse falante está inserido.

Essa escolha só é possível porque a língua é dinâmica e mutável⁵ e disponibiliza diversas formas de um falante se comunicar pelo mesmo idioma. Dessa maneira, a variação linguística pode explicitar relações de comunicação entre os indivíduos de

⁴ No original: En sentido estricto, la sociolingüística se puede definir como la disciplina que se ocupa de las variaciones lingüísticas dadas en el uso, en su relación con los factores sociales que las determinan y el papel que dichas variaciones desempeñan en el cambio lingüístico.

⁵ Saussure (1995) defende que a língua não é estática e nem fechada, mas que está em constante evolução.

diferentes maneiras e expressar variações de caráter diatópico, diastrático, diafásico, como afirmam Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 21):

Não há dúvidas de que o homem incorpora à sua atuação, marcas linguísticas do meio em que vive e do grupo social ao qual pertence, por exemplo, um indivíduo de classe social alta fala diferente de outro de classe social baixa, o que implica que o estudo da variação é diatópico em relação com o lugar geográfico; diastrático, se refere às diferenças dialetais entre dois ou mais grupos sociais, e diafásico, se as variações são estudadas por temas de comunicação. Tradução Nossa⁶

Em suma, as pessoas falam de diferentes maneiras e a variedade⁷ está relacionada com a fala característica de determinado grupo ou determinado contexto:

Os sistemas linguísticos em variação/mudança disponibilizam aos falantes um leque de possibilidades para expressar uma dada informação referencial/representacional, e os falantes têm competência para compreender e usar as diferentes variantes de acordo com sua significação social, com o contexto e com as características do interlocutor. (COELHO *et al.*, 2015, p. 91-92).

A variação da fala pode ocorrer a partir de vários eixos, como por exemplo a variação diacrônica e a variação sincrônica. Para Saussure (1995), a língua pode ser estudada em uma perspectiva sincrônica quando considera um recorte na língua e diacrônica quando considera as mudanças e evoluções da língua.

(...) é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (SAUSSURE, 1995, p. 96)

De acordo com Coelho *et al.* (2015), a variação linguística além de ocorrer nos eixos diatópico (falas de diversas regiões, considerando os limites físico-geográficos) e diastrático (se manifesta de acordo com o estrato socioeconômico, levando em conta as

⁶ No original: No hay duda de que el hombre incorpora a su actuación, marcas lingüísticas del medio en el que vive y del grupo social al que pertenece, por ejemplo, un individuo de estrato social alto habla distinto a otro de estrato bajo, lo cual implica que el estudio de la variación es diatópico en relación con el lugar geográfico; diastrático, si se refiriere a las diferencias dialectales entre dos o más grupos sociales, y diafásico, si las variaciones se estudian atendiendo a las temáticas de comunicación.

⁷ Segundo Coelho *et al.* (2015), dialeto e fala são sinônimos de variedade. De acordo com os autores (2015, p. 26), “Existe ainda o conceito de variedade, que não deve ser confundido com o de variável ou o de variante: variedade representa a fala de uma comunidade de modo global, considerando-se todas as suas particularidades, tanto categóricas quanto variáveis; é o mesmo que dialeto ou falar.” Contudo, há muitas discussões em torno do vocábulo dialeto. Por isso, muitos estudos indicam a preferência pelo uso do termo “variedade”. Há uma frase bem famosa proferida pelo Sociolinguista Max Weinreich (1945) que diz que “Uma língua é um dialeto com um exército e uma marinha”.

fronteiras sociais), há a variação diamésica (que está relacionada com a variação entre a fala e a escrita). Há também a variação diafásica que diz respeito aos diferentes aspectos do ato da comunicação que podem ocasionar variação (quem são os falantes; o grau de formalidade da ocasião; os objetivos da interação; os temas...).

Além disso, os autores Coelho *et al.* (2015), citam a variação intrafalante e a variação interfalante, sendo:

A variação intrafalante corresponde à variação na fala de um mesmo indivíduo; já a variação interfalante corresponde à variação linguística entre indivíduos e grupos de indivíduos. A primeira costuma ser associada à variação estilística e a última, à chamada variação social. (COELHO *et al.*, 2015, p. 109),

Esse conjunto de eixos de variação apresentados por Coelho *et al.* (2015) correspondem às diferentes modalidades de fala ou de escrita que podem ocorrer a variação. A partir do estudo desses cinco eixos de variação fica mais claro o entendimento dos diversos tipos de variação.

Segundo Gomes e Souza (2004), para se identificar uma variável linguística, é preciso que ela esteja restrita a uma mesma comunidade de fala. Por conseguinte, detectar pronúncias diferentes da mesma palavra em diferentes localidades do Brasil não indica que há uma variação linguística: “Isto é, identificar a pronúncia [tia] em São Paulo e [tʃia] no Rio de Janeiro não é suficiente para tratarmos essas manifestações como uma variável linguística.”

As autoras acrescentam que “É importante ressaltar que essas diferentes pronúncias correspondem a diferenças dialetais, recebendo o rótulo de variação, mas não podem ser interpretadas como uma variação linguística”, e que “Por outro lado, podemos ter variáveis geográficas dentro de uma mesma comunidade de fala”. (GOMES; SOUZA, 2004, p. 75)

Além da variação linguística, o conceito de mudança linguística é essencial para os estudos da Sociolinguística. A mudança na língua se refere ao trato de que ela está em constante evolução e que se adequa aos diversos tipos de contexto. Essa adequação da língua em diferentes contextos corrobora para que um leque de variáveis seja acessado pelo falante.

Para Meillet (1906a *apud* WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 114), os fatores sociais na mudança linguística⁸ advêm da língua.

A língua é uma instituição com autonomia própria; deve-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente linguístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição espacial, disso decorre que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança linguística é a mudança social, da qual as variações linguísticas são somente as consequências – às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas. (MEILLET, 1906a *apud* WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 114).

É válido frisar que “Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 125). Deste modo, pode-se dizer que, a mudança na língua traz alternâncias, mas não necessariamente essas alternâncias provocam mudanças na língua.

Para Görski e Freitag (2007 *apud* GÖRSKI; FREITAG, 2013), os falantes constituem a sua identidade quando compartilham atitudes e hábitos socioculturais por meio da língua.

Ao fazer parte de determinado grupo, compartilhamos com os pares a mesma linguagem, as mesmas atitudes em relação à língua, os mesmos hábitos socioculturais, e, assim, constituímos a nossa identidade, apoiada em valores de solidariedade e lealdade. Mas não é só nossa identidade que construímos por meio da língua. Exercemos a nossa cidadania por meio da língua. A língua faz parte de um conjunto de práticas sociais e culturais (2007, p. 94 *apud* GÖRSKI; FREITAG, 2013)

Essa identidade compartilhada por meio da língua permite que o falante se expresse de forma singular. Esses hábitos socioculturais constituem o elo entre identidade e língua. E é a partir da língua que a comunicação se estabelece.

As comunidades de fala em regiões mais antigas no Brasil desenvolveram variedades que as identificam como o sotaque ou expressões típicas daquela região, ou seja, através da origem geográfica do falante, é possível identificar a sua marca identitária (BORTONI-RICARDO, 2014).

O falante que tem a sua marca identitária identificada através do sotaque ou expressões típicas de determinada região pode, muitas vezes, sofrer algum tipo de pré-

⁸ A mudança e a variação linguística são inerentes à língua e são motivadas por fatores linguísticos e culturais.

conceito ou pré-julgamento por aqueles que possuem estereótipos já consolidados. Esse pré-conceito com a língua é denominado preconceito linguístico e esse assunto será abordado posteriormente na seção 2.2.1.

Esse pré-conceito também acontece na LESP, pois muitos acreditam que a língua de prestígio é apenas a variedade da Espanha, o que a OCEM rechaça. A LESP por ser usada na maior parte na América Latina faz com que haja um leque de opções de uso da língua seja para quem mora na costa ou para quem mora no Sul desses países. E essa marca identitária deve ser preservada para que os próprios falantes identifiquem expressões típicas de determinadas regiões, contribuindo para os fatores socioculturais.

2.1.3 Variação linguística, variante e suas características na Sociolinguística

Mollica (2004, p. 27) sustenta que a variação linguística é uma das características das línguas naturais e que a língua é regular, sistemática e previsível porque os usos advêm de variáveis estruturais e sociais que podem ser agentes internos e externos na língua.

Das variáveis externas ou não linguísticas, registram-se os marcadores regionais predominantes em comunidades facilmente identificadas geograficamente, em simultaneidade a indicadores de estratificação estilístico-social, de forma que a variação projeta-se num contínuo em que se podem descrever tendências de perfil sociolinguístico. As variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes. Por exemplo, agentes como escolarização alta, contato com a escrita, com os meios de comunicação de massa, nível socioeconômico alto e origem social alta concorrem para o aumento na fala e na escrita das variedades prestigiadas, admitindo-se que existam pelo menos o padrão popular e o culto.

Segundo a autora, as mudanças linguísticas advêm de agentes internos (mudanças condicionadas a fatores linguísticos) e externos (fatores sociais e estilísticos) na língua, uma vez que a língua não é estática.

De acordo com Naro (2004, p. 43), as línguas mudam com o tempo e que essas diferenças podem ser notadas em todos os níveis “Basta compararmos o português com o latim, ou até com o próprio português da época medieval, para notarmos diferenças em todos os níveis, desde a semântica até a sintaxe, passando pela fonologia, pelo léxico, pela morfologia, etc.” A saber, a língua sofre mudanças a todo momento, mesmo que seja de maneira sutil e essas mudanças podem estar presentes nos seguintes níveis gramaticais:

lexical (aipim, macaxeira), fonológico (roupa/ropa), morfológico (nós/a gente), sintático (alguém limpou a casa/ a casa foi limpada), semântico (manga de roupa/manga fruta) e discursivo (mas, e). A escolha de uma palavra em detrimento de outra, seja no nível semântico ou sintático, pode ser motivada por inúmeros fatores. No nível lexical a variação linguística se torna mais nítida.

O autor (*ibidem*) salienta que essas mudanças linguísticas são processadas a longo prazo de maneira gradual e em várias dimensões e não de maneira repentina. Ele sustenta que,

Nos eixos sociais, por exemplo, os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas, o que pode acontecer também com as pessoas mais escolarizadas, ou das camadas da população que gozam de maior prestígio social, ou ainda de grupos sociais que sofrem pressão social normalizadora, a exemplo do sexo feminino de maneira geral, ou das pessoas que exercem atividades socioeconômicas que exigem uma boa apresentação para o público. E mesmo uma única pessoa pode escolher uma forma mais conservadora numa situação formal, preferindo outra forma mais atual em conversa informal. (NARO, 2004, p. 43)

Normalmente, a variedade de maior ou de menor prestígio social costuma ser preservada pelo falante porque é a variante encontrada e proferida no ambiente de convívio, mas isso não exige do falante escolher uma variante com a que ela mais se identifica em uma determinada conversa.

A respeito das variantes⁹, Coelho *et al.* (2015) relatam que duas variantes podem concorrer em um mesmo contexto sem tornar uma mais obsoleta ou usual, segundo os autores, as duas variantes podem coexistir durante anos sem que uma substitua a outra, permanecendo uma situação de variação estável. Além disso, os autores destacam que “É importante ressaltar que um processo de mudança em curso implica necessariamente que há competição entre duas ou mais formas variantes.” (COELHO *et al.*, 2015, p. 73)

Bortoni- Ricardo (2014) aponta que quando duas variantes concorrem entre elas, uma tende a desaparecer.

Ao se deter nos fenômenos da língua que não são categóricos, ou seja, que apresentam-se em variação, a Sociolinguística Variacionista identifica aqueles cuja variação é considerada instável, porque as diversas variantes da regra assumem valores sociossimbólicos distintos na comunidade, ou seja, algumas variantes são mais prestigiadas que outras. Nesses casos, entre as variantes que estão em competição,

⁹ Para Coelho *et al.* (2015), a variante corresponde a formas individuais que se “disputam” em uma variável.

algumas acabam por prevalecer enquanto outras tendem a desaparecer. É assim que se dá a variação linguística. (BORTONI- RICARDO, 2014, p. 59)

Essa percepção de Bortoni- Ricardo (2014) vai ao encontro de Weinreich; Labov e Herzog (2006) quando enfatizam que a concorrência entre duas variantes não necessariamente implica mudanças, conforme mencionado.

A respeito do processo de mudança da língua pelo indivíduo, não se sabe ao certo até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode mudar no decorrer do tempo. Naro (2004) apresenta duas posições teóricas, sem evidências empíricas convincentes sobre a mudança da língua falada no decorrer dos anos, sendo:

A primeira posição, compartilhada por uma grande parte de linguistas, desde os gerativistas até os sociolinguistas “postula que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir desse momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável (NARO, 2004, p. 44).

A segunda posição, a gramática do indivíduo não sofre mudanças significativas porque a faculdade da linguagem fica bloqueada, essa hipótese se apoia na psicologia desenvolvimentista. Nessa segunda posição, as mudanças se dão de forma esporádica como uma troca de palavra ou uma troca de pronúncia.

Há estudos que contrariam a primeira posição de que a língua fica estável depois da puberdade¹⁰.

Contudo, Bortoni- Ricardo (2014) sustenta que há estudos que confirmam que é no período de pré-puberdade que o falante amplia seu repertório de variação na fala.

A literatura sociolinguística define o período de pré-puberdade como sendo o de início da percepção mais sistemática que os indivíduos desenvolvem quanto à variação da fala em suas comunidades (cf. Payne, 1980). (BORTONI- RICARDO, 2014, p. 46)

Atualmente, não se sabe ao certo até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode sofrer alterações no decorrer dos anos, entretanto, sabe-se que a língua está sempre em processo de mudanças e que o indivíduo acompanha essas mudanças. O contexto, muitas vezes, corrobora para que uma nova variante seja contemplada no discurso do falante.

¹⁰ Os estudos de Gauchat (1905) e de Hermann (1929) em uma aldeia da Suíça concluíram que os falantes quando vão chegando em uma fase da vida, adotam uma variante normalmente usada na sua idade. Esse estudo pode ser visto em Naro (2004).

Além disso, há outros tipos de alterações que podem ocorrer na vida do falante como a convivência dele em novos grupos ou o hábito de leitura que faz com que o falante passe a incorporar em seu repertório uma nova variedade.

No campo da Sociolinguística, Tarallo (1986) aponta que a divisão em variedades requer diferentes critérios, tais como:

[...] as variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão vs. não-padrão; conservadoras vs. inovadoras; de prestígio vs. estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. (TARALLO 1986, p. 11-12)

A variedade considerada padrão costuma se aproximar de um prestígio social e a variedade não-padrão, se distancia. Para Coelho *et al.* (2015, p. 15), a variedade culta possui um prestígio social e está relacionada com o *status* do falante perante a sociedade.

A variedade culta é normalmente associada às camadas mais altas da pirâmide social. É, em geral, a língua usada pelos falantes mais escolarizados, com maior remuneração e que moram em centros urbanos. Essas pessoas, por *status*, comumente gozam de prestígio social, e esse prestígio é transferido para a sua fala.

À vista disso, Tarallo (1986) e Coelho *et al.* (2015) “bebem da mesma água” quando o assunto é a variedade de prestígio e a variedade não-padrão. Essas duas variedades implicam valores sociais e linguísticos dentro de uma comunidade. E a escolha de uma determinada variedade em detrimento de outra é previsível quando o falante está em um determinado contexto. O contexto é que determina qual variedade está mais adequada para aquela situação, mesmo que a variante usada não esteja adequada, ela não pode ser considerada errada, mas sim inapropriada para aquele contexto.

O indivíduo ao fazer uso de uma variedade linguística considerada de prestígio está usufruindo de uma linguagem que muitos não dominam, seja pelo nível de educação ou pela posição que o indivíduo se encontra na situação-contexto. De todos os modos, o manejo em se expressar uma variedade linguística pode abrir “portas” para uma boa colocação no mercado de trabalho, não é imprescindível, mas permite que o indivíduo conserve uma imagem social perante as outras pessoas.

2.2 Sociolinguística Educacional

A Sociolinguística Educacional está relacionada com o estudo do uso das variações linguísticas em sala de aula e tem como um dos objetivos combater o preconceito linguístico e também promover o respeito linguístico dentro e fora da escola. A escola não é um espaço para reproduzir estigmatizações, mas sim local de aprendizado. O reconhecimento, pelos alunos e pelos professores, de que as variedades linguísticas são legítimas e adequadas em determinados contextos promove o conhecimento, a conscientização e reflexão de todos. Scherre (2021) assinala que o respeito linguístico está relacionado com as diferentes maneiras de falar entre diferentes línguas.

O Respeito linguístico é a convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, seja no plano das diferenças entre línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua. As diferenças linguísticas, em qualquer plano, incluindo o social, caracterizam grupos de falantes e são mecanismos identitários. (SCHERRE, 2021, p. 117)

Em um diálogo, a capacidade de falar e a capacidade de saber ouvir são atributos ao respeito linguístico entre os falantes. O falante expressa de forma direta ou indireta em que cultura ele está inserido na sociedade e o respeito linguístico entre os falantes possibilita que eles transitem com segurança pelo universo da variação. De acordo com Scherre (2021)

Então, o **Respeito Linguístico** implica a capacidade de ouvir o outro com seus traços característicos, sem emissão de julgamento de valor, sem brincadeiras de mau gosto, sem o imperioso desejo de mudar a fala do outro, sem silenciamento da voz do outro, sem preconceito, sem intolerância, sem bullying (SCHERRE, 2021, p. 117).

O respeito linguístico e a adequação linguística devem estar acompanhados para que o falante tenha liberdade de se expressar sem que seja julgado na sua fala. E julgar o falante pela forma que ele fala só porque ele não domina a variedade linguística de prestígio é preconceito linguístico¹¹.

Segundo Bortoni-Ricardo (2014), a Sociolinguística Educacional está preocupada com a *performance* escolar de crianças pertencentes a grupos sociais desprestigiados.

¹¹ Essa temática será abordada no item 2.2.1.

(...) a Sociolinguística é uma ciência que nasceu preocupada com o desempenho escolar de crianças oriundas de grupos sociais ou étnicos de menor poder econômico e cultura predominantemente oral. Seu desenvolvimento foi pautado por dois princípios: o relativismo cultural e a heterogeneidade linguística inerente e sistemática. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 157)

De acordo com autora, as variações de uma língua qualquer não devem ser consideradas inferiores ou subdesenvolvidas. As variações linguísticas advêm de diferentes peculiaridades e características da língua. Desse modo, é preciso salientar que não há uma língua melhor do que a outra, pois a Sociolinguística propõe que toda língua natural é passível de variação. Assim, todo tipo de variação linguística é válido e passível de uso.

Para Soares (2017, p. 10) a democratização do acesso à Educação Básica ainda é insatisfatória na aquisição do saber escolar:

Do ponto de vista *quantitativo*, é possível reconhecer que, pelo menos no que se refere ao ensino fundamental, a quase totalidade das crianças das camadas populares conquistaram, nas últimas décadas, seu lugar nas salas de aula, e o acesso à educação infantil e ao ensino médio vem crescendo; ao contrário, do ponto *qualitativo*, ainda é negado a crianças e jovens o *direito de aprender*, finalidade primordial da escola, imprescindível à conquista da cidadania plena.

Nesse sentido, a falta de acesso à Educação Básica de qualidade faz com que se produzam desigualdades sociais entre os alunos e isso se reflete na limitação de conteúdos a serem aprendidos, entre eles, na linguagem, na língua e na diversidade linguística e cultural.

Além da limitação de conteúdos a serem aprendidos como o estudo da variação linguística, há outros fatores que corroboram para que essa temática não seja estudada em sala de aula, por exemplo, a falta de formação por parte dos professores em seus cursos de licenciatura sobre a forma como abordar a temática faz com que o âmbito escolar e a sociedade sejam prejudicados, visto que o preconceito, muitas vezes, se mantém em razão da falta de reflexão e crítica pedagógica sobre o tema (FARACO, 2021).

Bortoni-Ricardo (2005 *apud* BORTONI- RICARDO 2014, p. 160-161), apresenta 6 princípios relacionados à Sociolinguística Educacional.

1. A influência da escola não deve ser procurada em estilos coloquiais e espontâneos dos falantes, mas em seus estilos mais monitorados;
2. A escola deve ocupar-se principalmente das regras variáveis que recebem avaliação negativa na sociedade, enfatizando as que são mais salientes;

3. O estudo da variação sociolinguística no Brasil, por não estar essa variação associada basicamente à etnicidade, exceto no caso das comunidades indígenas bilíngues, não tem o potencial de conflito interétnico que assume em outras sociedades. Conduzido com sensibilidade e respeito esse estudo pode ser muito positivo;
4. Os estilos monitorados da língua devem ser reservados à realização de eventos de letramento em sala de aula. Eventos de oralidade podem ser conduzidos em estilos casuais;
5. A descrição da variação da Sociolinguística Educacional não deve ser dissociada da análise etnográfica de sala de aula, que permite avaliar o significado que a variação assume para os atores naquele domínio, particularmente a postura do professor diante de regras não padrão da língua;
6. É importante que professores e alunos tenham uma conscientização crítica de que a variação linguística reflete desigualdades sociais. Essa reflexão vai promover o empoderamento do professor.

No sexto princípio, não foi observado a promoção do empoderamento por parte dos alunos. A reflexão e conscientização de que a variação linguística acarreta desigualdades sociais devem ser compreendidas pelo aluno e pelo professor para que as desigualdades e o preconceito linguístico não se propaguem e, sim, sejam combatidos.

Tendo em vista esses princípios, a Sociolinguística Educacional leva em conta as variedades expostas pelos alunos em sala de aula, respeitando e compreendendo que a língua é heterogênea e que cada falante faz escolhas na língua para que a sua comunicação seja efetiva e sem corrosão no entendimento.

De acordo com Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 178), a decisão pelo uso de uma variedade linguística de prestígio advém dos governos, das mídias e das instituições educativas de todo o mundo, por considerar a variedade que mais representa seu país, ignorando as demais formas linguísticas.

É fato que as instituições governamentais e educacionais de todas as nações do mundo se preocupam em adotar uma das variantes linguísticas para ser utilizada nas distintas atividades da oficialidade por considerarem mais adequada para representar uma identidade nacional. Esta variante é adotada para ser utilizada no sistema escolar, enquanto as outras variedades serão ignoradas, estigmatizadas e classificadas como não-padrão. Tradução Nossa¹²

¹² No original: Es un hecho que las instituciones gubernamentales y educativas de todas las naciones del mundo se preocupan por adoptar una de las variantes lingüísticas, para ser utilizada en las distintas actividades propias de la oficialidad por considerarla como la más adecuada para representar una identidad nacional. Esta variante se adopta para ser utilizada en el sistema escolar, mientras que las otras variedades serán ignoradas, estigmatizadas y catalogadas como subestándar.

Essa realidade pode ser vista no Brasil, pois se espera que os professores de Educação Básica ensinem a norma padrão nas escolas, se eximindo de apresentar aos alunos outras variedades linguísticas que são autênticas.

2.2.1 Preconceito linguístico

O preconceito linguístico é a rejeição na maneira do falante falar, por usar determinadas variedades linguísticas de menor prestígio social. De acordo com Bagno¹³ (1999), o preconceito linguístico está relacionado com a imposição de um modelo, que a elite econômica acredita ser o correto a ser usado, às pessoas de classes sociais menos favorecidas ou àquelas que não tiveram oportunidade e nem acesso à escola.

A sociedade, muitas vezes, classifica como “erro” a fala das pessoas porque elas não utilizam palavras que correspondem à norma padrão enquanto que a Sociolinguística considera a palavra inadequada ao que se esperava ouvir, ou seja, a Sociolinguística analisa as circunstâncias em que a variedade empregada pode ser considerada adequada e válida para determinados contextos. Labov (2008, p. 220) afirma sobre a agramaticalidade da fala que:

Houve um tempo em que os linguistas da escola bloomfieldiana declaravam que os falantes nativos nunca cometiam erros. Mas o ponto de vista oposto prevalece hoje em dia: o de que a fala é cheia de formas agramaticais, já que as dificuldades de desempenho se colocam no caminho da plena manifestação da competência do falante. Acredita-se em geral que um *corpus* extraído da língua falada não constitui boa evidência, já que conterà vários exemplos de frases malformadas que os próprios falantes condenam e mudam quando sua atenção é chamada para elas.

É comum se julgar o falante e não necessariamente a fala. Esses julgamentos são baseados em critérios não linguísticos que desvalorizam a diversidade linguística de uma sociedade. O julgamento social transforma em preconceito a relação dos falantes com a diversidade linguística. O preconceito contribui para que as pessoas desprivilegiadas sejam excluídas e seu acesso aos bens culturais de uma comunidade seja bloqueado; nessa situação, o desnível social se instala. (BORIN, 2010). Para Mollica (2004, p. 13),

Toda língua portanto apresenta variantes mais prestigiadas do que outras. Os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística.

¹³ Bagno é um linguista de referência a respeito do estudo do preconceito linguístico no Brasil.

Bagno (1997) expõe que há complexo de superioridade do falante da norma-padrão sobre a variedade não-padrão, por julgar que quem não fala a norma padrão é considerado “mentalmente inferior”. De acordo com a linguística, não há como padronizar uma língua quando os indivíduos falam de maneiras distintas. Bagno (1997) ainda adverte sobre o mito de existir apenas uma unidade linguística falada no Brasil.

Em referência “à falácia” de que no Brasil se fala apenas a Língua Portuguesa, Bortoni- Ricardo (2014) menciona que no Brasil há mais de 180 registros de línguas faladas. A autora acredita que há mais línguas que ainda não foram estudadas. Desse modo, pode-se dizer que o Brasil é um país plurilíngue.

Para Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 182), alguns grupos minoritários têm os maiores índices de baixo rendimento escolar por não terem uma bagagem linguística “esperada” na escola.

Frequentemente, considera-se que o nível de uso da língua ou variação utilizada é a causa fundamental das maiores índices de fracasso escolar em grupos sociais minoritários; assume-se também que a escola transmite os valores e usos linguísticos dominantes, de modo que aqueles que não chegam a ela com uma formação cultural e linguística ao seu nível, terão maiores possibilidades de sofrer algum tipo de conflito no sentido de que eles não poderão acessar a metalinguagem utilizada no sistema educacional, conforme foi inferido por Bernstein a partir de sua teoria do déficit linguístico. Tradução Nossa¹⁴

Votre (2004, p. 51), por exemplo, diz que a fala e a escrita dos indivíduos sofrem mudanças na escola e que as formas de prestígios tendem a se sobressair dentre as demais.

Constatamos que, por outro lado, que ela [escola] atua como preservadora de formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso nessas comunidades. Veículo de familiarização com a literatura nacional, a escola incute gostos, normas, padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e de escrever. Compreende-se, nesse contexto, a influência da variável nível de escolarização, ou escolaridade, como correlata aos mecanismos de promoção ou resistência à mudança.

¹⁴ No original: Con frecuencia se considera que el nivel de uso de la lengua o variación utilizada, es la causa fundamental de los mayores índices de fracaso escolar en los grupos sociales minoritarios; también se asume que la escuela transmite los valores y usos lingüísticos dominantes, de modo que quienes no llegan a ella con un trasfondo cultural y lingüístico a su nivel, tendrán mayores posibilidades de sufrir algún tipo de conflicto en el sentido de que no podrán acceder al metalenguaje utilizado en el sistema educativo, como se infiere en Bernstein a partir de su teoría del déficit lingüístico

Para o autor, os usuários da forma estigmatizada são referenciados através de comentários depreciativos e rotulados como ignorantes do conhecimento da língua padrão. Ele ainda acrescenta que a escola tenta impedir a corrosão na língua, mas passa despercebido fenômenos como “há anos atrás”.

A escola, muitas vezes, espera um aluno ideal. Espera-se que o aluno dentro da escola, aprenda os conteúdos de ensino e aprendizado já programados para ele, e se esquece de que cada aluno é único, pois possui um contexto de vida, sua marca identitária, seu modo de agir e pensar singulares. Essa idealização do aluno faz com que o aprendizado, muitas vezes, não ocorra.

De acordo com Bagno (2007), para que a suposta norma-padrão barre as variações linguísticas, é preciso que todos tenham acesso à uma educação de qualidade, mas isso não configura que todos falarão uma norma-padrão, pois o falante faz seu discurso de acordo com o contexto em que está inserido. O linguista ainda acrescenta que muitas escolas não reconhecem a pluralidade linguística, rejeitam as variedades presentes na língua e impõe uma norma-padrão, além do preconceito instaurado sobre o tema variação linguística.

Bagno (2007) ressalta que falar de uma forma diferente não é falar errado, pois as pessoas ao discursar se apropriam de sua bagagem linguística/cultural. As condições da Educação no Brasil não possibilitam que os alunos saiam da escola utilizando uma suposta norma padrão.

Há muitos fatores que corroboram para que o preconceito linguístico se instale como a diferença social, econômica e cultural. Para Görski e Freitag (2013), o preconceito linguístico é instaurado quando o falante da variedade padrão rotula uma pessoa ou um grupo por falar de uma forma distinta.

Esse tipo de julgamento revela *preconceito linguístico* (que na verdade é *preconceito social*), normalmente por parte daqueles que dominam a variedade padrão da língua e que, coincidentemente, se situam nos pontos mais altos na pirâmide social. Rotular uma pessoa ou um grupo como ignorante, porque fala de uma forma e não de outra, é um mecanismo de afirmação e de perpetuação desse preconceito. (GÖRSKI; FREITAG, 2013p. 22)

Além disso, ao declarar que uma pessoa fala errado só porque não se apropria de alguns traços linguísticos que correspondem à norma-padrão é muito cômodo, buscar e apontar os supostos erros dos outros é uma forma de se distinguir dos demais. Contudo,

os que buscam apontar esses erros não se interessam em saber o porquê da pessoa falar de uma determinada maneira.

Segundo Bagno (1999), o preconceito linguístico está instaurado em diversos meios (desde o programa televisivo a gramática e livros didáticos) e, muitas vezes, são os responsáveis por quererem ensinar o que é “certo/errado” na língua. O linguista sugere que todas as escolas e todas as instituições voltadas à Educação e à cultura “passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão.” (BAGNO, 1999, p. 18)

O preconceito linguístico e a intolerância por parte do falante que julga a fala do outro como marginalizada só demonstra a falta de informação e o preconceito em saber lidar com as diferenças.

2.2.2 Pedagogia da Variação

A pedagogia da variação está relacionada como o ensino da variação na escola nas dimensões linguísticas, sociais e culturais. Nesse ensino, o foco é de aguçar o interesse dos alunos e conscientizá-los a partir do estudo do uso das línguas nas suas diversas situações comunicativas. Faraco (2008) adverte que a pedagogia da variação não pode passar despercebida.

Isso posto, cabe reiterar que nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português): não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/standard no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. (FARACO, 2008, p. 182)

A implementação de uma pedagogia da variação linguística na escola pode ser feita a partir de uma construção de atividades que levem os alunos a refletirem sobre a diversidade linguística, bem como produzir atividades em que essa temática está presente.

A partir do conhecimento da Sociolinguística Educacional, o professor tanto de LESP quanto de LP é capaz de desenvolver métodos de ensino em que leve em conta a pedagogia da variação linguística para a sala de aula, a fim de propiciar aos seus alunos

conhecimentos como competências comunicativas no uso monitorado da fala, da escrita e suas várias situações de uso, pois é preciso entender e respeitar a variação linguística.

Faraco (2021) salienta que há certa inconsistência do saber linguístico sobre o estudo da variação linguística. Para Faraco (2021), muitos professores de português estão saindo da graduação com um conhecimento muito supérfluo sobre a variação linguística ou que não trabalham a variação linguística e sua dimensão teórica e prática em sala de aula.

Faraco (2021) acrescenta que a pedagogia da variação linguística é utópica porque condições sociohistóricas dos brasileiros são desfavoráveis, ainda que seja utópica, não é por isso que vamos deixar de trabalhar em prol dela. Muitas vezes a escola não dá condições para que os alunos aprendam outros tipos de variedades.

2.3 Formação Docente de LESP no Brasil

A formação em cursos de licenciatura de línguas estrangeiras no Brasil possui uma trajetória histórica recente. De acordo com Freitas (2021), a formação docente de línguas no Brasil se iniciou a partir do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

Freitas (2012) diz que em meados do século XX, com os métodos estruturalistas de ensino de línguas estrangeiras (exemplo, audiolingual), muitos atribuíam a preferência de um “nativo” a um professor especializado em ensino de LE, reforçando estereótipos de que para ensinar língua somente é preciso ter proficiência.

A formação docente em línguas estrangeiras assistida pelo Decreto-Lei nº 1.190 estabeleceu o formato 3+1. A formação docente foi constituída da seguinte maneira: três anos de bacharelado, estendido de um ano de disciplinas pedagógicas para obtenção do diploma de licenciatura. Atualmente, apesar da reforma das licenciaturas, o modelo 3+1 ainda sobrevive em muitas IES (FREITAS, 2012).

A respeito do ensino de Espanhol no Brasil, a Lei nº 11.161, de 5 de Agosto de 2005, estabeleceu a oferta da disciplina de LESP como disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas e facultativa nas séries (5ª a 8ª) do Ensino Fundamental, no território nacional. No entanto, por meio da Reforma da Educação, anunciada em 2016, foi elaborada uma Medida Provisória 746/2016 do Governo Federal, que anunciava o fim da obrigatoriedade da LESP nas redes públicas e privadas. A Medida Provisória 746/2016

transformou-se na Lei Federal nº13.451, de 2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio.

Não somente a LESP, mas todas as outras LEs foram afetadas com as alterações de impor apenas o inglês no currículo. É sabido que o estudo de uma LE não é barreira/anula o estudo de outra LE, no entanto, na rede pública e privada, os alunos não têm o direito à diversidade de oferta dessas disciplinas.

Além disso, outra barreira ao ensino de LEs, é a falta de formação adequada e de tempo para que professores elaborem materiais didáticos. Também há a restrição do professor somente ser autorizado a utilizar os materiais didáticos disponíveis nas escolas, por imposição das mesmas (FARACO, 2021).

Santos (2016) ressalta que, em seu contexto de pesquisa, falta uma formação de professores mais completa, pois temas como contexto multicultural, a diversidade da LESP e todo processo social, cultural e histórico não são tratados no centro dos programas de formação de professores porque ainda se tem um imaginário de que a LESP é única e homogênea.

É muito importante que os professores tenham uma boa formação acadêmica para que reflitam sobre a importância do estudo da LESP. Além disso, entender as motivações dos alunos para com a língua, afim de adequar os conteúdos das aulas aos interesses e às suas necessidades e também promover os alunos o respeito pelos distintos povos, culturas e línguas.

A não inclusão da LESP na Educação Básica fere a Constituição do Art. 4 que rege as relações internacionais entre os povos da América Latina “Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (BRASIL, 1988)

Segue-se na luta para que a LESP seja ofertada de maneira obrigatória na Educação Básica¹⁵. Há o projeto de Lei 446 de 2018 que torna a LESP como disciplina obrigatória no currículo de Ensino Médio no estado de São Paulo, ao lado do inglês, conforme artigo 35 da Lei Federal nº 9394, de 1996, alterado pela Lei Ordinária nº 13.415, de 2017, mas ainda está em tramitação.

¹⁵ O movimento #Fica Espanhol foi criado em 2020 por professores e professoras de 26 estados, esse movimento luta para o retorno do ensino de LESP no currículo das escolas públicas brasileiras. Essa luta se deu por conta da exclusão da LESP como disciplina obrigatória após a implementação da Reforma do Ensino Médio.

Neste capítulo de Fundamentação Teórica estudamos sobre o panorama Sociolinguístico, e a Sociolinguística no contexto educacional, também foi abordado a Formação docente e sua luta para que a LESP volte a fazer parte como disciplina obrigatória no Ensino Médio. No próximo capítulo, abordaremos a variação linguística em alguns documentos que serviram de embasamento para a elaboração dos PPCs.

3 DOCUMENTOS PARA ELABORAÇÃO DOS PPCs

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes ou deformar acontecimentos (...) [o documento escrito é] insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2008 p. 5)

Apresentam-se alguns documentos oficiais que foram elaborados para a Educação Básica e a forma como abordam o tema da variação linguística e, ao final, as considerações sobre os documentos oficiais mais recentes que trazem novos direcionamentos para os Cursos de Licenciatura.

3.1 Documentos Oficiais para a Educação Básica: Como tratam a Variação Linguística?

Para a elaboração dos PPCs de Licenciaturas tratados nesta pesquisa, seus elaboradores se embasaram em alguns documentos oficiais como LDB, PCN's, PCN+ Ensino Médio e OCEM, que orientam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Nesta seção, será estudado o lugar da variação linguística nesses documentos oficiais.

3.1.1 LDB (1996)

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Uma das características da LDB é nortear as escolas e instituições formadoras de docentes no Brasil. Esse documento sofreu alterações no decorrer dos anos¹⁶, mas pretende manter em sua essência a garantia a todos do acesso à Educação Básica como direito de todos os cidadãos brasileiros.

A LDB considera 14 princípios em seu artigo 3º. Entre eles, destacam-se os seguintes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

¹⁶ A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 é uma das leis que altera a LDB.

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (LDB, 1996)

Nesses princípios é possível abarcar o respeito à identidade linguística dos cidadãos como algo importante para a sua formação educacional.

Além disso, é previsto no art. 26, no currículo da Educação Básica, uma Base Nacional Comum que atenda as características regionais, culturais, econômicas dos alunos. Esse artigo foi alterado pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Anteriormente à essa alteração, o art. 26 descrevia “clientela” em lugar de “educandos” nessa nova Lei nº 12.796. Então, anteriormente, os clientes (alunos) eram usuários de um produto ou serviço (ensino/aprendizagem) oferecido por uma organização/empresa (escola).

3.1.2 PCN (1998)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram elaborados para o ensino fundamental e ensino médio, em 1998. Esse documento visa dar apoio à elaboração de currículos respeitando as diversidades existentes no Brasil, bem como considerando as demandas dos jovens e das escolas brasileiras.

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. (BRASIL, 1998, p. 5)

Esse documento se baseia nas normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), e é um documento norteador para “as escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros.” (BRASIL, 1998a, p. 9)

Em relação à elaboração desse documento, houve críticas da academia aos PCN porque a comunidade acadêmica não foi consultada para elaboração desse documento. Bomfim (2013) ainda enfatiza que o processo de elaboração dos PCN ocorreu de forma rápida, já que a participação desse projeto contou apenas com professores de uma escola privada de São Paulo e com a consultoria de César Col.

Os termos Parâmetros Curriculares são definidos da seguinte forma:

O termo “parâmetro” visa comunicar a idéia de que, ao mesmo tempo em que se pressupõem e se respeitam as diversidades regionais, culturais, políticas, existentes no país, se constroem referências nacionais que possam dizer quais os “pontos comuns” que caracterizam o fenômeno educativo em todas as regiões brasileiras.

O termo “currículo”, por sua vez, assume vários significados em diferentes contextos da pedagogia. Currículo pode significar, por exemplo, as matérias constantes de um curso. Essa definição é a que foi adotada historicamente pelo Ministério da Educação e do Desporto quando indicava quais as disciplinas que deveriam constituir o ensino fundamental ou de diferentes cursos do ensino médio. Currículo é um termo muitas vezes utilizado para se referir a programas de conteúdos de cada disciplina. Mas, currículo pode significar também a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática. Essa foi a concepção adotada nestes Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 1998a, p.49)

O PCN em sua definição tem a preocupação com a diversidade e em atender as diferentes regiões e suas especificidades existentes no país. Além, disso, destaca o papel do professor em sua prática didática.

Sabe-se de que cada aluno tem sua singularidade, seja no processo social ou individual. Então, a escola, precisa reconhecer essas diferenças e desenvolver as habilidades dos alunos para que eles tenham em mente que a diversidade é algo intrínseco da língua. O tema diversidade está em pauta nas seguintes áreas: Língua Portuguesa¹⁷ e Língua Estrangeira¹⁸.

Segundo o documento, a Educação não deve promover a exclusão social, mas sim atuar de maneira diversificada, “as políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo a que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social”. (BRASIL, 1998a, p. 17)

Para o documento, os PCN’s visam diminuir as diferenças sociais e culturais, garantindo o ensino que atenda às diferentes necessidades dos alunos.

O estabelecimento de parâmetros curriculares comuns para todo o país, ao mesmo tempo em que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade, que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional. (BRASIL, 1998a, p. 50)

¹⁷ No decorrer desta pesquisa será usado a sigla LP para Língua Portuguesa.

¹⁸ A sigla LE continuará a ser usada, no decorrer desta pesquisa, para se referir à Língua Estrangeira.

Conforme menção ao respeito à diversidade, pode-se considerar que os PCN buscam levar os alunos a reconhecerem e refletirem sobre as diferenças existentes no país. O tema diversidade é aprofundado a seguir.

3.3.1.1 Língua Portuguesa

No que concerne à Língua Portuguesa, o documento admite que há muito preconceito em relação às variedades não-padrão, por isso o documento propõe que a escola desmitifique vários mitos para cumprir com o compromisso de aproximar o aluno à escrita e à língua padrão.

Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, não são objeto de avaliação negativa.

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1998a, p. 31)

Como se pode notar, o documento enfatiza que não existe uma forma “correta” de falar e que a escola tem o papel de esclarecer esses mitos sem fundamentos. A ideia de difundir que o português é uma língua difícil ou de que o brasileiro não sabe falar português, ocasiona inibição ou desinteresse por parte dos estudantes brasileiros de conhecer a língua e suas particularidades como afirma Bagno (2007).

Além disso, o documento propõe que através da escola, o aluno possa desenvolver conhecimentos discursivos, linguísticos e “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.” (BRASIL, 1998a, p. 59).

Essa reflexão sobre as variedades linguísticas pode ocorrer através de atividades que o professor propõe aos seus alunos ou até mesmo na interação social entre os estudantes e a comunidade escolar. Esse conhecimento relativo ao uso da língua faz com que a discriminação e o preconceito linguístico sejam combatidos.

As escolhas feitas por um aluno ao usar a língua a partir de uma determinada maneira em detrimento de outra não é aleatória, mas em decorrência de um conjunto de

fatores. De acordo com o documento “Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita.” (BRASIL, 1998b, p. 23). Ainda é acrescentado que:

A atividade mais importante, pois, é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridades, regularidades e diferenças de formas e de usos lingüísticos, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. (BRASIL, 1998b, p. 28).

A saber, os rearranjos lingüísticos realizados pelos alunos advêm de como os alunos querem construir a sua linguagem perante as diversas situações de uso da língua. Além disso, as interações entre alunos pode ser uma atividade de aprendizado para entender como a variação lingüística está presente fora e dentro da escola, com os alunos, familiares ou conhecidos.

A respeito da variação lingüística em LP, o documento expõe que, não se deve inferir que há uma variedade fixa a ser seguida, pois em um espaço social, há falantes de diferentes localidades do Brasil, em razão disso, não se pode concluir que a pronúncia, o emprego de palavras, a morfologia ou as construções sintáticas são as mesmas.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüística, geralmente associadas a diferentes valores sociais. Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla lingüística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998b, p. 29).

Para Freitag e Lima (2010, p; 128-129), os PCNs preconizam as práticas sociais em situações reais de interação “os PCNs apregoam o contato do aluno com a língua em funcionamento nas mais diferentes situações comunicativas. Tem a ver com o que há de

comum nos usos linguísticos de diferentes grupos sociais.” De acordo com Freitag e Lima (2010), a concepção de que a língua é heterogênea, passível de variações e mudanças podem levar as pessoas a refletirem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua com intuito de combater o preconceito linguístico.

De acordo com o documento, o uso de uma variedade em detrimento de outra está relacionada a diversos fatores como geográfico, social, faixa etária, gênero, contexto de fala e o vínculo entre os falantes (amizade, família, desconhecido, etc.). Além disso, são postas duas razões para desmistificar que a fala e a escrita se restringem a um único modelo.

Em primeiro lugar, está o fato de que ninguém escreve como fala, ainda que em certas circunstâncias se possa falar um texto previamente escrito (é o que ocorre, por exemplo, no caso de uma conferência, de um discurso formal, dos telejornais) ou mesmo falar tendo por referência padrões próprios da escrita, como em uma exposição de um tema para auditório desconhecido, em uma entrevista, em uma solicitação de serviço junto a pessoas estranhas. Há casos ainda em que a fala ganha contornos ritualizados, como nas cerimônias religiosas, comunicados formais, casamentos, velórios etc. No dia-a-dia, contudo, a organização da fala, incluindo a escolha de palavras e a organização sintática do discurso, segue padrões significativamente diferentes daqueles que se usam na produção de textos escritos.

Em segundo lugar, está o fato de que, nas sociedades letradas (aquelas que usam intensamente a escrita), há a tendência de tomarem-se as regras estabelecidas para o sistema de escrita como padrões de correção de todas as formas lingüísticas. Esse fenômeno, que tem na gramática tradicional sua maior expressão, muitas vezes faz com que se confunda falar apropriadamente à situação com falar segundo as regras de bem dizer e escrever, o que, por sua vez, faz com que se aceite a idéia despropositada de que ninguém fala corretamente no Brasil e que se insista em ensinar padrões gramaticais anacrônicos e artificiais. (BRASIL, 1998b, p. 30).

O contexto em que está situado os falantes é que vai determinar como será estabelecida a comunicação, seja no âmbito formal ou informal. O professor, por exemplo, deveria levar seus alunos a refletirem sobre como a comunicação e o contexto estão imbricados para que não haja ruído na mensagem. Essa reflexão poderia ser através de atividades relacionadas às variedades da língua e às diversas situações de uso da língua oral e escrita. De acordo com o documento,

Essas crenças [mitos de que existe uma forma “correta” de falar ou que a fala de uma região é melhor do que as outras] insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma

língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter. Ainda se ignora um princípio elementar relativo ao desenvolvimento da linguagem: o domínio de outras modalidades de fala e dos padrões de escrita (e mesmo de outras línguas) não se faz por substituição, mas por extensão da competência lingüística e pela construção ativa de subsistemas gramaticais sobre o sistema já adquirido. (BRASIL, 1998b, p. 31).

A saber, o mito de que uma determinada região possui uma fala de prestígio do que as demais só corrobora para que haja desavenças regionais e culturais. Além disso, a propagação desse mito pode causar bloqueio na comunicação por parte desses falantes por acreditarem que a sua fala não condiz com os padrões aceitáveis pela comunidade.

Nos objetivos gerais de LP estão presentes as produções de discursos que possibilitam que os alunos usem a linguagem nas diversas situações de interlocução:

- utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso;
- utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento:
- analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos:
 - * identificando e repensando juízos de valor tanto socioideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua;
 - * reafirmando sua identidade pessoal e social;
- conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito lingüístico;
- reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades;
- usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise lingüística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica. (BRASIL, 1998b, p. 33).

Nesses objetivos, pode-se observar a preocupação da área de LP em levar o aluno a conhecer e a valorizar as variedades lingüísticas nas diferentes produções de discursos e combater o preconceito lingüístico.

O estudo das variedades lingüísticas através da língua materna permite identificar os recursos lingüísticos dos quais os alunos já têm pleno domínio e aqueles que ainda precisam (re)conhecer. Esse estudo proporciona que os alunos tenham contato

e conheçam outros tipos de variedades linguísticas para que suas competências discursiva e reflexiva sobre o objeto novo a ser estudado sejam adquiridas. Para o documento, a escola deve proporcionar um espaço plural onde todos sejam ouvidos e respeitados.

A escola deve assumir o compromisso de procurar garantir que a sala de aula seja um espaço onde cada sujeito tenha o direito à palavra reconhecido como legítimo, e essa palavra encontre ressonância no discurso do outro. Trata-se de instaurar um espaço de reflexão em que seja possibilitado o contato efetivo de diferentes opiniões, onde a divergência seja explicitada e o conflito possa emergir; um espaço em que o diferente não seja nem melhor nem pior, mas apenas diferente, e que, por isso mesmo, precise ser considerado pelas possibilidades de reinterpretação do real que apresenta; um espaço em que seja possível compreender a diferença como constitutiva dos sujeitos. (BRASIL, 1998b, p. 48).

A escola deve ser um espaço de respeito e reflexão para o agir e o falar dos alunos. Os alunos precisam saber que não serão silenciados ou diminuídos por utilizar uma variante que seus colegas ou professores não (re)conhecem. Quanto ao ensino-aprendizagem de LP dos sujeitos do terceiro e do quarto ciclo, espera-se que os alunos, através dos textos orais:

- planeje a fala pública usando a linguagem escrita em função das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos;
- considere os papéis assumidos pelos participantes, ajustando o texto à variedade linguística adequada;
- saiba utilizar e valorizar o repertório linguístico de sua comunidade na produção de textos;
- monitore seu desempenho oral, levando em conta a intenção comunicativa e a reação dos interlocutores e reformulando o planejamento prévio, quando necessário;
- considere possíveis efeitos de sentido produzidos pela utilização de elementos não-verbais. (BRASIL, 1998b, p. 51).

Essa atividade de desempenho oral corrobora para que o aluno, através de sua fala em público, adote as formas linguísticas que se sente mais confortável em proferi-las ou porque sejam variações de alcance de todos.

No Processo de Análise Linguística, é acrescido que pretende-se que o aluno obtenha conhecimento sobre o funcionamento da linguagem, das diferentes variedades da LP e compreenda as funções discursivas e seus contexto de uso:

- constitua um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento da linguagem e sobre o sistema linguístico relevantes para as práticas de escuta, leitura e produção de textos;

- aproprie-se dos instrumentos de natureza procedimental e conceitual necessários para a análise e reflexão linguística (delimitação e identificação de unidades, compreensão das relações estabelecidas entre as unidades e das funções discursivas associadas a elas no contexto);
- seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos. (BRASIL, 1998b, p. 52).

Na Prática de Análise Linguística de conteúdos relacionados à variação linguística são propostos os seguintes componentes para as produções orais e escritas dentro da sala de aula.

- Observação da língua em uso de maneira a dar conta da variação intrínseca ao processo lingüístico, no que diz respeito:
 - * aos fatores geográficos (variedades regionais, variedades urbanas e rurais), históricos (linguagem do passado e do presente), sociológicos (gênero, gerações, classe social), técnicos (diferentes domínios da ciência e da tecnologia);
 - * às diferenças entre os padrões da linguagem oral e os padrões da linguagem escrita;
 - * à seleção de registros em função da situação interlocutiva (formal, informal);
 - * aos diferentes componentes do sistema lingüístico em que a variação se manifesta: na fonética (diferentes pronúncias), no léxico (diferentes empregos de palavras), na morfologia (variantes e reduções no sistema flexional e derivacional), na sintaxe (estruturação das sentenças e concordância).
- Comparação dos fenômenos lingüísticos observados na fala e na escrita nas diferentes variedades, privilegiando os seguintes domínios:
 - * sistema pronominal (diferentes quadros pronominais em função do gênero): preenchimento da posição de sujeito, extensão do emprego dos pronomes tônicos na posição de objeto, desaparecimento dos clíticos, emprego dos reflexivos etc. (BRASIL, 1998b, p. 61-62).

Assim, o estudo da variação linguística, em sala de aula, é apresentado através diferentes componentes e situações, ou seja, a variação linguística é apontada não somente nas diferenças regionais, oral e escrita, mas abordada de forma mais ampla nas diferenças dos fenômenos e do sistema linguístico.

Além disso, a temática variação linguística é mencionada no tópico “Os Valores e Atitudes Subjacentes às Práticas de Linguagem”, espera-se do aluno a valorização, o posicionamento crítico, o interesse e atitudes relacionadas às variedades linguísticas, às diferentes opiniões difundidas nos textos orais e escritos e na ampliação do repertório a partir de materiais diversificados:

- Valorização das variedades lingüísticas que caracterizam a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa nas diferentes regiões do país.
- Valorização das diferentes opiniões e informações veiculadas nos textos orais ou escritos como possibilidades diferenciadas de compreensão do mundo.
- Posicionamento crítico diante de textos, de modo a reconhecer a pertinência dos argumentos utilizados, posições ideológicas subjacentes e possíveis conteúdos discriminatórios neles veiculados.
- Interesse, iniciativa e autonomia para ler textos diversos adequados à condição atual do aluno.
- Atitude receptiva diante de leituras desafiadoras e disponibilidade para a ampliação do repertório a partir de experiências com material diversificado e recomendações de terceiros. (BRASIL, 1998b, p. 64).

No final do documento é abordada a temática “preconceito linguístico na escola”. De acordo com o documento, a escola é um espaço social que não pode/deve aceitar a reprodução do preconceito linguístico, como se as variedades linguísticas fossem desvios ou incorreções linguísticas, é preciso combater esse preconceito, pois todas as variedades linguísticas são autênticas e fazem parte da história e da cultura humana.

Freitag e Lima (2010) afirmam que a proposta dos PCNs é de que o aluno tenha contato e amplie sua participação social no exercício da cidadania e desenvolva suas habilidades leitora, escrita e expressão oral em consonância com as demandas sociais e que tenha discernimento dos diferentes usos da língua como atividade social.

Na área de LP, a variação linguística é abordada de maneira muito detalhada com intuito do professor refletir sobre essa temática e trabalhá-la de maneira que os alunos possam se sentir acolhidos, entender os valores sociais e histórico advindo das variedades linguísticas, bem como levar os alunos a utilizar e valorizar o repertório linguístico de sua comunidade, levando sempre em conta os interlocutores e o contexto.

3.3.1.2 Língua Estrangeira

No que se refere à Língua Estrangeira¹⁹, o documento assume que, para que haja uma política de pluralismo linguístico na inclusão de uma determinada LE no currículo, é preciso considerar os fatores: relativos à história, à tradição e às comunidades locais. Ainda é acrescido que a cidadania, a consciência crítica sobre a linguagem e os aspectos sociopolíticos são temas centrais que servem de apoio às discussões, desenvolvimento e

¹⁹A disciplina de LE era prevista como disciplina obrigatória a partir da 5ª série e era de responsabilidade da comunidade escolar a escolha da LE. No entanto, com a medida provisória 746/2016, a língua inglesa se torna a língua obrigatória das escolas públicas.

aprendizagem de LE. Para o documento “A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, (...)” (BRASIL, 1998b, p. 19).

Segundo o documento, o aluno, ao aprender uma LE, terá condições de construir discursos e realizar atividades pedagógicas na língua-alvo.

A aprendizagem de uma língua estrangeira deve garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso. Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção como sujeito do discurso via Língua Estrangeira. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. (BRASIL, 1998b, p. 19).

No entanto, há algumas dificuldades com as quais os alunos se deparam na construção de seus discursos em LE como “carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.” (BRASIL, 1998b, p. 21). Esses obstáculos são enfrentados por muitos alunos e professores de escolas brasileiras, pois muitas escolas não possuem infraestruturas e corpo docente para atender seu alunado.

Através da aprendizagem de LE, o aluno poderia desenvolver habilidades linguísticas e compreender o funcionamento e as particularidades de uma LE em consonância com o funcionamento de sua língua materna.

A aprendizagem de Língua Estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades lingüísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. Ao mesmo tempo, ao promover uma apreciação dos costumes e valores de outras culturas, contribui para desenvolver a percepção da própria cultura por meio da compreensão da(s) cultura(s) estrangeira(s). (BRASIL, 1998b, p. 37)

No decorrer da aprendizagem de uma LE, o aluno também poderá construir seu engajamento discursivo a partir de diversos temas, inclusive dos temas transversais²⁰ que estão presentes no contexto social.

²⁰ Os temas transversais estão relacionados com a Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. Esses temas eram considerados assuntos atuais e urgentes, de abrangência global.

Assim, os temas transversais, que têm um foco claro em questões de interesse social, podem ser facilmente trazidos para a sala de aula via Língua Estrangeira. A análise das interações orais e escritas em sala de aula é um meio privilegiado para tratar dos temas transversais ao se focar as escolhas lingüísticas que as pessoas fazem para agir no mundo social. Isso pode ser feito tanto do ponto de vista das escolhas temáticas os conhecimentos de mundo acionados (aquilo do que se fala, sobre o que se escreve, ou se lê) quanto do ponto de vista das escolhas sistêmicas (nos níveis sintático, morfológico, lexico-semântico, fonético-fonológico) e de organização textual (tipos de texto) e ainda da variação lingüística (como comunidades de falantes de regiões diferentes de um mesmo país variam no uso da língua, por exemplo). (BRASIL, 1998b, p. 43).

No documento é sugerido que o professor faça um trabalho de natureza intercultural para que os alunos tenham contato com diferentes tipos de textos para saber discernir seus propósitos na sociedade, pois é através da escrita que o indivíduo faz escolhas de organização textual a partir de diferentes posicionamentos de mundo, seja social, econômico e político.

O tópico intitulado “variação lingüística” (BRASIL, 1998b, p. 47) possui menos de uma página. Segundo o documento, dentro da sala de aula, é válido comparar as variedades lingüísticas que possuem prestígio social a aquelas discriminadas socialmente, para que os alunos tenham em conta que a comunicação é válida quando se é entendida, em determinados contextos. Ainda é sugerido que o professor compare as variedades rurais e as variedades urbanas em situações como em uma entrevista de emprego para exemplificar ao aluno como as variedades lingüísticas e seus fatores sociais revelam a identidade social do interlocutor.

Além disso, é ressaltado que o intuito da comparação é conscientizar os alunos de que suas escolhas lingüísticas são válidas e não rechaçar seus discursos, pois é dever de todos respeitar a cultura e a variedade lingüística de cada indivíduo.

A questão da variação lingüística em Língua Estrangeira pode ajudar não só a compreensão do fenômeno lingüístico da variação na própria língua materna, como também do fato de que a língua estrangeira não existe só na variedade padrão, conforme a escola normalmente apresenta. Aqui não é suficiente mostrar a relação entre grupos sociais diferentes (regionais, de classe social, profissionais, de gênero etc.) e suas realizações lingüísticas; é necessário também indicar que as variações lingüísticas marcam as pessoas de modo a posicioná-las no discurso, o que pode muitas vezes excluí-las de certos bens materiais e culturais. (BRASIL, 1998b, p. 47).

Essa posição do falante no discurso pode ser algo negativo quando o falante é recriminado pela sua maneira de falar. O preconceito lingüístico se instala quando o

falante é julgado e recriminado por não usar determinadas falas que muitas julgam ser as aceitáveis para determinados contextos.

De acordo com o documento, espera-se que no decorrer do terceiro e quarto ciclo o aluno seja capaz de

- identificar no universo que o cerca as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngüe e compreendendo o papel hegemônico que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico;
- vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo;
- construir consciência lingüística e consciência crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo; (BRASIL, 1998b, p. 66-67).

Nessa perspectiva, identificar, vivenciar e construir possibilitam que o aluno, através da aprendizagem de uma LE, aprenda uma nova cultura, comece a pensar de e a ver as coisas mediante a um ponto de vista diferente. No documento é salientado que a partir da 5ª série pelo menos uma LE Moderna é obrigatória e a escolha dessa LE fica a critério da comunidade escolar.

O tratamento dado ao tema variação linguística na área de LE foi feito de maneira sucinta, não há um detalhamento como na área de LP. Não foi abordada a importância dos valores sociais e históricos oriundos da variação linguística, mas acredita-se que o professor ao ler esse documento poderá refletir e criar condições e atividades para que a variação linguística em LE seja contemplada não por curiosidades relacionadas ao léxico, mas através de reflexões que levem o aluno a conhecer, refletir e respeitar as variedades linguísticas e culturais da língua-alvo.

3.1.3 PCN+ Ensino Médio (2002)²¹

O PCN+ Ensino Médio, de 2002, são Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O PCN+ adveio de uma

²¹ Os PPCs analisados não se embasaram no PCN Ensino Médio, por isso não será estudado nesta pesquisa.

atualização da Educação Brasileira.²² Esse documento não é normativo, mas sim norteador para os profissionais de Educação do Ensino Médio em seus trabalhos pedagógicos e se fundamenta na LDB (1996).

Esse documento tem como proposta auxiliar as Instituições Educacionais a elaborar seus PPCs adaptados às realidades e às necessidades dos alunos e das escolas. A temática “variação linguística” está presente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna.

3.3.2.1 Língua Portuguesa

Em relação à disciplina LP, o documento exemplifica situações de interação social de uso da língua.

- Na fala ou na escrita, é fundamental considerar a situação de produção dos discursos que, afinal, são possibilitados pelo conhecimento gramatical (morfológico, sintático, semântico) de cada pessoa.
- Compreender que o aceitável na linguagem coloquial pode ser considerado um desvio na linguagem padrão ou norma culta.
- Abordar os diversos graus de formalidade das situações de interação.
- Compreender as especificidades das modalidades oral e escrita da língua. (BRASIL, 2002, p. 60)

A compreensão de uma língua está relacionada com sua cultura, ou seja, língua e cultura estão imbricadas. O falante ao ter contato com a língua, oportuniza um conhecimento sobre a cultura da língua-alvo, pois o dinamismo da língua se dá através de diferentes contextos e interações sociais entre falante e comunidade.

Essas situações de uso da língua estão expressas no tópico “Contextualização Sociocultural”.

A língua, bem cultural e patrimônio coletivo, reflete a visão de mundo de seus falantes e possibilita que as trocas sociais sejam significadas e ressignificadas. No domínio desse conceito está, por exemplo, o estudo da história da literatura, a compreensão do dinamismo da língua, a questão do respeito às diferenças lingüísticas, entre outros. (BRASIL, 2002, p.63)

Entende-se que o PCN+ sugere que o professor leve o aluno a compreender a heterogeneidade na língua da seguinte maneira:

²². Como mencionado, a LDB foi publicada em 1996, e desde então sofreu várias alterações. Em 1998 foram publicados os PCN para as Instituições Educativas. Os PCN+ Ensino Médio foram publicados 6 anos após a homologação da LDB, no ano 2002

- Os sujeitos que participam do processo de ensino e aprendizagem devem ter consciência de que qualquer língua, entre elas a portuguesa, comporta um grande número de variedades lingüísticas, que devem ser respeitadas.
- Tais variedades são mais ou menos adequadas a determinadas situações comunicativas, nas quais se levam em consideração os interlocutores, suas intenções, o espaço, o tempo.
- Quando se considera a pluralidade de discursos proporcionados por essas variedades, nas modalidades oral e escrita, torna-se pertinente o questionamento de rótulos como certo e errado.
- Cabe à escola propiciar que o aluno participe de diversas situações de discurso, na fala ou na escrita, para que tenha oportunidade de avaliar a adequação das variedades lingüísticas às circunstâncias comunicativas.
- A norma culta, considerada com uma das variedades de maior prestígio quando se trata de avaliar a competência interativa dos usuários de uma língua, deve ter lugar garantido na escola, mas não pode ser a única privilegiada no processo de conhecimento lingüístico proporcionado ao aluno. (BRASIL, 2002, p.75-76).

Nesse documento, pode-se observar a preocupação de garantir que o aluno saiba da heterogeneidade existente na língua e ao mesmo tempo, que o aluno tenha contato com as variedades lingüísticas e não somente a norma culta.

No tópico “Temas estruturantes”, o ensino da variação lingüística é apresentado através de diferentes eixos sugeridos para o ensino de LP. Os três Quadros (Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3) a seguir se referem às unidades temáticas e competências e habilidades sobre o estudo da variação lingüística.

Quadro 1. Variação Lingüística – Uso da língua

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	
Unidades temáticas	Competências e habilidades
Língua falada e língua escrita; gramática natural; automatização e estranhamento	Conceituar; identificar intenções e situações de uso.
Linguagem; tipologia textual	Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando texto e contexto de uso.
Tipologia textual; interlocução	Distinguir contextos, adequar a linguagem ao contexto.
Gíria e contexto	Relacionar língua e contexto; escolher uma variante entre algumas que estão disponíveis na língua.
Língua e contexto	Identificar níveis de linguagem; analisar julgamentos; opinar.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2002, p. 72)

Quadro 2. Variação lingüística. Diálogo entre textos: um exercício de leitura

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	
Unidades temáticas	Competências e habilidades
Função e natureza da intertextualidade	Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando texto e contexto.

Protagonista do discurso; intertextualidade	Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal.
---	--

Fonte: Adaptado de BRASIL (2002, p. 72)

De acordo com o documento, no que se refere à gramática descritiva, o Brasil possui uma enorme variedade linguística e isso deve ser levado em conta. Questões como certo ou errado da gramática normativa e prescritiva deveriam ser substituídas por adequado ou inadequado, conforme a situação em que o falante se encontra. O documento ainda acrescenta que a escola deve considerar e valorizar a variação linguística de seus alunos e ao mesmo tempo dar-lhes oportunidade de ter acesso à norma padrão.

Quadro 3. Variação linguística. Ensino de gramática: algumas reflexões

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	
Unidades temáticas	Competências e habilidades
Gramática; lingüística; gramaticalidade	Distinguir gramática descritiva e normativa, a partir da adequação ou não a situações de uso.
Gramática normativa; erro	Considerar as diferenças entre língua oral e escrita.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2002, p. 73)

A respeito da formação do professor, o documento salienta que a escola admite as variedades linguísticas dos alunos, mas que o professor deve dominar a norma padrão culta da língua e a gramática normativa para realizar as atividades de linguagem.

De fato, o simplismo com que são transpostas e recebidas algumas teorias da comunicação pode levar a grandes confusões conceituais e metodológicas. Apenas para citar um exemplo: não é porque a escola deva acolher as variedades lingüísticas de seus estudantes, para posteriormente realizar atividades de linguagem em torno delas, que o professor deva se eximir de conhecer muito bem o padrão culta da língua e as bases da gramática normativa. (BRASIL, 2002, p.86).

Nesse sentido, o conhecimento só pode ser transpassado quando o indivíduo (nesse caso, o professor) compreende e tem condições de falar sobre determinado assunto. Então, para que o professor realize atividades relacionadas às variedades linguísticas, ele precisa entender a importância da temática e também dominar a língua padrão culta para exemplificar os diferentes contextos de uso.

Diante dessas informações, pode ser observado que o estudo da variação linguística está presente no PCN+ e que esse documento dá respaldo para o professor de LP abordar essa temática em sala de aula. Entende-se, através do documento, que o estudo das variedades linguísticas é uma forma de combater o preconceito linguístico e diminuir as desigualdades sociais, levando em conta a bagagem cultural do aluno, respeitando sua origem, sua cultura e sua forma de falar.

3.3.2.2 Língua Estrangeira Moderna

Com referência à LE Moderna²³, quanto às competências e habilidades, é recomendado que se reconheçam os recursos expressivos das linguagens verbais e escritas “Esta competência implica compreender que intenções comunicativas presidem a escolha de diferentes registros, o uso de gírias, da norma culta ou de variações dialetais.” (BRASIL, 2000, p. 99). Aspectos linguísticos e gramaticais também devem ser analisados e percebidos ao se estudar uma LEM.

Analisar e perceber características próprias do idioma estrangeiro falado e escrito (norma culta e uso informal da língua): ordenação de palavras na frase, sistemas de interrogação e negação, colocação pronominal, uso de expressões idiomáticas, uso de plurais irregulares etc. O desvendamento analítico de um idioma pressupõe ter como referencial básico essa língua, em seus contextos de uso. Essa competência implica a utilização da metalinguagem. (BRASIL, 2002, p.100).

Segundo o documento, a variação linguística é um produto sociocultural que indica as características específicas de cada país que possui o mesmo idioma.

A língua influencia e é influenciada pela cultura. Por exemplo, a gíria ou as variações que se verificam em um mesmo idioma, nos diferentes países em que é falado, são um dos produtos socioculturais que revelam as diversidades resultantes de características específicas de épocas, lugares e visões de mundo, plasmadoras da língua e por ela incorporadas. (BRASIL, 2002, p.101).

É a partir da língua que se pode observar a diversidade existente nos países de um mesmo idioma. A língua está atrelada à cultura. Essas características socioculturais são possíveis de serem observadas porque são sinalizadas pela língua.

O PCN+ frisa focar na aprendizagem centralizada na função comunicativa e apresenta as competências que devem ser trabalhadas em sala de aula.

- Ser capaz de compreender e produzir enunciados corretos e apropriados a seus contextos em língua estrangeira, fazendo uso de competências gramaticais, estratégicas, sociolingüísticas e discursivas.
- Saber distinguir norma culta de linguagem informal e, especialmente, os contextos de uso em que uma e outra devem ser empregadas. O uso de gírias é apropriado, desde que o contexto assim o permita. É importante, pois, selecionar vocabulário adequado para uso oral e escrito, a partir de um repertório que se amplia gradualmente ao longo dos três anos de curso.
- Relacionar textos e seus contextos por meio da análise dos recursos expressivos da linguagem verbal, segundo intenção, época, local e

²³ No decorrer deste subcapítulo será usado a sigla LEM para Língua Estrangeira Moderna.

estatuto dos interlocutores, fatores de intertextualidade e tecnologias disponíveis.

- Perceber características quanto à produção dos enunciados, os quais são reflexo da forma de ser e pensar de quem os produziu.
- Perceber o texto como um todo coeso e coerente, no qual certas expressões e vocábulos são empregados em razão de aspectos socioculturais inerentes à idéia que se quer comunicar. A percepção da coerência e da coesão textuais dar-se-á pela aquisição de competências e habilidades conquistadas em atividades de decodificação e interpretação de elementos intrínsecos à estrutura textual: conectivos (*linkers*), ordenação frasal (*word order*), uso de expressões idiomáticas, de *phrasal verbs* e de vocabulário adequado ao contexto comunicativo como, por exemplo, o emprego de palavras ligadas ao avanço tecnológico ou vocábulos próprios da esfera da informática.
- Compreender que a finalidade última da análise estrutural e organizacional da língua é dar suporte à comunicação efetiva e prática – ou seja, a produção de sentido é a meta final dos atos de linguagem, quer se empreguem estratégias verbais, quer não-verbais.
- Perceber que o domínio de idiomas estrangeiros no ensino médio, ainda que se dê de forma parcial, permite acesso a informações diversificadas, a outras culturas e a realidades de diferentes grupos sociais. (BRASIL, 2002, p.107-108).

Essas competências voltam a ser sinalizadas no documento BNCC, contudo sobre outras perspectivas. Nas competências deste documento, a variação linguística está presente como forma de compreender a língua e a sua heterogeneidade.

De maneira geral, na área de LE, o estudo da variação linguística é posto como um produto sociocultural em que o aluno adquire conhecimento através das peculiaridades dos países falantes da língua-alvo, bem como o estudo de aspectos linguísticos e gramaticais de acordo com os contextos sociais. Nessa área, não são mencionados aspectos como o preconceito linguístico e as desigualdades sociais advindas do estudo das variações linguísticas como é citado na área de LP, embora o PCN+ menciona que o aluno deverá trabalhar em sala de aula funções comunicativas que o levem a entender e utilizar diferentes expressões.

3.1.4 OCEM (2006)

As Orientações curriculares para o Ensino Médio (OCEM)²⁴ atendem à Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005 que dispõe a LESP como disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas e de escolha optativa por parte do aluno do Ensino Médio para se

²⁴ As OCEM possuem 3 volumes, sendo: Volume 1 - Linguagem, Código e suas Tecnologias, Volume 2 - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Volume 3 - Ciência Humanas e suas tecnologias. Esta pesquisa focará no volume 1 onde se encontra os conhecimentos de Língua Portuguesa, conhecimentos de Língua Estrangeira e os conhecimentos de Espanhol.

matricular nessa disciplina, sendo também a mesma facultada nos currículos do Ensino Fundamental.

O presente texto tem como objetivo o estabelecimento de Orientações Curriculares Nacionais para o ensino da disciplina Língua Estrangeira Moderna – Espanhol no ensino médio, em virtude da sanção da Lei nº 11.161 (5/08/2005), que torna obrigatória a oferta da Língua Espanhola, em horário regular, nas escolas públicas e privadas brasileiras que atuam nesse nível de ensino. A lei também faculta a inclusão do ensino desse idioma nos currículos plenos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. (BRASIL, 2006, p. 127)

As OCEM foram elaboradas no ano de 2006 e tem como objetivo auxiliar o professor e a escola, considerando as diversas realidades e privilegiando o trabalho coletivo na prática docente. As OCEM (2006) são um conjunto de documento que têm como proposta trazer reflexões para a prática docente.

As orientações não devem ser tomadas como “receitas” ou “soluções” para os problemas e os dilemas do ensino de Língua Portuguesa, e sim como referenciais que, uma vez discutidas, compreendidas e (re)significadas no contexto da ação docente, possam efetivamente orientar as abordagens a serem utilizadas nas práticas de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 17)

A temática “variação linguística” está presente nas disciplinas de LP, LE e LESP²⁵. O documento OCEM (BRASIL, 2006, p. 19) apresenta as contribuições que a Linguística e a Linguística Aplicada proporcionaram nos últimos anos, em diferentes instâncias.

3.1.4.1 Língua Portuguesa²⁶

Na disciplina LP, de acordo com o documento, por volta de 1970 houve um debate sobre uma necessária revisão e mudanças nas práticas de ensino e na aprendizagem na escola em junção aos novos conteúdos dos que tradicionalmente eram adotados em sala de aula.

Essa primeira mudança de paradigma preconizava a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem à luz dos fatores envolvidos na variação linguística. Defendia-se, portanto, que o planejamento, a execução e a avaliação dos resultados das práticas de ensino e de aprendizagem levassem em

²⁵ A sigla ESP continuará sendo usada para se referir ao ensino de Língua Espanhola, no decorrer desta pesquisa.

²⁶ Os consultores de Conhecimentos de Língua Portuguesa são Jane Quintiliano Guimarães Silva, Juliana Alves Assis e Maria de Lourdes Meirelles Matencio.

conta fatores como classe social, espaço regional, faixa etária, gênero sexual. Tais fatores, dizia-se, deveriam, ainda, ser considerados em relação às situações de uso da língua que determinam tanto o grau de formalidade e o registro utilizado quanto a modalidade de uso, se falada ou escrita. (BRASIL, 2006, p. 19)

Entretanto, não foi estabelecido um entendimento da importância da variação linguística na escola, visto que “Abrir a escola para reflexões dessa natureza era considerado como ameaça ao conhecimento sobre a língua que até então imperava nas salas de aula.”. De acordo com o documento:

Em outras palavras, no debate que então se estabeleceu, tais questões não foram avaliadas por muitos em sua efetiva importância, a saber: a de que considerar a variação e a mudança linguísticas como fatos intrínsecos aos processos sociais de uso da língua deveria contribuir para que a escola entendesse as dificuldades dos alunos e pudesse atuar mais pontualmente para que eles viessem a compreender quando e onde determinados usos têm ou não legitimidade e pudessem, tendo alcançado essa consciência social e linguística, atuar de forma também mais consciente nas interações de que participassem, fossem elas vinculadas às práticas orais ou às práticas escritas de interação. Pode-se complementar dizendo que faltava uma certa convicção quanto à importância das questões relativas à variação e à mudança linguísticas, como efeito, inclusive, da abordagem estruturalista nos estudos linguísticos, que ainda vigorava, valorizando excessivamente o estudo da forma. (BRASIL, 2006, p. 20)

Entretanto, os estudos sobre língua e linguagem apesar de terem avançado muito em aspectos teóricos e metodológicos, não estavam acessíveis aos licenciados em letras desde sua formação inicial e continuada.

Para o documento, os alunos, nos diversos estágios de escolarização, devem compreender que a língua varia de acordo com o espaço e com o tempo. Essas características da língua, quando compreendidas, corroboram para a redução de estigmas de que o uso das variedades linguísticas nas escolas é uma ameaça ao ensino.

Não se pode dizer, entretanto, que tenha havido, nesse período, uma alteração de fato significativa em termos de objetos de ensino, até porque, muitas vezes, compreendeu-se que a defesa do respeito ao modo de usar a língua pelos diferentes sujeitos e nas diferentes situações significava **ênfatisar** o ensino de variedades linguísticas não padrão. Abrir a escola para reflexões dessa natureza era considerado como ameaça ao conhecimento sobre a língua que até então imperava nas salas de aula. (BRASIL, 2006, p. 20)

A preocupação pela variação linguística no âmbito acadêmico nacional ganhou força nos anos 80, depois de sua introdução no contexto brasileiro nos anos 70, no Rio de

Janeiro. A variação dos usos da língua era estudada de acordo com o contexto social de produção de sentido em que essa variação estava manifestada. Na década de 80, para que o entendimento dos usos da língua fosse efetivo, era preciso considerar o contexto e as diferentes formas para a elaboração dos textos, ou seja, era considerado que no processo de produção e/ou recepção dos textos deve ser levado em conta a variação dos usos da língua, bem como o contexto em que ela emerge.

O documento OCEM prevê que o aluno do Ensino Médio construa “habilidades e conhecimentos que o capacitem a refletir sobre os usos da língua(gem) nos textos e sobre fatores que concorrem para sua variação e variabilidade, seja a lingüística, seja a textual, seja a pragmática.” (BRASIL, 2006, p. 32)

No Quadro 4, são identificados eixos organizadores voltados para a variação lingüística no ensino e aprendizagem de LP.

Quadro 4. Eixos Organizadores: Análise dos fatores de variabilidade das (e nas) práticas de língua(gem)

EIXOS ORGANIZADORES DAS ATIVIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO – ANÁLISE DOS FATORES DE VARIABILIDADE DAS (E NAS) PRÁTICAS DE LÍNGUA(GEM)
FOCO DAS ATIVIDADES DE ANÁLISE
Elementos pragmáticos envolvidos nas situações de interação em que emergem os gêneros em estudo e sua materialidade – os textos em análise
<ul style="list-style-type: none"> • Papéis sociais e comunicativos dos interlocutores, relações entre esses, propósito discursivo, função sociocomunicativa do gênero, aspectos da dimensão espaço temporal em que se produz o texto.
Estratégias textualizadoras:
<ul style="list-style-type: none"> • uso dos recursos lingüísticos em relação ao contexto em que o texto é construído (elementos de referência pessoal, temporal, espacial, registro lingüístico, grau de formalidade, seleção lexical, tempos e modos verbais); • uso de recursos lingüísticos em processos de coesão textual (elementos de articulação entre segmentos do texto, referentes à organização – temporal e/ou espacial – das seqüências do texto ou à construção da argumentação); • modos de organização da composição textual – seqüências textuais (tipos textuais narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo, dialogal); • organização da macroestrutura semântica (dimensão conceitual), articulação entre as idéias/proposições (relações lógico-semânticas); • organização e progressão temática.
Mecanismos enunciativos
<ul style="list-style-type: none"> • Formas de agenciamento de diferentes pontos de vista na textualização (identificação dos elementos que sinalizam as vozes e o posicionamento dos enunciadores trazidos à cena no texto), uso dos elementos de modalização (identificação dos segmentos que funcionam como indicações acerca do modo como o enunciadador se posiciona em relação ao que é dito, a seu interlocutor ou a si mesmo). <p>Intertextualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de diferentes relações intertextuais (por exemplo, entre textos que mantenham configuração formal similar, que circulem num mesmo domínio ou em domínios diferentes, que assumam um mesmo ponto de vista no tratamento do tema ou não).

Fonte: Adaptado de BRASIL (2006, p. 39)

As OCEM (2006) salientam que a ação de reformular os parâmetros curriculares da disciplina de LP faz com que a comunidade escolar participe efetivamente da

elaboração do Projetos Político-Pedagógico²⁷ da escola. Também é destacado que através dessa reformulação, os professores pudessem refletir sobre a situação da língua, assim como seus usos e sua variabilidade.

Em relação à disciplina Língua Portuguesa no ensino médio, as respostas a essas questões – construídas pela escola, isto é, em seu projeto pedagógico – pressupõem um professor de língua materna em permanente e contínua formação científica e pedagógica, por meio da qual possa construir uma compreensão sobre seu objeto de ensino/trabalho – os usos sociais da língua, a reflexão sobre seus usos e sua variabilidade –, tendo em vista os interesses e propósitos que orientam sua prática pedagógica. (BRASIL, 2006, p. 44)

3.1.4.2 Língua Estrangeira

No que concerne à LE, as OCEM apresentam que a aprendizagem de uma LE vai além de um mero instrumento linguístico de capacitar o aprendiz. O aprendizado de uma determinada língua pode,

- estender o horizonte de comunicação do aprendiz para além de sua comunidade lingüística restrita própria, ou seja, fazer com que ele entenda que há uma heterogeneidade no uso de qualquer linguagem, heterogeneidade esta contextual, social, cultural e histórica. Com isso, é importante fazer com que o aluno entenda que, em determinados contextos (formais, informais, oficiais, religiosos, orais, escritos, etc.), em determinados momentos históricos (no passado longínquo, poucos anos atrás, no presente), em outras comunidades (em seu próprio bairro, em sua própria cidade, em seu país, como em outros países), pessoas pertencentes a grupos diferentes em contextos diferentes comunicam-se de formas variadas e diferentes;
- fazer com que o aprendiz entenda, com isso, que há diversas maneiras de organizar, categorizar e expressar a experiência humana e de realizar interações sociais por meio da linguagem. (Vale lembrar aqui que essas diferenças de linguagem não são individuais nem aleatórias, e sim sociais e contextualmente determinadas; que não são fixas e estáveis, e podem mudar com o passar do tempo.);
- aguçar, assim, o nível de sensibilidade lingüística do aprendiz quanto às características das Línguas Estrangeiras em relação à sua língua materna e em relação aos usos variados de uma língua na comunicação cotidiana;
- desenvolver, com isso, a confiança do aprendiz, por meio de experiências bem-sucedidas no uso de uma língua estrangeira, enfrentar os desafios cotidianos e sociais de viver, adaptando-se, conforme necessário, a usos diversos da linguagem em ambientes diversos (sejam esses em sua própria comunidade, cidade, estado, país ou fora desses). (BRASIL, 2006, p. 92)

²⁷ Doravante, PPP.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento de uma ou mais LE é muito valorizado no âmbito profissional e acadêmico. O ensino de uma LE deve levar em conta o contexto e sociedade onde estão inseridos esses alunos para que o conhecimento seja efetivo. Isso não exige que o aluno, ao se deparar com uma realidade diferente da dele, através da aprendizagem de uma LE, reflita sobre as diferenças socioculturais e linguística desse novo idioma que está aprendendo.

3.1.4.3 Língua Espanhola²⁸

A LESP ainda é vista como uma língua de fácil aprendizagem no sentido comum, pois, muitos estudantes de LESP criam visões distorcidas e muitas das vezes simplistas sobre o estereótipo de que a LESP é fácil de ser compreendida e que não exige grandes estudos ou esforços para dominá-la. O estudo da LESP exige conhecimentos fonético-fonológico, morfológico, sintático, pragmático e discursivo. É preciso ser considerado que toda língua possui sua singularidade.

A respeito da singularidade de cada LE, Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 21) apontam que nem a LESP é igual para seus falantes, independente das regiões em que estão situados.

Sem dúvida, nem o espanhol, nem qualquer outra língua do mundo, se fala da mesma forma nas regiões e nos estratos socioculturais de que são línguas maternas; nem todos os falantes permaneceram em um mesmo território formando grupos homogêneos; pelo contrário, foram divididos em grupos menores, cada um adotando sua própria identidade cultural e, por que não, linguística. Tradução Nossa²⁹

As OCEM-LESP, na área de LESP, propõem uma reflexão teórico-prática por parte dos professores no processo educativo considerando “(...) à alteridade, à diversidade, à heterogeneidade, caminho fértil para a construção da sua identidade.” (BRASIL, 2006, p. 129) dos aprendizes de LESP.

Percebe-se a preocupação das OCEM-LESP em propor aos professores que considerem a diversidade e a heterogeneidade para a construção da identidade dos seus alunos, visto que cada aluno chega na escola com uma bagagem cultural e linguística

²⁸ As consultoras de Conhecimentos de Espanhol são Isabel Gretel M. Eres Fernández e Neide T. Maia González.

²⁹ No original: Sin duda, ni el español, ni cualquiera otra lengua del mundo, se habla de la misma forma en las regiones y en los estratos socioculturales de donde son lenguas maternas; ni todos los hablantes se han mantenido en un único territorio conformando grupos homogéneos; por el contrario se han dividido en grupos menores adoptando cada uno su propia identidad cultural, y por qué no, lingüística.

única. E no processo educativo, o professor precisa compreender que cada aluno tem as suas particularidades, a partir desse entendimento, acredita-se que a aprendizagem é possível.

Segundo Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 34), o trabalho docente de LESP não está relacionado apenas aos conteúdos gramaticais da língua-alvo, mas também levar aos alunos a reconhecer as diferenças da língua e valorizar as diferenças socioculturais com o intuito de respeitar a diversidade.

O trabalho docente não deve centrar-se apenas nos conteúdos ou conhecimentos de uma gramática particular, neste caso da língua espanhola, mas também facilitar as condições ou melhor, os espaços de convivência que permitam reconhecer os outros nas suas diferenças e singularidades com o propósito de instaurar o valor humano do respeito. As variações linguísticas identificam na diferença dialetal, falantes que se reconhecem e valorizam a diferença sociocultural nos eventos de interação social. Tradução Nossa³⁰

Nas OCEM- LESP (BRASIL, 2006, p. 136) são apresentadas e desmistificadas inquietações como “Que espanhol ensinar?”, mostrando a necessidade de refletir sobre a pluralidade da LESP e sua heterogeneidade nas aulas de LESP. Não se pode estereotipar a língua, mas se deve levar em conta a realidade local e regional onde se oferece o ensino. As OCEM (*ibidem*) ainda acrescentam que da mesma forma, muitos estudantes chegam ao professor com a seguinte indagação: Qual variedade eu devo falar? O professor deve levar o aluno a refletir que todas as variantes são legítimas e que ele deve escolher uma variante pela qual ele se identifica mais, seja pela necessidade, cultura ou pelo gosto pessoal do acento. De acordo com Moreno Fernández (2014, p. 5), o espanhol que deve ser ensinado “é o que mais se ajusta às necessidades e expectativas dos estudantes, quaisquer que sejam.” Tradução Nossa³¹

Há uma crença, por parte dos brasileiros, de que há um espanhol considerado puro/original, no entanto, essa visão reducionista e esse preconceito em relação à variedade da LESP devem ser abordados na escola com intuito de desconstruí-los.

³⁰ No original: La labor docente, no sólo se debe centrar en los contenidos o saberes de una gramática particular, en este caso de la lengua española, sino, además, facilitar las condiciones o mejor, los espacios de convivencia que permitan reconocer a los otros en sus diferencias y singularidades con el propósito de instaurar el valor humano del respeto. Las variantes lingüísticas identifican en la diferencia dialectal, hablantes que se reconocen a sí mismos y valoran la diferencia sociocultural en eventos de interacción social.

³¹ No original: El español que se debe enseñar es el que más se ajuste a las necesidades y expectativas de los estudiantes, sean estas las que sean.

Santos (2002, 2004, 2005) aponta a existência de uma forte tendência, por parte dos brasileiros, a classificarem o Espanhol peninsular como “puro”, “original”, “clássico”, “rico”, “perfeito”, “mais correto”, enquanto a variedade rio-platense, por exemplo, é vista como “derivada”, “diferente”, “carregada de particularidades”, “com mistura de outras línguas”, “com gírias e manias locais”, “mais popular”. No entanto, é preciso que a escola atue no sentido de evitar dicotomias simplificadoras e reducionistas e que permita a exposição dos estudantes à variedade sem estimular a reprodução de preconceitos. (SANTOS 2002, 2004, 2005 apud BRASIL, 2006, p. 134)

No documento OCEM-LESP é mencionado que muitos acreditam que a variedade madrilena é considerada a língua estándar ou língua de prestígio. Entretanto, no documento é advertido que as línguas são marcadas por questões políticas e ideológicas e que o falante não pode renunciar à sua variedade linguística ou seu sotaque por acreditar que há uma variedade a ser seguida como a melhor. Além disso, o documento acrescenta que não se pode reduzir a variedade linguística por vocabulários que possuem suas equivalências ao nomear um código a outro.

Antes de considerar qualquer tipo de correspondência/equivalência linguística, seria preciso determinar, por exemplo, até que ponto são possíveis (se é que o são) as equivalências entre as realidades referidas. Será *un colectivo porteño* a mesma coisa que *una guagua habanera*? A que mundo cada um deles nos remete? Que papéis peculiares desempenham nessas realidades com necessidades, valores, culturas e histórias tão peculiares? (BRASIL, 2006.p. 136)

Um dos fatores que corrobora para que a LESP das regiões hispano-americanas seja renegada é o fato de que, no Brasil, a maior parte dos materiais didáticos para o ensino de espanhol era produzido na Espanha, e privilegiavam o espanhol da região do centro-norte (Madrid). Entretanto, Brasil faz fronteira com países hispano-falantes que possuem variantes linguísticas distintas.

Estudos como os pronomes de tratamentos de segunda pessoa e o valores dos PPS/PPC em diferentes países são temas de suma importância a serem abordados nas aulas de LESP e estão relacionados com o conhecimento sobre a heterogeneidade da língua e entendam sobre os variedades que estão imbricadas na língua.

Ventura (2005 apud BRASIL, 2006) assevera que as variedades linguísticas devem ser expostas a partir de diferentes contextualizações dos estudantes, pois as variedades do espanhol não podem ser tratadas e reduzidas a curiosidades léxicas.

[...] é importante ressaltar que o contato que os alunos tenham com as variedades do espanhol não pode estabelecer somente por meio de uma simples curiosidade léxica, como se as diferenças se reduzissem a umas

tantas palabras que se usan en un lugar e em outro não. É necessário que as variedades apareçam contextualizadas por meio de um falante real ou possível que mostre a referida variedade em funcionamento. O professor não pode somente falar sobre variedades e ser a única voz que as representa, é importante que transmita a palavra a outros falantes que mostrarão como funciona realmente cada variedade. (VENTURA, 2005, p. 119-120 apud BRASIL, 2006, p. 137). Tradução nossa³².

Neste sentido, o ensino da diversidade linguística do espanhol deveria estar inserida no conteúdo linguístico e cultural da disciplina LESP, sendo que, durante as aulas, as diferentes comunidades falantes da LESP poderiam ser diferenciadas, entre outras características, através das particularidades de seus léxicos.

A respeito de que variedade ensinar, o documento aponta que, o professor de LESP, dentro da sala de aula, sendo nativo ou não, deve empregar a variedade que seja mais confortável para ele se expressar, contudo, deve também mencionar outras possíveis variedades para que os alunos tenham contato para que não se crie estereótipos ou preconceitos de que há uma variedade de prestígio.

É claro que o fato de o professor empregar uma variedade qualquer não o exime do dever de mostrar aos alunos que existem outras, tão ricas e válidas quanto a usada por ele, e, dentro do possível, criar oportunidades de aproximação a elas, derrubando estereótipos e preconceitos. (BRASIL, 2006, p. 136)

A respeito das diferentes maneiras de se falar, Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 34) sustentam que não somente os professores de LESP como outros de quaisquer áreas devem respeitar o modo como os estudantes usam a língua para se expressarem, sem julgamentos.

O docente tanto de humanas e língua espanhola bem como de outras áreas, que reconheça na variação linguística o dinamismo da língua, defenda e respeite as criações, expressões ou usos linguísticos de seus estudantes, mesmo de formas que julgamos ser de menor prestígio ou estigmatizadas, jargões, tabus ou difemismos, quando confrontado com a norma padrão ou de prestígio. Tradução Nossa³³

³² No original: [...] es importante resaltar que el contacto que los alumnos tengan con las variedades del español no se puede establecer sólo por medio de simples curiosidades léxicas, como si las diferencias se redujeran a unas tantas palabras que se usan en un lugar y en otro no. Es necesario que las variedades aparezcan contextualizadas y por medio de un hablante real o posible que muestre dicha variedad en funcionamiento. El profesor no puede sólo hablar sobre las variedades y ser la única voz que las representa, es importante que transmita la palabra a otros hablantes que mostrarán cómo funciona realmente cada variedad. (VENTURA, 2005, p. 119-120 apud OCEM, 2006, p. 137).

³³ No original: El docente tanto de humanidades y lengua castellana como de otras áreas que reconozca en la variación lingüística el dinamismo de la lengua, defiende y respeta las creaciones o expresiones o usos

De acordo com as OCEM-LESP (BRASIL, 2006), nenhum nativo de nenhuma língua conhece todas as variedades existentes de sua língua. O professor deve expressar a variante que se sente mais vinculado, sem isentar de apresentar os outros tipos de variedades da LESP.

Por sua vez, Moreno Fernández (2014, p. 4) sustenta que ninguém pode aprender a LESP em todas as suas modalidades porque ninguém conhece a língua por completo. Ele ainda acrescenta que o professor de espanhol não é um especialista em dialetologia hispânica para desenvolver seu trabalho.

E a quantidade de variedades é tal que é difícil alcançar, de um modo global, o conhecimento da forma que assume a língua espanhola em cada uma delas: ninguém conhece a língua em todas as suas variedades e manifestações, do mesmo modo que ninguém pode aprender a língua em todas as suas modalidades. Os professores de espanhol, em sua maioria, não tiveram a oportunidade de conversar com falantes de todas as áreas hispânicas, de aprender diretamente suas variedades de modo direto, nem tem o porquê se especialista em dialetologia hispânica para desenvolver seu trabalho. Tradução Nossa³⁴

Para as OCEM-LESP (BRASIL, 2006), o professor, desde o primeiro dia de aula, deveria explicar o porquê de usar determinada variante para que os alunos entendam que a escolha dessa variante possui uma motivação e isso pode servir de exemplo para que os estudantes se sintam motivados a escolher uma variante que se identificam mais.

Dessa forma, o professor é o elo entre o ensino das variantes e o ensino da LESP, pois os alunos ao terem contato com algumas variedades linguísticas que podem ser: cultural, regional ou social, terão o entendimento de como a língua, o povo, a cultura são heterogêneos. Assim sendo, o professor é o agente ativo que leva o alunos a ter uma reflexão crítica, reflexiva e ativa em seu arredor. Nesse aspecto, o professor deve ser o mediador na construção da consciência linguística de seu alunos, levando-os a uma reflexão sobre a existência das variedades e os contextos de uso.

lingüísticos de sus estudiantes, así se trate de formas que en un momento juzguemos de menor prestigio o estigmatizadas, jergas, tabúes o disfemismos, al confrontarlas con la norma estándar o de prestigio.

³⁴ No original: Y la cantidad de variedades es tal que resulta difícil alcanzar, de un modo global, el conocimiento de la forma que adopta la lengua española en cada una de ellas: nadie conoce la lengua en todas sus variedades y manifestaciones, del mismo modo que nadie puede aprender una lengua en todas sus modalidades. El profesorado de español, en su mayor parte, ni ha tenido la oportunidad de conversar con hablantes de todas las áreas hispánicas, como para conocer sus variedades de un modo directo, ni tiene por qué estar especializado en dialectología hispánica para desarrollar su trabajo.

A variação linguística compõe um retrato da realidade linguística e cultural da variante que se estuda. Para Lodoño, Cisnero Estupiñán e Idárraga (2012, p. 34), o estudo da variação linguística deveria estar presente em demais contextos educacionais:

Em se tratando de planos educacionais, projetos institucionais ou planejamento curricular, o estudo, a reflexão e a pesquisa sociolinguística da variação em sala de aula resolverão muitas inquietudes para o reconhecimento e valorização da fala dos estudantes em seus processos de interação verbal., psicoafetiva, conceitual e pragmática com seus professores, com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Esta variação, como aspecto fundamental no estudo da língua e na formação ética e cidadã do estudante, deve incluir nos planos curriculares da instituição nas licenciaturas e áreas consideradas pertinentes, e deve estar presente tanto em a avaliação como na promoção de valores regionais na oralidade, espaço linguístico em que fica evidente a forma particular como os grupos culturais assumem o mundo da vida. Tradução Nossa³⁵

3.2 Resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE

A elaboração dos PPCs dos cursos de licenciatura é feita a partir das Resoluções do CNE vigentes no período. Nesta pesquisa, analisamos os PPCs das IES públicas do estado de São Paulo de diferentes anos, por isso, serão apresentadas as legislações nas quais se basearam seus elaboradores.

3.2.1 Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP nº 1 de 19 de fevereiro de 2002

A presente Resolução institui as DCN para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura e graduação plena.

Nessa Resolução não há referência explícita ao tema da presente pesquisa. Sabe-se que variação linguística não é sinônimo de diversidade, mas possui uma certa

³⁵ No original: Tratándose de planes educativos, proyectos institucionales o planeamiento curricular, se tiene que el estudio, la reflexión y la investigación sociolingüística de la variación en el aula, resolverán no pocas inquietudes para el reconocimiento y valoración del habla de los estudiantes en sus procesos de interacción verbal, psicoafectiva, conceptual y pragmática con sus profesores, con la comunidad académica y con la sociedad. Esta variación, como aspecto fundamental en el estudio de la lengua y en la formación ética y ciudadana del estudiante, se debe incluir en los planes curriculares de la institución en los grados y áreas que se consideren pertinentes, y debe hacerse presente tanto en la evaluación como en la promoción de valores regionales en la oralidad, espacio lingüístico en el que de todas maneras se evidencia la forma particular como los grupos culturales asumen el mundo de la vida.

similitude quando diz respeito à heterogeneidade. Contudo, nessa Resolução, pode-se dizer que a palavra “diversidade” chegou mais próxima ao tema desta pesquisa.

No parágrafo II do Art. 2º é mencionado que a organização curricular de cada instituição escolar deve orientar a formação do licenciando e capacitá-lo a partir do “II – o acolhimento e o trato da diversidade” (CNE, 2002, p. 1)

Na Resolução CNE/CP nº 1 de 19 de Fevereiro de 2002 é instituído a carga horária dos cursos de licenciatura única. De acordo com o Art. 1º “A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em Curso de Licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas (...)” (CNE, 2002, p. 1)

De acordo com o Parecer 374 de 2009, a carga horária mínima dos cursos de licenciatura dupla é de no mínimo 3.600h.

De fato, a Resolução CNE/CP nº 2/2002 estabeleceu para os cursos de licenciatura um mínimo de 2.800 horas. No entanto, conforme entendimento constante do Parecer CNE/CES nº 83/2007, a carga horária mínima de 2.800 horas definida na citada Resolução considerou a formação em uma única habilitação. Para a inclusão de uma nova habilitação, deverão ser acrescidas, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, das quais, pelo menos, 300 (trezentas) horas serão dedicadas ao estágio supervisionado, conforme se depreende dos Pareceres CNE/CP nºs 8/2008 e 5/2009, do Parecer CNE/CES nº 124/2009 e da Resolução CNE/CP nº 1/2009. (BRASIL, 2009, p. 1)

Alguns PPCs (FCL-UNESP, FCLAR-UNESP, UFSCar e FFLCH-USP) se basearam nesta Resolução do CNE. Por mais que a presente Resolução não faz referência explícita à temática variação linguísticas, nesses PPCs, essa temática esteve presente no decorrer do documento e nas ementas das disciplinas obrigatórias e optativas, como pode ser observado no capítulo 5.

3.2.2 Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015

A presente Resolução define as DCN para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada.

Essa Resolução é aplicada à formação de professores para o exercício da docência da Educação Básica. No capítulo I das Disposições Gerais, a presente Resolução está atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade.

No art. 5º do capítulo II “Formação dos Profissionais do Magistério para Educação Básica: Base Comum Nacional”, é assegurado que na formação desses

profissionais, se leve em conta o contexto educacional da Educação Básica, bem como da profissão e o aluno.

Nos parágrafos I e VII são abordados temas como a realidade social e a reflexão sobre os diferentes tipos de linguagens como forma de conduzir o aprendiz a refletir criticamente sobre as diferentes realidades.

I- à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade; (CNE, 2015, p. 6)

No art. 8º do capítulo III “do(a) egresso(a) da formação inicial e continuada”, no parágrafo VIII é apontado que o egresso deve estar apto entender a diversidade e respeitá-la “VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;” (CNE, 2015, p. 8). Como pode-se notar, o respeito pela diversidade é algo que está presente nas legislações.

No Capítulo IV “Da Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior”, o art. 12 assinala que nos cursos de formação inicial, a diversidade nacional e autonomia das IES devem ser respeitadas. No decorrer do art. 12 são apresentados núcleos que contemplem a diversidade linguística, social e cultural da sociedade brasileira, conforme citação a seguir.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.” (CNE, 2015, p. 9).

O respeito à diversidade volta através do art. 12, somente nos item I-h) e III d) em que podem ser observados de forma explícita o reconhecimento e a utilização de diferentes tipos de linguagens. No entanto, os demais itens remetem aos diferentes recursos expressivos das linguagens que no PCN+Ensino Médio-LEM são chamados de “escolhas de diferentes registros”.

No capítulo V intitulado “Da Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior: Estrutura e Currículo”, o § 1º art. 13 corresponde a carga horária mínima exigida para os cursos de Licenciatura “§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos”.

O Ofício nº 304/2017/SE/CNE/CNE-MEC aclara as dúvidas sobre a carga horária exigida nos cursos de licenciatura única e licenciatura dupla. O Ofício nº 304/2017 se trata de uma resposta à consulta do Conselho Estadual de Educação do Paraná a respeito da Resolução CNE/CP 2/2015. Para licenciatura única, é previsto uma carga horária mínima de 3.200h.

A Resolução CNE/CP nº 01/11, estabelece que para os portadores de diploma de licenciatura em Letras, que pleiteiam uma segunda habilitação no mesmo curso, a carga horária deverá ser de no mínimo 800 horas. Esta Resolução não foi revogada. A Resolução CNE/CP nº 02/15, estabelece o mínimo de 3.200 horas para os cursos de licenciatura. (BRASIL, p. 1, 2017)

A respeito da carga horária do curso de segunda licenciatura que pertence à mesma área do curso de origem é de no mínimo 4.000h.

(...) a Resolução CNE/CP nº 2/2015 reiterou o previsto na Resolução CNE/CP nº 1/2011, qual seja, o mínimo de 800 (oitocentas) horas. Desse modo, tendo em vista a carga horária determinada no Art. 13 da Resolução CNE/CP nº 2/2015, a carga horária do curso de formação inicial de professores e a da segunda licenciatura na mesma área do curso de origem devem somar, no mínimo, 4.000 horas. (BRASIL, p. 2, 2017)

Além disso, no mesmo Ofício, é aclarado que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 prevê segunda licenciatura a habilitações. A carga horária e o termo habilitação são assuntos abordados em todos os PPCs, na análise veremos se os PPCs estão de acordo com a Resolução em que se embasaram.

3.3 Novos Documentos Oficiais (BNCC e BNC-Formação)

Os documentos BNCC e a BNC-Formação trazem as Diretrizes Curriculares que devem ser implementadas nas políticas educacionais nas escolas de Educação Básica. Esses documentos são relativamente recentes, publicados em 2018 e 2019, respectivamente.

Nesta seção, pretende-se explorar os dois documentos inicialmente mencionados por se tratarem de novos documentos que embasarão a elaboração dos PPCs pelas IES para a formação dos Licenciandos para a Educação Básica.

3.3.1 BNCC - Base Nacional Comum Curricular

A BNCC é um documento normativo vigente que tem força de lei. A seguir, a partir de Cellard (2008), apresenta-se uma leitura da BNCC.

1) Contexto, implementação, competências e habilidades da BNCC

A proposta de uma formação básica comum foi apontada na Constituição Federal de 1988. O artigo 210 da Constituição assegura que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 1988)

Ela também foi mencionada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação³⁶ (LDB) em 1996, no art. 26:

³⁶ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.³⁷

A BNCC foi elaborada durante a gestão de dois governos diferentes e homologada em 14 de dezembro de 2018³⁸. A elaboração do documento BNCC foi iniciada durante o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, eleita em 2014. No *site* do MEC³⁹ está disponível a linha do tempo de elaboração da BNCC. A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015, a segunda versão em 03 de maio de 2016 e a terceira versão começou a ser redigida em agosto de 2016. No entanto, no mesmo ano da segunda/terceira versão, a presidenta sofreu um processo de *impeachment*. O Brasil passou de um governo democrático para um governo ilegítimo. O vice-presidente assumiu a presidência e fez modificações abruptas que atingiram o MEC. Assim, foi implementada a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.415, de 2017, que modifica a estrutura do Ensino Médio. Consequentemente, a BNCC também sofreu alterações e foi homologada em dezembro de 2018.

Conforme a homologação da BNCC, cabe às escolas públicas e privadas construir currículos baseados no processo de ensino e aprendizagem estipulados pelo documento. Sabe-se de que o estudo das três etapas da Educação Básica é de grande valia, contudo, para delimitar o estudo, focaremos somente na etapa do Ensino Médio (etapa final da Educação Básica).

A BNCC prevê o desenvolvimento de dois tipos de competências: competências gerais da Educação Básica e as competências específicas de área. As habilidades estão articuladas com as competências específicas de área. As aprendizagens estão organizadas nas seguintes áreas: Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

³⁷ O art. 26 original do art. 26 da LDB (1996) estabelece que:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

³⁸ Antes de ser homologada, a BNCC passou por 3 versões, sendo a 1º versão em 2015, a 2º versão em 2016 e a 3º versão em 2018.

³⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico BNCC**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 27 abr. 2021

(História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Há competências específicas para cada área do conhecimento.

Os itinerários formativos, que foram impostos pela MP 746/16, estão relacionados com as escolhas das áreas de conhecimento que os estudantes do Ensino Médio faz para direcionar sua formação técnica e profissional. Os itinerário formativos correspondem a 40% do tempo do aluno na escola, ficando 60% para as disciplinas obrigatórias. De acordo com a BNCC (2018), a escola fica responsável pela oferta de diferentes itinerários formativos, considerando a realidade local e os recursos físicos e materiais escolar para promover um aprendizado satisfatório.

De acordo com a BNCC, a oferta desses itinerários formativos contribuirá para a permanência do aluno na escola, fazendo com que ele escolha a área de conhecimento com que mais se identifica. Todavia, a BNCC, que tem força de lei, não leva em conta que muitas áreas do conhecimento poderão se extinguir pelo fato de não ter alunos matriculados ou então não serão ofertadas pela falta de infraestrutura e recursos humanos. Este tipo de organização dos sistema de ensino compromete os cursos de licenciatura, uma vez que os futuros professores não terão motivos para estudar 4 ou 5 anos um curso cuja licenciatura que não tem demanda nas redes escolares.

Além disso, o desenvolvimento de competências e habilidades são incumbidas aos professores como se somente esses profissionais fossem os responsáveis pela aprendizagem dos seus alunados. Não foram previstos gastos orçamentários por parte do governo, não houve um estudo da situação socioeconômica e cultural dos alunos, houve precarização do trabalho docente, além de outros problemas relacionados com políticas públicas.

De maneira geral, a BNCC está inserida em um contexto de desigualdades, no Brasil há realidades diversas, nos âmbitos econômico, social, cultural e político. E essas realidades influenciam na educação escolar e universitária. De acordo com a BNCC,

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BRASIL, 2018, p. 15)

Esse documento normativo, apesar de citar problemas, não estabelece medidas a serem tomadas para que se promova a equidade em contextos díspares que há no Brasil. Não se pode promover uma base comum de aprendizagens para a Educação Básica

quando já se “naturalizaram desigualdades educacionais”. Apesar da BNCC não contemplar as desigualdades locais em relação às desigualdades na Educação, ela poderia instruir os órgãos superiores dos governos federal, estadual e municipal sobre políticas públicas com foco na equidade e indicar ações para enfrentar o problema.

2) Quais foram os autores da elaboração da BNCC?

Na apresentação da BNCC, é mencionada que esse documento foi elaborado por diversos especialistas da área. Todavia, Tílio (2019) reporta que havia espaço para os educadores contribuírem para a construção desse documento por meio de um formulário *on line* como forma de contribuir para a melhoria das versões, mas o autor duvida que essas contribuições tenham sido incorporadas nas versões seguintes por conta do modo aligeirado da construção da terceira versão e também por não citar a análise e a incorporação desse formulário, bem como a metodologia usada.

Segundo Gerhardt (2019, p. 92), alguns autores da elaboração da BNCC não são vinculados às Instituições de Educação Pública, mas sim às organizações privadas.

Tal gerenciamento inclui ações tipicamente neoliberais e “inevitáveis” de destituir do sistema de ensino de um país o seu caráter de direito, a fim de atribuir-lhe um caráter mercantil (GENTILI, 2013, p. 230) atestado no registro dos autores da BNCC, que não se vinculam aos Institutos de Pesquisa das Universidades brasileiras, e sim a organizações privadas, articuladas a instituições comerciais e financeiras.

Assim, entende-se que as motivações por parte dessas organizações privadas com fins lucrativos em participar da elaboração de um documento como a BNCC que reflete na Educação brasileira, bem como nos futuros profissionais do país, são baseadas em interesses econômicos de grupos privados.

3) Normativa, proposta e natureza do documento

A BNCC é o atual documento oficial elaborado pelo MEC e pode ser consultado no *site* oficial do MEC⁴⁰. Além disso, é um documento complexo e de cunho curricular político.

Conforme mencionado, esse documento demorou cerca de 3 anos para ser produzido.

⁴⁰ A BNCC está disponível no link <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

No que concerne à natureza da BNCC, é um documento descritivo e normativo e formal. Contudo, através da leitura desse documento, o leitor se depara com algumas inconsistências, a saber:

Na introdução da BNCC, é apresentada que esse documento visa formar alunos para construir e usufruir uma sociedade democrática e inclusiva, levando em conta as necessidades e o contexto do público-alvo. Além disso, acrescenta-se que a BNCC pretende assegurar que todos os alunos tenham acesso a seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento como prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE).

No entanto, no documento, há um apagamento de temas importantes a serem discutidos em sala de aula. Para Szundy (2019, p. 139):

Ao coincidir com a falta de menção e/ou problematização na versão final da BNCC de questões de identidade de gênero, sexualidade e racismo, entre outras, esse silenciamento parece responder tanto a uma guinada mais conservadora na sociedade brasileira quanto ao ideal neoliberal de que o desenvolvimento de certas competências garantirá a produção de conhecimentos socialmente valorizados, a cooperação e a resolução de problemas e conflitos.

Em relação ao apagamento, a BNCC é monolíngue no quesito LE (adveio da MP 746/16, em que o inglês é ofertado de maneira obrigatória), o documento assegura apenas a língua inglesa como disciplina de LE, obrigatória, ofertada no Ensino Médio, rechaçando as demais línguas e ficando a LESP em caráter optativo⁴¹.

Segundo Tílio (2019), a implementação da BNCC parece eximir o governo de sua responsabilidade com a educação e com as políticas educacionais. Ele ainda acrescenta que há um discurso de que com a implementação da BNCC, “todos têm chances iguais, e aqueles que não foram bem-sucedidos não o foram por (falta de) mérito próprio.” (TÍLIO, 2019, p. 12)

Considera (2019) critica a falta de tempo hábil que o MEC não disponibilizou para que assuntos da BNCC e da Reforma do Ensino Médio fossem estudados com maior atenção pela comissão “(...) o MEC seguiu normalmente seu planejamento aligeirado e antidemocrático das rodadas de debates sobre assuntos que mereciam mais atenção dos órgãos formuladores de políticas públicas para a educação pública” (CONSIDERA, 2019, p. 55)

Amorim e Cavalcante (2019) destacam pontos positivos sobre a BNCC em relação ao campo da literatura, como a presença da pluralidade no ensino. A saber, na

⁴¹ Esse assunto foi abordado na seção OCEM- LESP.

BNCC tem-se o estudo de diferentes recursos contemporâneos para o ensino de literatura e a diversificação em trabalhar obras periférico-marginal⁴². Isso é muito importante, pois além de obras intituladas “cânones”, haverá uma pluralidade de produções literárias que antes não eram mencionadas nas escolas. Segundo Amorim e Cavalcante (2019, p.174-175):

Precisamos, assim, não rechaçar o cânone em nossas aulas de literatura, uma vez que os clássicos devem ter seu lugar, a fim de compreendermos a cosmovisão de um determinado tempo. Essa cosmovisão, no entanto, não pode se esgotar na leitura dos clássicos, devendo se prolongar por aquelas produções que foram negadas para que o cânone pudesse ser estabelecido como tal.

Infelizmente, na BNCC não há um embasamento teórico para que suas definições ao longo do documento sejam respaldadas. O referencial teórico complementa e fortalece o texto, além de garantir qualidade e cientificidade.

4) Competências, habilidades e a organização do documento

O documento é organizado da seguinte maneira: Introdução, Estrutura da BNCC, A etapa da Educação Infantil, A etapa do Ensino Fundamental⁴³ e A etapa do Ensino Médio⁴⁴. Um fato observado é de que a palavra competência é usada de maneira frequente no documento, sendo 67 vezes para a palavra competência e 190 vezes para o plural competências. No decorrer do documento, essas palavras no singular e no plural remetem a diferentes significações como capacitar, habilitar e práticas.

A diferença entre a BNCC e as outras normativas é que ela pretende atender o desenvolvimento socioemocional do aluno, levando-o a lidar com as demandas da vida cotidiana, da cidadania e do mercado de trabalho. Dessa forma, a BNCC apresenta dez competências que devem ser desenvolvidas na Educação Básica como forma de mobilizar os conhecimentos e habilidades dos alunos, no âmbito pedagógico e social.

⁴² Não há uma definição sobre essa ‘terminologia’, ela é citada apenas uma vez. No entanto, são citadas diferentes produções literárias que podem ser estudadas na escola: africana, afro-brasileira, indígena e literatura contemporânea (BRASIL, 2018, p. 523)

⁴³ Essa etapa é composta por 5 áreas do conhecimento, sendo área de linguagem (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física), área de matemática, área de Ciências da Natureza (Ciência), área de Ciências Humanas (Geografia e História) e área de Ensino Religioso (Ensino Religioso).

⁴⁴ Essa etapa é composta por 4 áreas do conhecimento, sendo Linguagens e suas tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática e suas tecnologias (Matemática), Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química) e, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8)

Ao definir essas dez competências, a BNCC argumenta que o aluno desenvolverá suas habilidades comunicativas, não focado somente em conteúdo, mas que o aluno saiba usar dessas habilidades para desenvolver conteúdo.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - BNCC

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de

indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 9-10)

De acordo com Freitas (2021), a BNCC busca uniformizar os saberes, as competências e habilidades tendo em vista que os alunos de todo o Brasil terão o mesmo processo educativo, se esquecendo das realidades diversas, sejam elas linguísticas, culturais ou econômicas.

O professor de Educação Básica não deve se restringir apenas a esse documento, mas ir além dele, assumindo seu protagonismo em sala de aula com suas reflexões e criticidade na formação de seus alunos.

3.3.2 Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)

A BNC-Formação se refere à normativa destinada às DCN para a Formação Docente Inicial para a Educação Básica e tem como referência a BNCC. Esse documento é um dos documentos oficiais que orientam a elaboração do PPC de Cursos de Licenciatura.

1) Contexto e implementação

A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019⁴⁵, estabelece as DCN destinadas à Formação Docente Inicial em Nível Superior para a Educação Básica, que devem ser implementadas em todas as modalidades de cursos superiores e programas. Essa implementação curricular tem um prazo de até três anos para ser executada pelas Instituições de Ensino.

De acordo com o § 8º do art. 62 da LDB (1996), “Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”. Dessa forma, a BNC-Formação prevê que os cursos superiores contemplem, no decorrer do curso, as competências gerais da BNCC⁴⁶.

⁴⁵ Resolução CNE/CP 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, p. 46-49.

⁴⁶ No anexo da BNC-Formação são apresentadas 10 competências gerais, 12 competências específicas e 62 habilidades esperadas pelos docentes em formação inicial. Essas competências e habilidades serão estudadas posteriormente na análise.

A BNC-Formação é o novo documento vigente que altera a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015. Esse documento foi elaborado às pressas (FREITAS, 2021). No dia 07 de novembro de 2019, esse documento foi aprovado por unanimidade, pelo Conselho Pleno e pela Câmara de Educação Básica do CNE e homologado em 19 de dezembro de 2019. Freitas (2021), se diz contrária à BNC-Formação, pois para ela, esse documento vai ao encontro de tudo o que foi pesquisado nos últimos 50 anos sobre a formação de professores.

Há uma nota⁴⁷ de repúdio em que 25 faculdades, centros e departamentos de Educação das Universidades públicas do estado do Rio de Janeiro se manifestaram, em 18 de dezembro de 2019⁴⁸, contra a reformulação da Resolução CNE/CP Nº 02 de 2015. Nessa nota, está explícita a contrariedade dos integrantes das universidades cariocas à Resolução aprovada que altera a CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015. De acordo com a nota:

A proposta aprovada descaracteriza a formação de professores em seus princípios fundamentais – sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria-prática, gestão democrática e a formação inicial e continuada articulada ao compromisso social da Universidade a partir do tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão – e a construção de projeto institucional de formação como propõe a Resolução 02/2015.

Na nota, é mencionado que essa proposta de Resolução, que atualmente está vigente, ignora a valorização e a autonomia pedagógica das IES, assim como apresenta concepções ultrapassadas como a formação docente restrita à aquisição de competências. Além disso, é referido que na elaboração dessa nova Resolução sobre os estudos e as orientações da formação docente, ao invés de procurarem a comunidade acadêmica que reconhece a Resolução 02/2015 preferiram instituições e fundações privadas. Segundo a nota, além dessa Resolução não condizer com uma proposta séria de formação docente, ela favorece as Instituições privadas que buscam lucro ao invés de formar professores com qualidade.

Ressalta-se de que esse documento foi elaborado e homologado em 2019, início de um governo que tem demonstrado descuido com a Ciência e Educação. Nesse

⁴⁷ Mudanças que MEC quer impor na formação de professores são associadas a interesses privados. Associação dos docentes da UFF. Disponível em <<http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/3944-mudancas-que-mec-quer-impor-na-formacao-de-professores-sao-associadas-a-interesses-privados>>. Acesso em 12 de maio de 2021.

⁴⁸ A Resolução foi homologada dois dias depois dessa nota de repúdio.

contexto, não é de se espantar que a BNC-Formação não atenda aos princípios fundamentais de formação de professor.

2) Quem elaborou a BNC Formação?

De acordo com Evangelista, Fiera e Titton (2019), a BNC-Formação foi assinada por uma Comissão Bicameral⁴⁹ relacionada ao setor privado, sendo apenas dois membros com vínculos em IES. Segundo os autores, a burguesia quer formar alunos para a produção de mão de obra de baixo custo e não formar alunos para serem pensadores críticos. A BNC-Formação por se tratar de um documento de abrangência nacional, não coloca a Educação escolar como foco.

A síntese preliminar a que chegamos é a de que estamos frente a um movimento de produção de hegemonia burguesa que lança mão da escola, em todos os seus níveis, para produzir força de trabalho dócil, a baixo custo e por meio de formação rebaixada do ponto de vista da aquisição do conhecimento científico.

A versão digital da BNC-Formação não menciona a comissão que elaborou o documento, mas se sabe que essa comissão é formada por fundações controladas pelo capital privado, assim como a comissão que elaborou a BNCC.

3) Normativa, proposta e natureza do documento

A BNC-Formação é um documento que propõe alterações nas diretrizes normativas para formação inicial, feito pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). É um documento oficial e pode ser consultado no *site* oficial do MEC⁵⁰. Nesse documento é mencionado que a formação docente inicial deve ser respaldada pela BNCC, assim como as competências e habilidades.

No que concerne à natureza da BNC-Formação, é um documento descritivo, normativo e formal.

4) O conceito-chave, conteúdos e a organização do texto

O conceito-chave da BNC-Formação é trabalhar o conhecimento, a prática e o engajamento na formação inicial e continuada dos professores do Brasil, sendo esses 3 eixos interdependentes e sem hierarquias

⁴⁹ A Comissão Bicameral é um processo legislativo que passa por duas casas legislativas: Plenário da Câmara e Senado.

⁵⁰ A BNC-Formação está disponível no link <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bnc-professor>>.

O documento apresenta as políticas e ações educacionais, bem como as competências gerais, específicas e habilidades em relação à formação docente. Além disso, o documento apresenta como os cursos de licenciatura deverão ser oferecidos.

De acordo com a BNC-Formação, os cursos superiores de licenciatura⁵¹ devem ser sistematizados em três grupos, perfazendo uma carga horária mínima de 3.200h, com a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. (BRASIL, 2020, p. 6)

As Instituições formadoras devem apresentar esses três grupos e suas respectivas cargas horárias, nos seguintes anos dos cursos superiores ofertados: o Grupo I (800h) deve ser iniciada logo no 1º ano em consonância com os 3 eixos que norteiam a formação inicial e continuada dos docentes. No Grupo II (1.600h), é recomendado no 2º ao 4º ano de curso e por fim, no Grupo III (800h), as práticas devem ser iniciadas também, no 1º ano de curso.

De acordo com Freitas (2021), o primeiro ano serão trabalhados os conteúdos pedagógicos. A partir do segundo ano, propriamente no terceiro semestre, os alunos terão contato com as disciplinas da área de seus cursos. Acredita-se de que essa distribuição de disciplinas pedagógicas inicialmente pode causar evasão por parte dos alunos, pois esses ingressantes chegam à Universidade ansiosos para estudar as disciplinas específicas para seus cursos e ao se depararem com um ano somente de disciplinas pedagógicas, pode desmotiva-se.

Além disso, Freitas (2021) acrescenta que, devem ser incluídas nas 1.600h da aprendizagem de conteúdos, componentes curriculares como matemática, alfabetização,

⁵¹ As licenciaturas devem estar de acordo com a BNC-Formação e às orientações determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade.

português, linguagem digital e gestão escolar, dentre outros, para todos os cursos de licenciatura. No entanto, o documento não menciona como esses componentes curriculares devem estar presentes para todas as licenciaturas nas IES, por exemplo, não são previstas possíveis vagas para docentes para atender as novas exigências. Com esse novo documento, as Universidades públicas perderão sua autonomia de decidir quais componentes curriculares inserir na grade.

No que concerne o Grupo III b) são 800h de práticas pedagógicas que devem ser cumpridas desde o início do Curso de Licenciatura, sendo 400h de estágio supervisionado já previsto nas Resoluções do CNE anteriores. No documento, BNC-Formação, não é abordado como será o cronograma a ser cumprido pelos licenciandos, em suas práticas pedagógicas em sala de aula, uma vez que os professores de Educação Básica possuem um cronograma de conteúdos e tempo limitado a ser cumprido. Além disso, há muitas escolas que não possuem infraestrutura para comportar tantos licenciandos em práticas pedagógicas desde o início de suas licenciaturas.

Em relação à formação em segunda licenciatura para os já licenciados, haverá um acréscimo da carga horária, sendo:

I - Grupo I: 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular, se a segunda licenciatura corresponder à área diversa da formação original.

II - Grupo II: 360 (trezentas e sessenta) horas, se a segunda licenciatura corresponder à mesma área da formação original.

III - Grupo III: 200 (duzentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular, que devem ser adicionais àquelas dos Grupos I e II. (BNC-Formação, 2020, p. 10)

A segunda licenciatura refere-se a cursos para profissionais que já possuem alguma formação e para cursos de Letras com dupla licenciatura. No que se refere ao Grupo I, Freitas (2021) destaca que a formação pedagógica do licenciando em segunda licenciatura pode ficar deficiente ou comprometida, pois a quantidade de horas exigidas é pouca para a formação de um licenciando. Para a autora, é preocupante um licenciando em matemática fazer sua segunda licenciatura em Letras com apenas 560h, visto que se licenciará como professor de português. A autora ainda acrescenta que a IES necessita de no mínimo 3.200h para a formação de um licenciando e faz a seguinte indagação: De acordo com a BNC-Formação, 560h são suficientes para especializar um licenciado em um campo do conhecimento diverso de sua formação original, por que é necessário um licenciando cumprir 3.200h?

Na Tabela 1 tem-se a comparação das Resoluções vigentes pelas IES em relação à atual Resolução que está em processo de implementação, para os cursos de licenciatura.

Através da Tabela 1, pode-se observar que há lacunas não preenchidas por se tratar de horas que estão imbricadas em algum componente curricular. Nos CNE/CP 1 e 2/2002 e CNE/CP 2/2015, as IES tinham autonomia em oferecer em qual semestre ofertar os conteúdos pedagógicos. Entretanto, na BNC-Formação, como mencionado, será iniciado apenas no primeiro ano do ingressante. As Práticas como Componente Curricular e o Estágio Supervisionado continuam com a mesma carga horária. Não se sabe ao certo onde a carga horária das Atividades Acadêmico-Científico-culturais está inserida.

Tabela 1. Comparação das Resoluções vigentes pelas Instituições em relação à BNC-Formação

Dimensão	Resolução nº 2/2002	Resolução nº 2/2015	Resolução nº 2/2002
Prática	400h – PCCC;	400h – PCCC;	400h – PDCC;
	400h - Estágio supervisionado;	400h - Estágio supervisionado;	400h - Estágio supervisionado;
	200h – AC	200h - AC	
Teórica	1800h – conteúdos curriculares de natureza científico-cultural.		
Prático-teórica	560h (1/5 da carga horária total) – dimensões pedagógicas.	2.200h- atividades formativas das áreas específicas, interdisciplinares, e do campo educacional; 640h (1/5 da carga horária total) – dimensões pedagógicas.	1.600h – conteúdos da BNCC e seu domínio pedagógico; 800h – conhecimentos científicos e pedagógicos que fundamentam a educação.
Total	2800h em, no mínimo, 3 anos letivos.	3200h em, no mínimo, 8 semestres letivos.	3200h em 4 anos.

Fonte: Freitas (2021)

No componente de estágios, o parágrafo 4 do Art. 15 aponta que o professor deverá avaliar o aluno por meio de portfólio, ou seja, o professor está perdendo sua autonomia de escolher o objeto de registro para a sua turma, “§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.” (BNC-Formação, 2019, p. 9)

A BNC-Formação por se tratar de um documento formativo de docentes, deve garantir que os futuros professores sejam críticos e reflexivos como forma de garantir que, no contexto educacional, os alunos terão acesso à discussão de diversas temáticas educacionais e sociais.

Ademais, Freitas (2021) lamenta a exclusão de questões sociais como debate sobre a diversidade étnico-racial, gênero, sexualidade e religião, no documento. Taffarel (2019, p. 5), menciona que na Universidade estão imbricadas questões sociais que devem ser debatidas.

É na Universidade onde se exercita a autonomia pedagógica, didática. É na Universidade onde estão localizados os Centro de Educação que são responsáveis pela pesquisa científica, acadêmica para produzir conhecimentos na área das ciências da educação e das ciências pedagógicas. É na universidade onde a formação não está desarticulada de um projeto histórico de sociedade que busca a superação da desigualdade, da discriminação, da opressão, da violência e da miséria que toma grande parte de nossas crianças na escola pública.

Para Freitas (2021), a BNC-Formação anseia um professor técnico que atenda e saiba aplicar a BNCC. Segundo a autora, no documento, teoria e prática são importantes para a formação dos futuros professores e por isso devem “andar” juntas. Contudo, no documento, a palavra “prática” aparece mais de 60 vezes enquanto que a palavra “teoria” apenas 4 vezes. Esses números destoam, pois em um documento que rege a formação de professores, devem ser consideradas teoria e prática para nortear a formação docente, pois elas devem estar imbricadas e ser complementárias.

No que concerne à avaliação, ela deve ter caráter contínuo e diversificado. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deverá (re)elaborar um tipo de avaliação *in loco* dos cursos de formação docente, no prazo de até 2 anos para as Instituições que se respaldaram na Resolução CNE/CP 1/2002 e 2/2002 e suas alterações para a construção do Projeto Político Pedagógico e no prazo de até 3 anos, para aquelas Instituições que se respaldaram na Resolução CNE/CP 2/2015 para a construção do Projeto Político Pedagógico, a partir da BNC-Formação, para atender as normativas vigentes para a formação de docentes no Brasil.

Segundo Freitas (2021), a visita *in loco* era feita quando um curso tinha resultados ruins na avaliação, então se fazia uma visita à IES como forma de conhecer e avaliar o curso presencialmente. Todavia, a partir desse documento, essa visita *in loco* será para todas as IES como forma de “especular” se todas estão de acordo com a norma vigente.

Muitas IES haviam reformulado seus PPCs para atender o CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015. Ressalta-se que a reformulação/elaboração de um PPC demanda tempo, estudo e colaboração por parte do da comissão do PPC, pois esse documento deve estar de acordo com o CNE vigente e com as políticas pedagógicas da Instituição de Ensino.

Dessa forma, esse esforço empreendido pelas IES não é considerado quando é feito uma Resolução de maneira apressada com apenas uma audiência pública⁵² e não são levadas em conta as considerações feitas nessa audiência.

Diante das informações mencionadas, pode-se dizer por mais que a BNC-Formação busque direcionar a formação de professores, ainda há lacunas a serem preenchidas.

5) O estudo da diversidade

Na BNC-Formação, o estudo da diversidade linguística é tratado no anexo do documento, no texto do documento, é tratado sobre a diversidade.

O estudo da diversidade é apresentado de forma tímida no Art. 8º do capítulo III. De acordo com o documento, os cursos destinados à formação de professores para a Educação Básica devem se fundamentar no:

VIII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; (BRASIL, 2019, p. 5)

Espera-se dos professores formadores e aos futuros professores uma conduta de respeito e que valorizem a diversidade de seus alunos. O respeito e a valorização da diversidade também estão expressos pelo CNE de 2015, uma vez que os alunos possuem realidades distintas e é de suma importância os professores formadores e aos futuros professores se atentarem a isso. O estudo da diversidade linguística é tratado nas competências descritas no Quadro 5.

Quadro 5. Competências Gerais Docentes - BNC- Formação

<p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.</p>
--

Fonte: BNC-Formação (2019, p. 13)

⁵² A audiência pública foi realizada pelo CNE em 8 de outubro de 2019. Houve uma consulta pública no mês de outubro de 2019, mas os resultados não foram divulgados e a Resolução permaneceu inalterada.

Nas competências gerais docentes, há dois itens que discorrem sobre os diferentes tipos de linguagens e sobre a valorização da diversidade sem preconceitos de qualquer natureza.

De acordo com o Quadro 5, no item 4, a BNC-Formação almeja que o professor de Educação Básica deixe os seus alunos confortáveis na hora de discursar para que não se sintam inibidos, pois o intuito é partilhar com eles os diferentes contextos que os diferentes tipos de linguagem possam ser expressados. No item 9, tem-se a promoção do respeito e a valorização da diversidade entre os interlocutores em todos os âmbitos.

Logo na dimensão do conhecimento profissional, esperam-se habilidades do professor de Educação Básica como conhecer seus estudantes, os contextos de vida em que eles estão inseridos e promover atividades em que todos os alunos sejam contemplados. A partir desse contexto de vida, o estudo da variação linguística pode ser visto no item 1.2.5 quando o professor de Educação Básica deve promover diferentes estratégias de ensino para os estudantes com diferentes necessidades e deficiências (Quadro 6).

Quadro 6. Dimensão do Conhecimento Profissional

Competências Específicas	Habilidades
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem. 1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

Fonte: BNC-Formação (2019, p. 14)

A partir do momento que o professor toma conhecimento do seu público (alunos), acredita-se que a aprendizagem se torna uma consequência, pois o professor terá noção de como abordar determinados assuntos de acordo com a realidade desses alunos. Pode-se dizer que um dos fatores para que o professor tenha sucesso em sala de aula em abordar um assunto pertinente é fazer com que os alunos se interessem pelo assunto. Essa estratégia de aprendizagem só pode funcionar se o professor estiver sintonizado com seus alunos e se os conhecem para que o processo de aprendizagem se concretize.

Essa consideração de levar em conta a heterogeneidade dos estudantes também pode ser vista no Quadro 7.

Quadro 7. Dimensão da Prática Profissional

Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).

Fonte: BNC-Formação (2019, p. 17)

Esses três últimos Quadros (5, 6 e 7) remetem ao estudo da variação linguística por parte dos professores aos seus alunos. Levar os profissionais a terem consciência do estudo da variação linguística em sala de aula é muito importante para que os alunos conheçam as várias maneiras de se expressarem de acordo com cada contexto. Assim, pode-se dizer que essa temática poderia ser abordada no decorrer do texto e não apenas em anexo.

Freitas (2021) argumenta citando Apple que a BNC-Formação é um currículo nacional para a formação de professores, mas não se pode inferir que a outras DCN são currículos. Freitas (2021, p. 23) reforça o que Apple (2014) adverte que o currículo⁵³ nacional “é um mecanismo para o controle político do conhecimento”.

Para controlar politicamente o conhecimento escolar não basta um currículo nacional da educação básica, como é a BNCC: é preciso também controlar o conhecimento da formação dos futuros professores e professoras das escolas, como faz a BNC-Formação.

Neste capítulo foram tratados os seguintes estudos: no âmbito da Sociolinguística e Variação Linguística, se dedica ao estudo do uso da língua em seus diferentes registros e modalidades. Na Sociolinguística Educacional, tem-se o foco o estudo das variações linguísticas utilizadas em sala de aula e tem como um dos objetivos combater o preconceito linguístico dentro e fora da escola. Nos Documentos Oficiais para a Educação Básica e nas Resoluções do CNE são documentos em que os autores dos PPCs se embasaram para a sua elaboração. Nos Novos Documentos oficiais se referem a documentos que apontam as DCN que devem ser implementadas nas políticas educacionais nas escolas de Educação Básica.

⁵³ As informações sobre currículo podem ser vistas no item 4.3.

4 METODOLOGIA

(...) é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se, assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. (CELLARD, 2008, p. 299)

Esta dissertação é uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo em que são analisados, nos PPCs que fazem parte do *corpus*, o tratamento dado ao tema da variação linguística no ensino de espanhol. No presente capítulo, faz-se uma síntese do que é pesquisa documental e uma descrição sucinta do *corpus*, formado pelos PPCs.

As seções a seguir, serão tratadas os seguintes assuntos: Método descritivo (a pesquisa descritiva como método utilizado na pesquisa), Abordagem qualitativa (pesquisa como caráter qualitativo), Técnica da pesquisa documental (a distinção entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, as diferentes denominações para a Pesquisa Documental) e os PPCs das IES públicas do estado de São Paulo (Como os PPCs são estruturados, um panorama desses PPCs e quais foram as categorias adotadas para a análise)

4.1 Paradigma

Esta dissertação é uma pesquisa descritiva e que se enquadra no paradigma qualitativo. Faz-se um diagnóstico da situação dos PPCs selecionados em 2020.

4.1.1 Método descritivo

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é classificada com base em seus objetivos gerais e essa classificação se faz mediante um critério. O autor acrescenta que ao delinear uma pesquisa, a saber, ao planejá-la, é preciso levar em conta a previsão de análise, a interpretação de coleta dos dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

No que diz respeito à pesquisa descritiva:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o

estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42).

A presente pesquisa pretende descrever um aspecto específico dos documentos que fazem parte do *corpus*. Assim, a verificação entre os fatos e as teorias é imprescindível para que o resultado seja imparcial.

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva porque pretende-se, através das coletas de dados, diagnosticar e descrever a situação de um conjunto de PPCs no que se refere ao tema da variação linguística, especialmente do espanhol.

4.1.2 Abordagem qualitativa

Quanto ao paradigma qualitativo, Godoy (1995) descreve a abordagem metodológica qualitativa da seguinte maneira:

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58)

A pesquisa qualitativa é aplicada nas seguintes situações:

Em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo muitas vezes se torna a mais apropriada. Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar. (GODOY, 1995, p. 63)

O nosso estudo é de natureza qualitativa, visto que não é um estudo baseado em dados numéricos e sua interpretação tem como base a análise e apreciação particular dos documentos que formarão parte do *corpus*, bem como o contexto atual. Ou seja, trata-se de um estudo que busca descrever como está uma determinada situação e analisá-la.

Então, temos como método investigativo de pesquisa o paradigma qualitativo. Através das coletas de dados pode-se diagnosticar sobre a situação atual dos PPCs e como os cursos de licenciatura em espanhol tratam a variação linguística a partir das disciplinas de LESP. Esta pesquisa é de natureza documental, uma vez que os PPCs são os objetos que foram analisados na presente dissertação.

4.2 Técnica da pesquisa documental

A respeito da pesquisa documental, Lüdke e André (2014, p. 44-45), sustentam que “(...) pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.”

4.2.1 Pesquisa documental e Pesquisa bibliográfica

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica possuem uma certa similitude. No entanto, essas duas pesquisas têm como objeto de busca fontes de materiais distintos.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/ Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. (GIL, 1989, p. 45-46)

Quando Gil menciona “documentos de primeira mão, que não receberam nenhum tratamento analítico”, ele se refere à pesquisa primária⁵⁴.

Segundo Paiva (2019, p. 14), a pesquisa documental é de fonte primária, enquanto a pesquisa bibliográfica é de fonte secundária.

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa primária que estuda documentos em forma de textos, incluindo a transcrição de textos orais, imagem, som ou textos multimodais. A pesquisa bibliográfica é secundária e se utiliza de livros e artigos sobre determinado tema.

Diante das similitudes e das diferenças da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica, deve-se destacar que ambas pesquisas têm como foco o estudo do documento⁵⁵ (documento como fonte de pesquisa, escrito ou não, como mencionado).

Assim sendo, a presente pesquisa tem como fonte primária os PPCs dos Cursos de Licenciatura em Letras Espanhol-Português (pois esses PPCs são dados originais e não sofreram tratamento analítico).

4.2.2 As diferentes denominações para a Pesquisa Documental

Segundo Lüdke e André (2014, p. 45), os documentos se caracterizam por apresentar informações contextualizadas que validam as afirmações do pesquisador e por haver um contexto histórico no qual foi produzido o documento.

(...) os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) relatam que muitos pesquisadores nomeiam seus documentos em suas investigações científicas como pesquisa, método, análise e técnica. Por conseguinte, as denominações para pesquisa com documentos são

⁵⁴ Paiva (2019, p. 11-12) retrata 3 tipos de pesquisa: A pesquisa primária se baseia em “dados coletados pelo próprio pesquisador”, ou seja, dados originais, ‘de primeira mão’, a pesquisa secundária “utiliza dados de pesquisas já divulgadas, o que é típico da revisão bibliográfica, parte essencial de toda boa pesquisa”, ou seja, dados já trabalhados por estudiosos, ‘de segunda mão’. Logo, na pesquisa terciária, é uma coletânea de “fontes primárias e secundárias que se utiliza da consolidação de informações, como os catálogos de bibliotecas e listas de leitura”, ou seja, um acervo de dados originais em conjunto com dados já estudados.

⁵⁵ O documento é um testemunho registrado que se aplica às categorias de domínio público/privado e perene, pois há outros tipos de documentos que podem ser escritos ou não como filmes, fotografias, mapas, cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, elementos folclóricos, objetos do cotidiano, etc. (GIL, 1989; CELLARD, 2008)

classificadas como: pesquisa documental, método documental, análise documental e técnica documental. Por haver diferentes denominações, o Quadro 8 apresenta essas diversas possibilidades de uso da investigação documental através de diferentes teóricos:

Quadro 8. Denominações para o processo de investigação documental

Pesquisa documental	O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, 1995, p. 21)
Método documental	Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida. (SÁ-SILVA; ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 3)
Análise documental	A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p. 45)
Técnica documental	A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor, “[...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.” (SÁ-SILVA; ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 3)

Fonte: Elaboração própria

Através das denominações mencionadas, qual delas é mais representativa para designar o que é uma pesquisa, método, análise, técnica documental? A resposta será de acordo com o interesse do pesquisador em classificar qual termo mais se encaixa em seu tipo de pesquisa.

Cellard (2008) em seu estudo sobre a pesquisa documental descreve 5 dimensões que o pesquisador precisa avaliar no documento que está pesquisando e analisando. De acordo com Cellard (2008), é preciso ter um olhar crítico na documentação que será examinada e as seguintes categorias podem nortear a leitura dos documentos.

- contexto;
- autor(es); autenticidade e confiabilidade do texto;
- natureza do texto;
- conceitos-chave,
- lógica interna do texto,

Nesta investigação é empregada a expressão pesquisa documental, visto que a pesquisadora examinou os PPCs dos Cursos de Licenciatura em Letras Espanhol e Português das IES públicas do estado de São Paulo, os quais ainda não receberam um

tratamento analítico⁵⁶, e buscou identificar nos PPCs se há questões relacionadas ao conhecimento sobre a temática variedade/diversidade linguística na formação de licenciados em Letras.

4.3 Os PPCs das IES públicas do estado de São Paulo

Das oito IES⁵⁷ do estado de São Paulo, cinco delas possuem o Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol, apenas a Universidade de São Paulo oferece licenciatura única em espanhol, além da licenciatura dupla Português e Espanhol. Nesta pesquisa, a temática referente à variação linguística foi estudada a partir dos PPCs desses cursos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) define o PPC da seguinte maneira:

Documento que representa o planejamento e organização do curso, sendo insumo formal e estruturante da oferta de serviço de ensino. Possui parâmetros que orientam o cotejamento entre o realizado e o almejado para um curso de graduação, em diferentes aspectos. Deve refletir as condições concretas de oferta de um curso de graduação, observados seus elementos constituintes e previsões estabelecidas no âmbito do curso, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais. (MEC/INEP, 2019, p.87)

O PPC é um documento destinado a promover propostas educativas para o ensino e aprendizagem na Instituição Escolar. Para que o documento atenda os objetivos das IES, na elaboração do PPC, deve ser considerado o contexto escolar, os licenciandos, os docentes, os funcionários e a comunidade em que essa Instituição está situada.

O PPC tem como compromisso direcionar o curso na IES a partir de ações educativas para a formação de cidadãos críticos, conscientes e responsáveis.

Na elaboração do PPC, a IES deve contemplar e se embasar nas normativas vigentes. Os PPCs dos Cursos de Licenciaturas, por exemplo, deverão ser (re)elaborados para atender aos novos currículos educacionais⁵⁸: BNCC e BNC-Formação.

⁵⁶ Conforme informado na Apresentação, não foi encontrado registros a respeito do estudo dos PPCs nas cinco IES do estado de São Paulo usadas nesta pesquisa.

⁵⁷ Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

⁵⁸ Esse novos currículos educacionais podem ser consultados na seção 3.5.

Segundo, Ruas (2021), o currículo é uma construção social que pode ser encontrado em diversos âmbitos, seja político ou educacional. No campo educacional, tem-se documentos que são norteadores para a prática em sala de aula como leis, regulamentos, diretrizes, normativas, dentre outros.

Apple (2011), por sua vez, salienta que o currículo faz parte de uma tradição seletiva, ou seja, são feitas escolhas a partir de um determinado grupo sobre um determinado conhecimento. Para Apple (2011), a construção de um currículo é feita a partir de um “produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 2011, p.71).

A elaboração de um PPC deve envolver a comunidade em que a IES está situada, visto que todos podem contribuir com sugestões e ideias para a elaboração de um documento que atenda às propostas da IES, às características do corpo docente e às necessidades dos alunos/licenciandos. No curso de graduação, a elaboração e a atualização do PPC devem ser feitas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE),

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. (BRASIL, 2010, p. 1)

O NDE deve ser composto por no mínimo 5 membros do corpo docente do curso de graduação da IES. Há muitos PPCs que não apresentam a comissão elaboradora. O PPC não é obrigado a informar a autoria, mas certamente houve uma comissão ou um grupo de trabalho responsável pela elaboração, uma vez que a autoria de um PPC deve ser sempre coletiva e nunca realizado por um(a) único(a) docente.

Pode ser visto, através do PPC, a linha teórica que mais se destaca ou que se predomina no documento. E muitas vezes, na cultura do curso, pode-se perceber que as linhas teóricas predominantes indicam as especialidades dos membros docentes que elaboraram o PPC.

Além disso, a partir da leitura de um PPC, pode-se compreender a identidade da IES e as características do Curso.

4.3.1 A estrutura dos PPCs

Para que o PPC do curso seja autorizado é preciso que ele forneça algumas informações como parte dos requisitos, para fins de preenchimento de processos de

autorização de cursos de graduação na modalidade presencial, no acesso ao sistema e-MEC. No preenchimento de informações do PPC, deve constar os seguintes itens:

1. PERFIL DO CURSO;
2. ATIVIDADES DO CURSO (Atividades Complementares);
3. PERFIL DO EGRESSO;
4. FORMA DE ACESSO AO CURSO;
5. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO;
6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM;
7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO;
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC);
9. ESTÁGIO CURRICULAR,
10. ATO AUTORIZATIVO ANTERIOR OU ATO DE CRIAÇÃO. (BRASIL, 2015)

A seguir, será exibida uma breve informação sobre a estrutura dos PPCs das cinco Universidades que possuem o Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol, apenas a FFLCH-USP oferece licenciatura única em espanhol, além da licenciatura em Português-Espanhol.

- PPC-IFSP possui 270 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Identificação da Instituição e do Curso, Histórico, Demanda do mercado, Objetivos, Perfil do egresso, Formas de acesso ao curso, Organização curricular, Metodologia, Avaliação da aprendizagem, Ações inclusivas, Ementa das disciplinas e Legislação de referência.

- PPC- FCL-UNESP possui 40 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Apresentação, Histórico, Justificativa do processo de reestruturação, Resultados das avaliações do curso, Objetivos gerais e específicos, A centralidade da licenciatura, Perfil profissional, Elementos estruturantes da profissionalização docente em Letras, Implantação curricular e Estrutura curricular.

- PPC-FCLAR - UNESP possui 19 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Introdução, Objetivos, Concepção formal e Apontamentos sobre a estrutura curricular.

- PPC-IBILCE UNESP possui 104 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Resultados da Avaliação do curso e do currículo vigente, justificativa da alteração da proposta, Estrutura curricular, Corpo docente, Implementação do novo currículo e Seriação aconselhada.

- PPC-UFSCar possui 80 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Introdução, Perfil profissional, Avaliação, Organização curricular, Matriz curricular, Corpo docente e Anexos.

- PPC-UNIFESP possui 180 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Dados da Instituição, Dados do curso, Histórico, Objetivos, Perfil do egresso, Organização curricular, Procedimentos de avaliação, Atividades programadas de pesquisa, Estágio Curricular, Atividades de prática de ensino, Trabalho de conclusão de curso, Apoio discente, Gestão acadêmica, Relação do curso com o ensino, a pesquisa e a extensão, Infraestrutura, Corpo social e Anexos.

- PPC-FFLCH-USP possui 58 páginas e está estruturado da seguinte maneira: Histórico, Concepção atual do Curso de Letras, Objetivos, Perfil do profissional, Curso de Letras e a realidade educacional brasileira, Descrição do curso, Significado social das habilitações em letras e Pós-graduação, extensão e iniciação científica.

No que concerne à atualização dos PPCs, nesta pesquisa, identificamos PPCs publicados em diferentes anos, conforme Quadro 9.

Os critérios elencados para a escolha desses PPCs foram os seguintes:

- Esses PPCs se referem aos Cursos de Licenciaturas em Letras Português e Espanhol ou somente Espanhol,
- Os PPCs são de acesso público e
- Os PPCs foram elaborados por algumas das IES públicas do estado de São Paulo.

O *corpus* da análise é composto por 7 PPCs de Cursos de Licenciatura em Letras Português e Espanhol de cinco IES públicas do estado de São Paulo.

Ressalta-se que as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) presentes no Quadro 9 não estão mais vigentes, sendo elas:

- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações;
- Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações⁵⁹;
- Resolução CNE/CP 2 de 1º de julho de 2015.

Em 2019, foi apresentada uma nova Resolução, a BNC-Formação⁶⁰ (Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019), que revogou a última legislação (Resolução

⁵⁹ Essa CNE estabelece somente a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica.

⁶⁰ O documento BNC-Formação possui outras terminologias como: BNC-Educação Básica e BNC-Formação Inicial. Essa nova Resolução pode ser vista no item 3.5.2.

CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015). As adequações para a Resolução vigente, pelas Instituições, têm prazo limite para serem implementadas.

Art. 27 Fica fixado o prazo limite de até 3 (três) anos, a partir da publicação desta Resolução, para a implantação, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e da BNC-Formação, definidas e instituídas pela presente Resolução. (BRASIL, 2021)

Dessa forma, as adequações da Resolução CNE/CP nº 2/2019 passará a considerar três anos como prazo limite para a implementação. Contudo, 2022 é um ano de eleições para o executivo e o legislativo federal e estadual. Os resultados das eleições poderão manter ou não a Resolução em vigor.

Quadro 9. Identificação dos PPCs

Instituição de Ensino Superior (IES)	Licenciatura em Letras Espanhol Português	Bacharelado com Licenciatura em Letras – Espanhol – Português	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
IFSP-Avaré	Espanhol/Português		2/2015	2017/1º	Noturno	3.666,4h [sic]	2019
FCL-UNESP	Espanhol/Português		2/2002	1959/1º	Diurno/Noturno	3.540h 3.075h**	2020
FCLAR-UNESP		Espanhol/Português	2/2002	2007/1º	Diurno/Noturno	3.360h 3.540**	2007
IBILCE-UNESP	Espanhol/Português		n/d	1968/1º 1957*	Diurno/Noturno	3.300h 2.800h**	2015
UFSCar	Espanhol/Português		2/2002	1996/1º	Noturno	2.800h 3.230h**	2008
UNIFESP	Espanhol/Português		2/2015	2009/1º	Vespertino/Noturno	3.200h	2019
FFLCH-USP		Espanhol Espanhol/Português	2/2002	1940/1º 1934**	Diurno/Noturno	3.630h 3.300h**	2011

Fonte: Elaboração própria

*Foi feita uma conferência dos inícios dos cursos das IES pelo *site* e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>) e foi constatado o IBILCE-UNESP e a FFLCH-USP possuem datas do início do curso divergente com a data mencionada no PPC. Esses dados foram consultados no dia 24 de outubro de 2022.

**Foi feita uma conferência das cargas horárias das IES pelo *site* e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>) e foi constatado que as seguintes IES: FCL-UNESP, IBILCE-UNESP, FCLAR-UNESP, UFSCar e FFLCH-USP possuem carga horária divergente com a data mencionada no PPC. Esses dados foram consultados no dia 24 de outubro de 2022.

4.3.2 Breve histórico dos PPCs

O *corpus* desta pesquisa está formado por PPCs produzidos para os Cursos de Licenciatura em Letras Português e Espanhol. Três das IES que fazem parte do escopo desta pesquisa pertencem à esfera federal e também há quatro IES que são estaduais.

O breve histórico dos PPCs das IES será apresentado por ordem de criação dos cursos, sendo:

4.3.2.1 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH – USP

Cursos: Bacharelado com Licenciatura em Letras: Habilitação em Espanhol, Bacharelado com Licenciatura em Letras: Habilitação em Português e Espanhol.

O primeiro curso superior de Letras no Brasil foi criado pela Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Atualmente, é um Curso de Letras Bacharelado com Licenciatura única ou dupla (LP e LE). Além das licenciaturas, na FFLCH-USP, o Curso de Letras oferece Bacharelado – Licenciatura: LP e LESP e Bacharelado – Licenciatura: Espanhol. É válido ressaltar que o aluno ingressante, no primeiro ano letivo, cursa disciplinas do ciclo básico do Bacharelado e, a partir do 3º semestre, o aluno é encaminhado de forma automática ao Curso de Licenciatura. São ofertadas habilitações do Curso de Letras em: LP; LEM; Letras Orientais; Letras Clássicas e Linguística. No Bacharelado, o aluno ingressante poderá optar entre uma única licenciatura em uma LE ou por uma dupla licenciatura em LP e em uma LE.

Este Curso de Letras está localizado na cidade de São Paulo e é oferecido presencialmente desde o 1º semestre de 1940. Em 1940, na FFLCH-USP, começaram a funcionar as cadeiras de Língua e Literatura Espanhola. No entanto, o curso não tinha o formato atual, houve modificações na grade curricular desde a sua criação. O Curso de Licenciatura em Letras possui habilitação em LP ou dupla habilitação: LP e LESP

O Bacharelado em dupla licenciatura: LP e uma LE possui duração de 5 anos (mínima de 10 semestres e máxima de 15 semestres (7,5 anos)). As aulas de Bacharelado com Licenciatura têm a duração 60 minutos hora-aula para o período diurno e 50 minutos hora-aula para o período noturno, perfazendo uma carga horária total de 3.630 horas distribuídas para serem cumpridas entre 8 semestres a 15 semestres, disponibilizando 110 vagas anuais, mas não tivemos acesso a quantas vagas para cada período são destinadas para os ingressantes na licenciatura em LESP.

Tabela 2. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FFLCH - USP

Componente curricular	Carga horária
Ciclo Básico	480h
Obrigatória - Aula	1080h
Obrigatória - Trabalho	1350h
Optativa Eletiva - Aula: 120	120h
Optativa Eletiva - Trabalho	120h
Optativa Livre - Aula: 240	240h
Optativa Livre - Trabalho	240
TOTAL	3.630h

Fonte: Elaboração própria

No PPC do curso não está disponível a carga horária das disciplinas. No entanto, ao consultar a página web da FFLCH-USP foi encontrado uma divergência na carga horária curricular. Nas “Informações Básicas do Currículo” aparecem 3.510h e nas "Informações Específicas," 3.630h. Essa informação pode ser consultada através do link <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=8&codcur=8051&codhab=2602&tipo=N>>.

4.3.2.2 Faculdade de Ciências e Letras de Assis - FCL - UNESP

Curso: Licenciatura em Letras com Habilitação dupla: em Língua Portuguesa e Língua Espanhola

O Curso de Licenciatura em Letras com licenciatura dupla: em Língua Portuguesa e uma LEM, está localizado no campus de Assis e é oferecido, presencialmente, desde o 1º semestre de 1959. O presente possui duração de 4 anos (mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres (7 anos)), a hora-aula tem duração de 60 minutos, perfazendo uma carga horária total de 3210 horas para ser cumprida entre 8 semestres a 14 semestres, sendo ofertado em dois períodos: diurno e noturno, disponibilizando 15 vagas anuais nos dois períodos.

Tabela 3. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FCL - UNESP

Componente curricular	Carga horária
Disciplinas Obrigatórias/ Prática como Componente Curricular (PCC)	2.820h
Disciplinas optativas	90h
Práticas de Laboratório em Língua Materna ou em Língua Estrangeira	210h
Estágio Curricular Supervisionado	420h
TOTAL	3.540h

Fonte: Elaboração própria

A FCL-UNESP oferece seis línguas estrangeiras (Alemão, Francês, Espanhol, Inglês, Italiano e Japonês). Na Licenciatura em Letras, o aluno ingressante, no segundo semestre, pode optar por uma delas.

4.3.2.3 Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - IBILCE - UNESP

Curso: Licenciatura em Letras com habilitação dupla: em Língua Portuguesa e Língua Espanhola

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em LP e uma LE, está localizado no câmpus de São José do Rio Preto e é oferecido presencialmente, desde o 1º semestre de 1968. O curso é ofertado em dois períodos: diurno e noturno. O curso oferece Inglês e Espanhol, para o período diurno. E para o período noturno, as línguas estrangeiras Espanhol, Inglês, Francês e Italiano.

No total são 17 vagas anuais. A duração mínima, do período diurno é de 4 anos (mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres (7 anos)) e a duração mínima do período noturno é de 5 anos (mínima de 10 semestres e máxima de 16 semestres (8 anos)). A hora-aula tem duração de 60 minutos, perfazendo uma carga horária total de 3300 horas para ser cumprida nesses anos mencionados, de acordo com cada período.

Tabela 4. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para o IBILCE - UNESP

Componente curricular	Carga horária
Formação didático-pedagógica (incluídas 120h em Prática como Componente Curricular (PCC))	960h
Formação Científico-cultural	1.710h
Estágio Curricular Supervisionado	420h
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	210h
TOTAL	3.300h

Fonte: Elaboração própria

O período diurno se difere do período noturno no que diz respeito ao prazo mínimo de integralização e na seriação recomendada das disciplinas. Os dois períodos contêm a mesma grade curricular e o mesmo número de aulas.

4.3.2.4 Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Curso: Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Espanhola.

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em LP e LE, está localizado no câmpus São Carlos e é oferecido, presencialmente, desde o 1º semestre de 1996. O curso oferece 20 vagas para o Curso em Português e Inglês e 20 vagas para o Curso em Português e Espanhol. A escolha da LE é feita no ingresso via SiSU.

O presente curso possui duração mínima de 5 anos (mínima de 10 semestres e máxima de 18 semestres (9 anos)), a hora-aula tem duração de 50 minutos, perfazendo uma carga horária total de 2.800 horas distribuídas para ser cumprida entre 10 semestres a 18 semestres, sendo ofertado em período noturno.

Tabela 5. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a UFSCar

Componente curricular	Carga horária
Prática como Componente Curricular (PCC)	400h
Formação Científico-cultural	1.800h
Estágio Curricular Supervisionado	400h
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	200h
TOTAL	2.800h

Fonte: Elaboração própria

4.3.2.5 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - FCLAR - UNESP

Curso: Bacharel e Licenciatura: em Língua Portuguesa e Língua Espanhola

O Curso de Letras da FCLAR-UNESP, está localizado no câmpus de Araraquara, oferece duas modalidades de formação, que podem ser cursadas em paralelo, Bacharelado e Licenciatura. Essas duas modalidades possuem habilitação dupla: em LP e uma LE. Na modalidade Bacharelado, são oferecidas sete línguas estrangeiras (Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano e Latim). Na modalidade Licenciatura, são oferecidas cinco línguas estrangeiras (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano). No primeiro ano, o aluno cursará, obrigatoriamente, duas línguas estrangeiras. No segundo ano, esse aluno optará por apenas uma dessas duas línguas estrangeiras.

O curso é oferecido, presencialmente, desde o 1º semestre de 2005, sendo ofertado em dois períodos: diurno e noturno, disponibilizando 20 vagas anuais em cada período.

O curso possui duração de 4 anos (mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres (7 anos)), a hora-aula tem duração de 60 minutos, perfazendo uma carga horária total de 3.360 horas para ser cumprida entre 8 semestres a 14 semestres.

Tabela 6. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a FCLAR - UNESP

Componente curricular	Carga horária
Formação Geral	1.350h
Formação Especializada (LE1)	600h
Formação Especializada (LE2)	120h
Prática como Componente Curricular (PCC)	405h
Formação Metodológica	270h
Estágio Curricular Supervisionado	405h
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	210h
TOTAL	3.360h

Fonte: Elaboração própria

4.3.2.6 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – câmpus Guarulhos - UNIFESP

Curso: Licenciatura em Letras com Habilitação dupla: em Língua Portuguesa e Língua Espanhola

A Unifesp oferece Curso de Licenciatura das seguintes línguas estrangeiras: Francês, Espanhol e Inglês, tanto para o Bacharelado quanto para a Licenciatura, no câmpus Guarulhos desde o 1º semestre de 2009. O Curso de Licenciatura em Letras com licenciatura dupla, em LP e LESP, possui duração mínima de 4 anos (mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres (7 anos)), a hora-aula tem duração de 60 minutos, perfazendo uma carga horária total de 3.200 horas distribuídas para ser cumprida entre 8 semestres a 14 semestres, sendo ofertado em dois períodos: vespertino e noturno, disponibilizando 50 vagas totais anuais. Dentre as 25 vagas de cada período, 8 serão destinadas ao de Bacharelado e 17 serão destinadas à Licenciatura. A escolha pelo grau de Bacharelado/Licenciatura é feita após dois anos de curso, por meio de um edital específico. O curso está de acordo com a carga horária requerida pela CNE/CP 2 de 1º de julho de 2015, ver Tabela 7.

Tabela 7. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para a UNIFESP

Componente curricular	Carga horária
Conteúdos Curriculares de Natureza Acadêmica	2.400h
Estágio Curricular Supervisionado	500h
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)	300h
TOTAL	3.200h

Fonte: Elaboração própria

4.3.2.7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo –câmpus Avaré - IFSP - AVR

Curso: Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em LP e LESP está localizado no câmpus Avaré e é oferecido, presencialmente, desde o 1º semestre de 2017. O presente curso possui duração de 4 anos (mínima de 8 semestres e máxima de 16 semestres (8 anos)), a hora-aula tem duração de 50 minutos, perfazendo uma carga horária total de 3.666,4 horas distribuídas para serem cumpridas entre 8 semestres a 16 semestres, sendo ofertado em período noturno, disponibilizando 40 vagas anuais.

Tabela 8. Distribuição de carga horária total entre componentes curriculares para o IFSP - Avaré

Componente curricular	Carga horária
Formação Geral	3.066,4
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPAs)	200h
Estágio Curricular Supervisionado (sendo 200h referentes à Língua Portuguesa e Literaturas e 200h referentes à Língua Espanhola e Literaturas).	400h
TOTAL	3.666,4h

Fonte: Elaboração própria

4.3.3 Panorama dos PPCs

Todos os cursos mencionados no Quadro 9 foram reconhecidos pelo MEC e são ofertados por IES públicas do estado de São Paulo. O ingresso a eles se dá através de um dos seguintes exames de admissão:

- Sistema de Seleção Unificada (SiSU) – UFSCar, Unifesp e IFSP;
- Exame vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) – USP,
- Exame da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp) – Unesp.

De modo geral, os PPCs possuem o mesmo propósito institucional, o de descrever e contextualizar os cursos de que tratam esses documentos. A saber, esses documentos descrevem as motivações e estratégias para se obter a formação técnica, profissional e humana dos alunados para a inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Os documentos (PPCs) são de natureza formal e têm caráter descritivo e informativo, situam o contexto em que está inserida a IES, bem como as características do curso.

Todos os PPCs apresentam como argumentos a contribuição para o processo de formação do futuro profissional crítico, reflexivo e consciente em relação à sociedade multicultural.

Esses documentos (PPCs) são norteados pelo MEC, Conselho Nacional de Educação (CNE), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou demais normativas particulares de cada Instituição.

Em relação aos autores/colaboradores da redação dos PPCs, esses documentos são escritos por docentes do curso, organizados ou não em comissões ou conselhos⁶¹, e podem receber colaboração das Chefias de Departamento, Conselhos de Graduação e Reitoria. Os PPCs (FCLAR-UNESP, IBILCE-UNESP e FFLCH-USP) não fazem menção à comissão elaboradora do PPC e o PPC (FFLCH-USP) não está disponível na página *web* da Universidade de São Paulo. Assim, a pesquisadora precisou solicitar via *e-mail* o PPC ao então coordenador do Curso de Letras.

4.3.4 Decisões metodológicas

Os PPCs foram analisados a partir da pesquisa documental e foram adotadas três categorias para análise: Elaboradores, Conteúdo e Legislação. Essas categorias estão definidas da seguinte maneira:

1) Elaboradores: Nesta categoria, pretende-se buscar informações sobre quem são os responsáveis pela elaboração dos PPCs, se compete aos docentes, alunos e técnicos ou se a comissão de elaboração é formada pelo Conselho de Curso de Graduação. Ademais, é observado se no perfil da comissão de elaboradores dos PPCs há docentes especialistas na área de variação linguística ou em uma determinada área.

2) Conteúdo: Nesta categoria, pretende-se identificar quais são os componentes curriculares que abordam a variação linguística em LP e LESP. Além disso, focamos apenas em apresentar as disciplinas de LP que possuem o nome *Sociolinguística* ou que apresenta um panorama histórico da Sociolinguística e seus conceitos. E para evitar que a análise fique muito extensa, foi proposto investigar apenas a vertente Sociolinguística Educacional, pois é a vertente que mais se destaca nas referências bibliográficas das disciplinas de *Sociolinguística* nas ementas dos cursos.

Posteriormente, nas disciplinas de LESP, procurou-se identificar aquelas que possuem temas concernentes à variação linguística. Elas são listadas em Quadros e apresentadas a partir dos cinco eixos de variação de Coelho et al (2015) e dos dois estudos da língua abordados em Saussure (1995).

Ainda nesta categoria foram identificados conteúdos indiretos e complementares relacionados à temática da pesquisa, uma vez que não se espera que uma disciplina de LESP dê conta de apresentar a variação linguística no ensino de espanhol como um todo.

⁶¹ Exemplos: Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso com diretrizes mínimas definidas pelo MEC.

3) Legislação: Nesta categoria, como fundamentação legal de legislação de referência, pretende-se identificar o ano de publicação do PPC e qual Resolução que o PPC segue. Ademais, foi observado, a partir das ementas das disciplinas e do PPC legislações, como LDB, PCNs, PCN+Ensino Médio e OCEM abordam assuntos relacionados às variedades linguísticas.

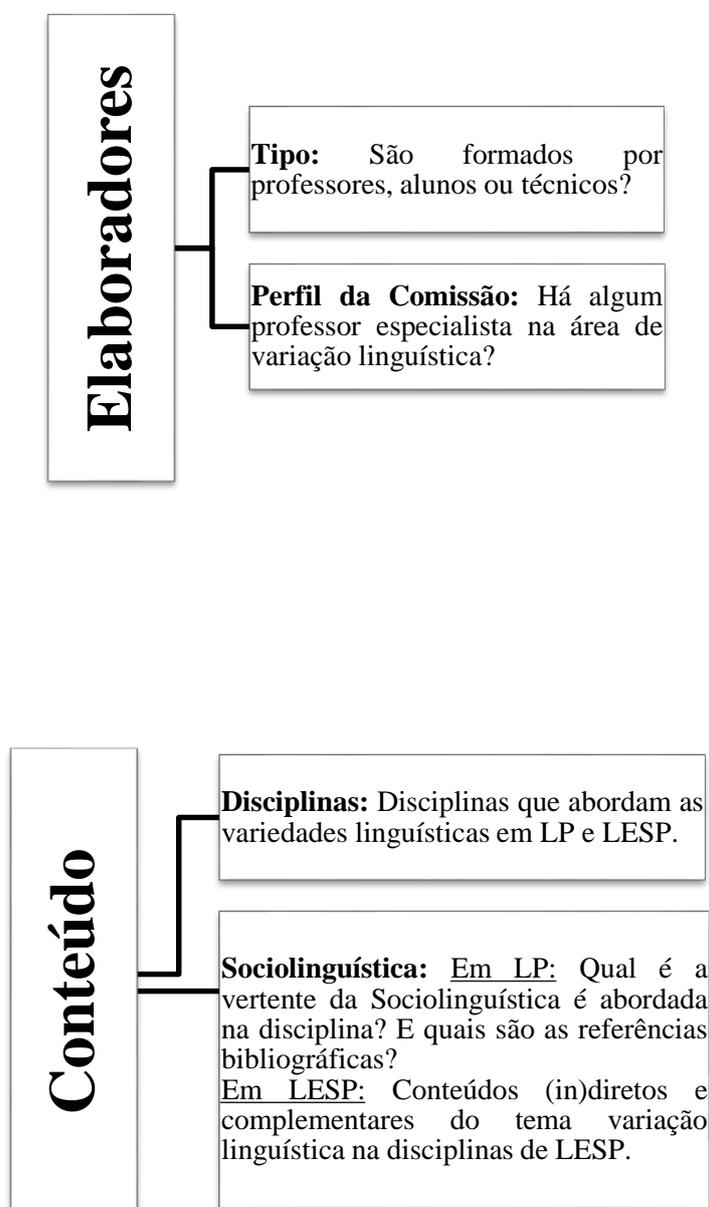
A escolha dessas três categorias se deu para que fosse possível contextualizar o trabalho de elaboração desses documentos e sua relação com o ensino de LESP ~~espanhol~~ e a legislação vigente, focalizar o tratamento dado à variação linguística nas disciplinas oferecidas aos estudantes de Letras Espanhol.

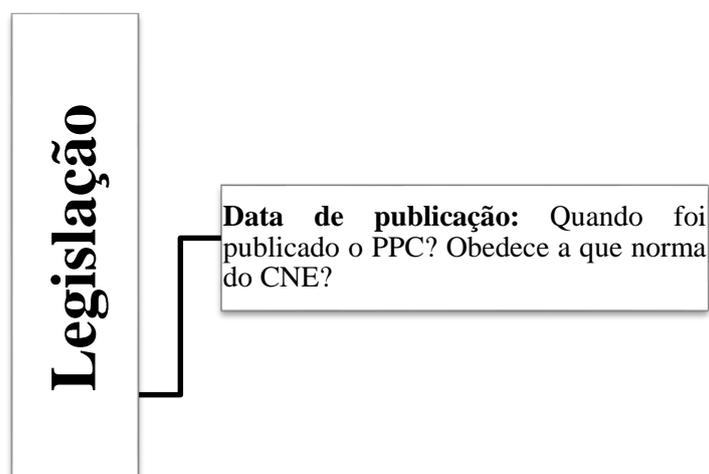
Neste capítulo foram trabalhados os percursos e as etapas que a presente pesquisa teve para chegar na análise de dados e no capítulo a seguir apresentamos a organização dos dados e a análise.

5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES

A organização e a categorização dos dados foram feitas a partir da leitura dos PPCs com o recorte sobre a temática variação linguística.

Os seguintes organogramas ilustram como foi organizada a análise dos dados extraídos dos PPCs. Nesta pesquisa, foram adotadas três categorias para compor a análise dos PPCs.





5.1 IFSP- Avaré

Quadro 10. Identificação do PPC-IFSP- Avaré

IES	Licenciatura em Letras	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
IFSP	Espanhol/Português	2/2015	2017/1º	Noturno	3.666,4h [sic]	2019

Fonte: Elaboração própria

O IFSP- Avaré tem duas justificativas para a criação e implementação do Curso de Letras com licenciatura dupla em LP e LESP, a primeira diz respeito à carência de professores habilitados, no âmbito nacional e a segunda, se refere à falta de opção de um ensino público gratuito e de qualidade na área de Letras na região em que está localizada o IFSP-Avaré.

Quanto à oferta de uma habilitação em LEM, o IFSP- Avaré se respalda na LDB, o Art. 26 § 5º que garante o ensino de pelo menos uma LEM a partir do 5º ano e no Ensino Médio. O Art. 36, inciso III tem como obrigatoriedade o ensino de uma LE e em caráter optativo, uma segunda LE.

O PPC-IFSP- Avaré ratifica a importância da aprendizagem de uma LE citando o documento PCNs-LE (1998b, p. 37) que faz referência ao aprendiz compreender o funcionamento da LE e de sua própria LM para (re)conhecer costumes e valores de outras culturas.

Ainda é acrescido pelo IFSP- Avaré que o licenciando em LE, ao ter contato com a língua-alvo, poderá compreender as diferentes formas de colocar a língua em prática, seja no contexto cultural ou na forma de pensar ou agir. Além disso, o estudo de uma LE faz com que o licenciando reflita sobre as particularidades de sua LM, bem como nas particularidades da LE para entender o funcionamento entre elas. No PCN–LE (1998b, p. 19), como mencionado, aprender uma LE em conjunto com a LM é um direito de todo o cidadão.

O contato com uma língua estrangeira leva o aprendiz a refletir sobre o seu próprio sistema linguístico, colaborando assim, na aprendizagem da sua própria língua materna. Paralelamente, ocorre o contato com outra cultura e, portanto, com diferentes formas de pensar, de sentir, de agir, de criar e de conceber a realidade; aspectos que proporcionam ao indivíduo conhecer mais sobre sua própria cultura. (PPC-IFSP, 2019, p. 16)

Essa reflexão que relaciona LE e LM atende a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, exatamente no Capítulo II inciso VII onde é mencionado como a formação de profissionais de magistério deve ser pautada na promoção de reflexão de diferentes linguagens para o desenvolvimento e a criticidade do licenciando.

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade; (CNE, 2015, p. 6)

Segundo o IFSP- Avaré, muitos licenciandos e professores já licenciados querem estudar Letras – licenciatura dupla em LESP por conta da demanda de mercado de trabalho e pela oferta obrigatória para todo o estado de São Paulo, conforme Projeto de Lei 446 de 2018⁶².

(...) muitos estudantes e até mesmo professores já licenciados desejam habilitar-se em língua espanhola, devido à demanda de mercado de trabalho para o idioma, cuja oferta obrigatória para todo o estado de São Paulo está prevista no projeto de Lei 466[sic] de 2018. (PPC-IFSP, 2019, p. 17-18)

O Curso de Letras com licenciatura dupla em LP e LESP possui 6 objetivos gerais, sendo que 2 objetivos gerais estão alinhados com o tema dessa pesquisa, pois

⁶² Esse projeto de Lei que torna a LESP como disciplina obrigatória no currículo de Ensino Médio no estado de São Paulo ainda está em tramitação.

fazem menção às variedades linguísticas e aos diversos tipos de linguagem. De acordo com os objetivos gerais, os licenciandos devem ser estimulados a:

- promover a competência nas línguas portuguesa e espanhola, forma oral e escrita, em termos de sua estrutura, funcionamento, variedades linguísticas e sua multiculturalidade;
- graduar docentes que reflitam de forma crítica e analítica sobre as linguagens como fenômeno psicológico, histórico, social, cultural, político e ideológico, e também sobre temas e questões relativas aos conhecimentos literários; (...) (PPC-IFSP, 2019, p. 24)

Logo, nos objetivos específicos, pretende-se que os licenciandos sejam instigados a refletir e a estudar as diferentes situações de uso da LP e LE, bem como a diversidades linguística e cultural:

- Proporcionar uma formação linguística e literária capaz de habilitar adequadamente o aluno ao exercício do magistério na educação básica e superior;
- Capacitar o estudante para apropriar-se de forma crítica das diferentes linguagens, com ênfase na linguagem verbal nas suas modalidades escrita e oral, tanto do português como do espanhol;
- Conscientizar o graduando acerca da sua inserção na sociedade e do papel sociopolítico do professor de língua(s) e de literatura(s);
- Proporcionar o conhecimento e a reflexão sobre a diversidade linguística e cultural, considerando os contextos socioculturais do seu futuro aluno e de ambos os idiomas estudados;
- Incentivar no futuro docente a abordagem da inter-relação entre os fatos histórico- sociais e as manifestações linguísticas e literárias;
- Instruir o aluno para organizar e expressar seu pensamento de maneira apropriada às diferentes situações de uso da língua portuguesa assim como da língua espanhola; (...) (PPC-IFSP, 2019, p. 24)

Com base nos objetivos gerais e específicos, pode-se observar a preocupação do IFSP- Avaré em instruir os seus licenciandos a refletirem sobre os diversos tipos de linguagem e as diferentes situações de uso da LP e LE.

A respeito do perfil profissional do egresso, almeja-se que o docente atue na Educação Básica com ética e autonomia intelectual e que crie e desenvolva materiais autênticos⁶³ relacionados ao ensino de LP e LE e suas respectivas Literaturas e que tenha

⁶³ Vieira (2012) apresenta uma proposta de definição do termo material autêntico:

Os materiais (ou textos) autênticos consistem nos textos orais, escritos e/ou visuais que os falantes de uma determinada língua utilizam para se expressar e se comunicar uns com os outros; consistem em materiais que veiculam os aspectos sócio-histórico-culturais de uma comunidade linguística e que podem ser valiosos instrumentos no processo de ensino-aprendizagem de uma língua-alvo, constituindo-se em uma fonte de insumo para os aprendizes (VIEIRA, 2012, p. 25-26).

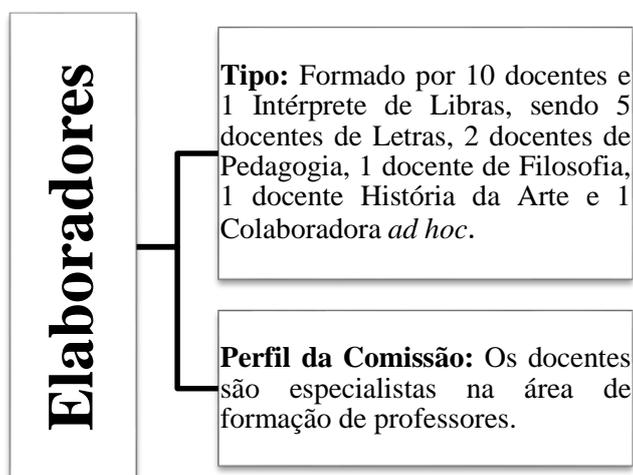
conhecimento sobre as manifestações linguísticas, culturais, literárias da língua que leciona.

Além do cuidado de levar o licenciando a trabalhar com as manifestações linguística a partir de materiais autênticos⁶⁴, o IFSP- Avaré tem como compromisso ações inclusivas que garanta a todos os estudantes com necessidades específicas⁶⁵, igualdade de oportunidades educacionais. E nessas ações inclusivas, tem-se a prática do respeito à diversidade.

(...) [O IFSP- Avaré] busca promover a cultura da educação para a convivência, a prática democrática, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. (PPC-IFSP, 2019, p. 79)

O respeito à diversidade desencoraja condutas incorretas. O respeito à diversidade linguística contribui para que o preconceito linguístico e o pré-julgamento sobre o falante sejam combatidos como apontaram Bagno (2007) e Borin (2010).

A) COMISSÃO ELABORADORA



⁶⁴ A interação do aluno a partir de materiais autênticos de diversos gêneros são propostos nas ementas das disciplinas *Língua Espanhola II, Língua Espanhola III e Língua Espanhola V*.

⁶⁵ Direcionadas às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para que um PPC seja elaborado, se faz necessário que a comissão de elaboração esteja articulada com o objetivo político-pedagógico da sua Instituição e que se respalde nas legislações vigentes para a construção de um documento que oriente as práticas educacionais. A LDB aponta que cada Instituição de qualquer curso de graduação deve elaborar seu PPC com autonomia.

Através de pesquisas feitas na *Plataforma Lattes*, verificou-se que na comissão de elaboração não havia especialistas na temática “variação linguística”. Apesar disso, esses docentes puderam desenvolver essa temática no decorrer do PPC ao abordar temas como a competência linguística em LP e LE a partir de sua estrutura, funcionamento, variedades linguísticas, refletir de forma crítica sobre os diferentes tipos de linguagens e considerar os contextos socioculturais de LP e LESP dos licenciandos. Entre os objetivos gerais e específicos, conforme elencados, há a proposta de atentar e estudar sobre as diferentes situações de registro da LP e LESP.

Por mais que esses docentes não sejam especialistas na área de variação linguística, a maioria deles, sete, são especialistas em formação de professores, sendo cinco doutores e dois docentes doutorandos nessa área.

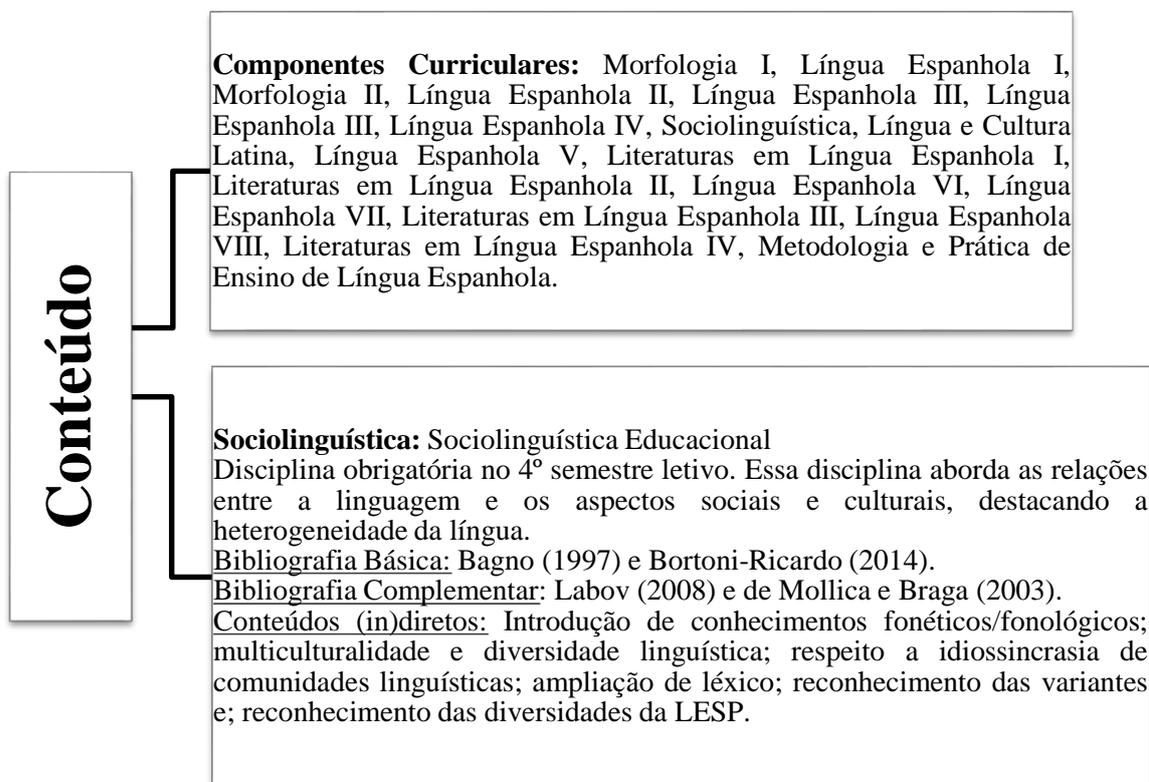
A respeito das referências bibliográficas utilizadas pelos autores do PPC do IFSP- Avaré, destacam-se os autores José Carlos Paes de Almeida Filho e Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva que são autores de referência na área de Linguística Aplicada e no Ensino de Línguas. Esses dois autores, no decorrer do PPC, são citados sobre as temáticas “aquisição/aprendizagem” e “ensino de línguas na formação pedagógica”.

O Curso de Letras do IFSP- Avaré ainda não havia sido reconhecido pelo MEC no momento da coleta de dados da presente pesquisa. O reconhecimento deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2019, contudo, o MEC não fez a visita *in loco*. Por isso, o reconhecimento foi adiado para o segundo semestre de 2019, mas novamente não ocorreu. Infelizmente, em 2020, teve início a pandemia de COVID-19 e não havia previsão do MEC para a visita de avaliação do curso.

O PPC-IFSP- Avaré é o primeiro PPC do Curso de Letras licenciatura dupla Português e Espanhol. A comissão elaboradora deste PPC construiu o documento mais extenso dos PPCs analisados nesta pesquisa, com 270 páginas. De acordo com a quantidade de páginas, acredita-se que a comissão reuniu um montante significativo de informações para que o respectivo PPC fosse o mais coerente e completo com o que eles acreditaram ser o melhor para o Curso de Letras.

A extensão do documento pode estar relacionada com o detalhamento que a comissão elaboradora quis passar para o MEC para que o curso fosse aprovado. O MEC avalia o curso em conjunto com o PPC. Um dos requisitos para avaliar o PPC é se ele está de acordo com as normas federais, estaduais, municipais e institucionais e se condiz com a realidade da Instituição. O PPC-IFSP foi criado dentro do contexto da legislação de 2015.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



Através dos conteúdos programáticos dos PPCs foram identificados os tópicos e a bibliografia relacionados diretamente à variação linguística na LESP.

Na Tabela 9 está exposta a lista de 17 disciplinas extraídas do PPC-IFSP relacionadas às variedades linguística de LP e de LESP⁶⁶. Através da leitura de todas as ementas das disciplinas do Curso de Letras do IFSP- Avaré, constatamos que essas

⁶⁶ Essas disciplinas são ofertadas semestralmente.

disciplinas, do Tabela 9, apresentam reflexões relacionadas as variedades linguísticas e contabilizam um total de 33,27%⁶⁷ da carga horária oferecida do Curso de Letras.

Tabela 9. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (IFSP- Avaré).

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Morfologia I	70,7
Língua Espanhola I	74,7
Morfologia II	70,7
Língua Espanhola II	74,7
Língua Espanhola III	74,7
Língua Espanhola IV	74,7
Sociolinguística	41,3
Língua e Cultura Latina	37,3
Língua Espanhola V	41,3
Literaturas em Língua Espanhola I	70,7
Literaturas em Língua Espanhola II	70,7
Língua Espanhola VI	41,3
Língua Espanhola VII	41,3
Literaturas em Língua Espanhola III	70,7
Língua Espanhola VIII	41,3
Literaturas em Língua Espanhola IV	70,7
Metodologia e Prática de Ensino de Língua Espanhola	53,3
TOTAL	1020,1

Fonte: Elaborado pela autora

A disciplina *Sociolinguística* contribui com 1,25% da carga horária das disciplinas do curso. Através desses cálculos, identifica-se que o Curso de Letras do IFSP-Avaré visa apresentar uma formação pautada na reflexão sobre a diversidade linguística de LP e LESP, esse rol de disciplinas da grade curricular é o maior dentre as Instituições cujos PPCs foram consultados.

Tem-se a preocupação por parte do Curso de Letras do IFSP- Avaré em apresentar aos futuros docentes do Curso de Letras conteúdos relacionados à variação linguística em LP e LESP com o intuito de levá-los a refletir sobre as línguas.

No PPC-IFSP, a *Sociolinguística* é proposta como disciplina obrigatória no 4º semestre letivo com carga horária de 41,3h⁶⁸. Essa disciplina aborda as relações entre a linguagem e os aspectos sociais e culturais, destacando a heterogeneidade da língua. Além disso, são propostos estudos de casos para que os alunos reflitam a respeito das variedades

⁶⁷ Esse cálculo de porcentagem se deu através do estudo das ementas de cada uma dessas disciplinas do Tabela 9 que foi identificado temas relacionados à variação linguística. O cálculo de porcentagem foi feita da seguinte maneira: (Número de carga horária das disciplinas/número de carga horária de todas as disciplinas da grade curricular) x 100, sendo $1020,1/3066,4*100=33,27\%$

⁶⁸ As cargas horárias das disciplinas do Curso de Letras do IFSP-Avaré são compostas por números quebrados.

linguísticas encontradas em contextos regionais e dos familiares dos alunos. Essa disciplina corrobora com o que Görski e Freitag (2013) ressaltam sobre o falante construir a sua identidade por meio da língua quando compartilha hábitos socioculturais.

Nos objetivos da disciplina *Sociolinguística*, é mencionado que os alunos terão conhecimento sobre os princípios teórico-metodológicos (pesquisa qualitativa e quantitativa em Sociolinguística) que fundamentam a origem da Sociolinguística, bem como saber identificar as principais contribuições da Sociolinguística para o ensino de LP e LE.

No decorrer da ementa da disciplina, consta o estudo das variedades linguísticas e a língua como sistema heterogêneo, além disso, a identificação das principais contribuições da Sociolinguística e o ensino de LP e LESP é enfatizado no decorrer da ementa. Então, pode-se afirmar que essa disciplina tem como foco a vertente Sociolinguística Educacional, visto que o estudo do preconceito linguístico e o estudo da Sociolinguística em diferentes níveis de escolarização e prática docente compõem o conteúdo programático.

A disciplina *Sociolinguística* contempla as variedades linguísticas, a língua como sistema heterogêneo e o preconceito linguístico a partir de autores como Bagno (1997), Bortoni-Ricardo (2014) e Soares (1986).

O que corrobora com a informação mencionada é que o PPC-IFSP indica dois autores na Bibliografia Básica, Bagno (1997) e Bortoni-Ricardo (2014). Bagno, em seus estudos, reflete sobre a Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Educacional, e Bortoni-Ricardo, em seus estudos, trabalha com a área de Sociolinguística Educacional. Ambos autores produzem teorias a respeito da temática “variação linguística”. Por exemplo, um dos livros indicado para leitura no decorrer do semestre é *A língua de Eulália* de Bagno (1994). Esse livro é uma boa indicação para quem quer estudar e se informar mais sobre a Sociolinguística, pois no decorrer do livro fica claro que não há como padronizar uma língua, uma vez que as variedades linguísticas são legítimas porque cada falante tem a sua maneira singular de se expressar.

Na Bibliografia Complementar são apontados os seguintes autores: Labov (2008) e Mollica e Braga (2003). Labov é um dos precursores do estudo da Sociolinguística é apresentado na bibliografia complementar, visto que a prioridade é dada à vertente da Sociolinguística Educacional.

Além disso, há um Laboratório de Didática que atende até 45 alunos da disciplina *Sociolinguística* para trabalhar línguas, sons e variações linguísticas na fala.

Pode-se observar a preocupação do Curso em disponibilizar um ambiente em que os alunos possam realizar atividades pedagógicas relacionadas com o conteúdo teórico.

A respeito da distribuição das disciplinas, especificamente relacionadas à LESP, o estudo da variação linguística pode ser identificado de maneira indireta e/ou complementar, a partir dos seguintes tópicos introdução de conhecimentos fonéticos/fonológicos; multiculturalidade e diversidade linguística; respeito a idiosincrasia de comunidades linguísticas; ampliação de léxico; reconhecimento das variantes e; reconhecimento das diversidades da LESP. Também de maneira indireta, tem-se o conhecimento da forma estrutural e cultural e da consolidação das estruturas sintáticas da LESP.

No Quadro 11 foram isoladas as disciplinas de LESP que fazem menção às variedades linguísticas. Essas disciplinas são apresentadas a partir dos cinco eixos de variação (diatópico, diastrático, diamésica, intrafalante e interfalante) e dos dois estudos da língua (diacronia e sincronia), conforme conteúdos abordados por Coelho et al (2015) e Saussure (1995) no Capítulo 2.

Quadro 11. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (IFSP- Avaré).

DISCIPLINAS	Estudo da língua	Eixos de variação
Língua Espanhola I	Diacronia/Sincronia	Diatópico/Diastrático
Língua Espanhola II	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola III	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola IV	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola V	Diacronia/Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Língua Espanhola I	Diacronia	Diatópico/Diastrático
Língua Espanhola VI	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Língua Espanhola II	Diacronia	Diatópico/Diastrático
Língua Espanhola VII	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Língua Espanhola III	Diacronia/Sincronia	Diatópico/Diastrático
Língua Espanhola VIII	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Língua Espanhola IV	Diacronia/Sincronia	Diatópico/Diastrático

Fonte: Elaborado pela autora

A disciplina *Língua Espanhola I* é ofertada no 1º semestre letivo com carga horária de 74,7h. Essa disciplina é de perspectiva diacrônica “Conhecer informações básicas sobre a história da LESP e da sua diversidade” (PPC-IFSP, p. 110) e síncrona “Conscientizar o estudante sobre a importância da LESP no contexto mundial e da importância de se adquirir um idioma estrangeiro no mundo globalizado no qual vivemos” (PPC-IFSP, p. 110), por se tratar do estudo da história da LESP e sua relevância no contexto mundial. Essa disciplina possui dois eixos: diatópico “Reconhecer variedades linguísticas do idioma, identificando os elementos culturais e respeitando a idiossincrasia de cada comunidade linguística” (PPC-IFSP, p. 110) e diastrático “Identificar os elementos culturais e respeitando a idiossincrasia de cada comunidade linguística” (PPC-IFSP, p. 110), por dedicar-se às variedades linguísticas e os aspectos socioculturais.

Nos objetivos dessa disciplina, tem-se a preocupação em trazer para os licenciandos o estudo da variação linguística em diversas situações, como: “Conhecer informações básicas sobre a história da LESP e da sua diversidade” e “Compreender e produzir enunciados básicos em situações comunicativas, com adequação ao contexto e aos interlocutores envolvidos no mesmo” (PPC-IFSP, p. 110)

Um dado a ser observado é que, no conteúdo programático dessa disciplina, os licenciandos terão contato com livros didáticos de espanhol elaborados para brasileiros e/ou para estudantes de outros países com intuito de analisar as estratégias de aprendizagem para o falante de LP e/ou LE. Além disso, noções introdutórias de fonética-fonologia da LESP são contempladas nessa disciplina.

A disciplina *Língua Espanhola II* é ofertada no 2º semestre letivo com carga horária de 74,7h. Essa disciplina é de perspectiva síncrona “Proporciona ainda a interação do aluno com textos autênticos e atuais de diversos gêneros e registros linguísticos” (PPC-IFSP, p. 128), pois oferece aos alunos um panorama da LESP atual através do estudo de diversos materiais. No documento OCEM é posto um excerto em que Ventura (2005 apud BRASIL, 2006) assevera que as variedades linguísticas devem ser expostas a partir de diferentes contextualizações aos estudantes, pois as variedades do espanhol não podem ser tratadas e reduzidas a curiosidades léxicas.

Além disso, nessa disciplina, é proposto a elaboração de materiais didáticos para os licenciandos desenvolverem a compreensão orais e escrita em LESP. Assim sendo, essa disciplina possui os cinco eixos de variação por abordar a língua em diferentes registros

Introduzir novo léxico e novas estruturas sintáticas e consolidar, Ampliar a competência comunicativa do aluno, tanto na escrita quanto na oralidade, Introduzir conhecimentos fonéticos e fonológicos, Refletir sobre a diversidade e multiculturalidade tanto da língua espanhola quanto da sua língua materna e Aperfeiçoar a pronúncia e a entonação de determinados fonemas típicos do espanhol. (PPC-IFSP, p. 128).

Nos objetivos dessa disciplina, os licenciandos poderão observar a diversidade existente em LP e LESP: “Refletir sobre a diversidade e multiculturalidade tanto da LESP quanto da sua língua materna” (PPC-IFSP, p. 128), o estudo da diversidade entre LP e LESP só corrobora para que o entendimento da variação linguística seja consolidado.

No conteúdo programático, os conhecimentos fonéticos e fonológicos são estudados a partir da elaboração dos materiais didáticos como aplicação de estratégias de aprendizagem e ao longo da disciplina.

A disciplina *Língua Espanhola III* é ofertada no 3º semestre letivo com carga horária de 74,7h e a disciplina *Língua Espanhola IV* é ofertada no 4º semestre letivo com carga horária de 74,7h. Ambas disciplinas apresentam os mesmos eixos de variação e estudo da língua da disciplina *Língua Espanhola II* como “expondo o discente a diferentes gêneros textuais autênticos e atuais em situações comunicativas diversas e com registros diversificados” (PPC-IFSP, p. 144) e “Ampliar a competência comunicativa escrita e oral do aluno, tendo em conta as variedades do espanhol, produção textual para que o aluno se comunique com propriedade em situações reais de fala e analisar diferentes materiais didáticos e a forma como estes abordam os diferentes conteúdos funcionais, comunicativos e gramaticais nas diferentes etapas de escolarização” (PPC-IFSP, p. 144) e “Utilizar estruturas sintáticas mais complexas em situações comunicativas formais e informais, tanto na escrita quanto na oralidade, Entender a multiculturalidade e a diversidade linguística da LESP, identificando os elementos culturais e respeitando a idiossincrasia de cada comunidade linguística (PPC-IFSP, p. 157). Nas disciplinas *Língua Espanhola III* e *Língua Espanhola IV* é acrescido o estudo de situações comunicativas formais e informais como forma de levar o licenciando a entender e a diferenciar os contextos que essas variantes linguísticas podem ser adequadas, a partir de materiais autênticos.

Nos objetivos da disciplina *Língua Espanhola III* são propostos a ampliação das diferentes situações comunicativas (registro culto e coloquial) e “Ampliar a competência comunicativa escrita e oral do aluno, tendo em conta as variedades do espanhol” (PPC-IFSP, p. 144)

Nessa disciplina, o conteúdo programático indica o estudo de caso a partir da análise de materiais didáticos e a sua forma de abordagem, tendo como público-alvo estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Como pode ser observado, essa disciplina tem como foco levar os licenciandos a compreenderem e analisarem o material de estudo de LESP no Ensino Fundamental. Essa análise é muito positiva, pois esses licenciandos poderão interpretar esses materiais e inferir se está condizente com o que é esperado para o ensino de espanhol como LE.

Nos objetivos da disciplina *Língua Espanhola IV* são propostos o entendimento e a reflexão por parte dos licenciandos em identificar a diversidade linguística, bem como as características de uma análise contrastiva no ensino de LESP a brasileiros “Entender a multiculturalidade e a diversidade linguística da LESP, identificando os elementos culturais e respeitando a idiossincrasia de cada comunidade linguística” e “Refletir sobre o processo de produção na identificação de características de uma análise contrastiva e, a partir dessa reflexão, pensar nas especificidades do ensino de espanhol a brasileiros.” (PPC-IFSP, p. 157)

Os aspectos de fonética e fonologia estão previstos no conteúdo pragmático dessas disciplinas. Além disso, na disciplina *Língua Espanhola IV* é proposto a análise de aspectos contrastivos da morfologia e da sintaxe entre a LP e a LESP para que os licenciandos (re)conheçam as semelhanças entre os dois idiomas.

Essa semelhança resulta de forma positiva, pois o aluno poderá compreender a LESP de uma perspectiva que ele não havia assimilado que é contrastar morfologicamente e sintaticamente a LM em conjunto com a LESP. No PCNs-LE (1998b) é pontuado que o aluno ao ter contato com a LE, poderá ampliar suas habilidades linguísticas tanto na área de LE quanto na área de LM.

A disciplina *Língua Espanhola V* é ofertada no 5º semestre letivo com carga horária de 41,3h. Essa disciplina possui os mesmos eixos de variação da disciplina *Língua Espanhola IV* como “Ampliar o conhecimento do estudante a respeito de questões históricas da LESP e da sua diversidade e Revisar e aprofundar aspectos estruturais e fonéticos/fonológicos típicos da LESP e saber utilizá-los com adequação tanto na oralidade quanto na escrita” (PPC-IFSP, p. 171), por abordar materiais autênticos e atuais de diversos gêneros e registros linguísticos com intenção de aprimorar o estudo da LESP através das variantes linguísticas e dos aspectos socioculturais e multiculturais do idioma. Ademais, essa disciplina explora a perspectiva diacrônica e sincrônica “Conscientizar o estudante sobre a importância da LESP no contexto mundial e situá-lo, criticamente,

diante do contexto histórico atual” (PPC-IFSP, p. 171), pois oferece ao licenciando a ampliação de conhecimento das questões históricas da língua e da sua diversidade linguística, bem como no contexto histórico atual.

O PCN-LESP (1998) assegura que no estudo da LE é preciso considerar os fatores: relativos à história, à tradição e às comunidades locais e a disciplina *Língua Espanhola V* da IFSP- Avaré contempla esses fatores.

Um dos objetivos dessa disciplina é propor ao licenciando atividades em que ele analise elementos semânticos e morfossintáticos entre a LP e a LESP com intuito de avaliar as estratégias de ensino e correção.

No conteúdo programático, o licenciando terá “Noção histórica-social da língua espanhola e suas variantes linguísticas”. Além disso, o ensino de aspectos lexicais, semânticos e morfológicos são contemplados ao longo do semestre.

A partir das disciplinas *Língua Espanhola V* e *Língua Espanhola VI*, os licenciandos terão contato com conhecimentos das questões históricas da LESP e da sua diversidade linguística e cultural. Esses conhecimentos corroboram para que estereótipos e mitos a respeito da LESP não sejam validados, preocupação presente nas OCEM (2006).

A disciplina *Literaturas em Língua Espanhola I* é ofertada no 5º semestre letivo e a disciplina *Literaturas em Língua Espanhola II* é ofertada no 6º semestre letivo, cada disciplina possui carga horária de 70,7h e são de perspectiva diacrônica “panorama e de análises e leituras de obras narrativas, teatrais e poéticas de escritores representativos do idioma produzidos durante a Espanha Medieval até o século XVI” (PPC-IFSP, p. 173) e “A disciplina discute aspectos técnicos e conceituais do papel das TIC no processo de ensino/aprendizagem de línguas, com foco nas tecnologias digitais como traço constitutivo da contemporaneidade” (PPC-IFSP, p. 186) e de eixos diatópico e diastrático, “Desenvolver uma visão crítica da História das Literaturas de Língua Espanhola e suas principais obras e autores, relacionando-os com o contexto histórico de produção” (PPC-IFSP, p. 173) e “Refletir sobre as novas tecnologias e seus desdobramentos sócio-histórico-culturais e na práxis educacional” (PPC-IFSP, p. 186) por levarem o licenciando a desenvolver uma visão crítica das literaturas, bem como as diferentes manifestações da língua.

Na disciplina *Literaturas em Língua Espanhola I* estuda-se as literaturas hispânicas de escritores do idioma que produziram obras narrativas, teatrais e poéticas durante a Espanha Medieval até o século XVI. Um dos objetivos dessa disciplina é “Desenvolver no discente uma postura crítica e analítica dos aspectos linguísticos dos

textos estudados para que o mesmo possa utilizar-se, em sua prática docente, de diferentes obras e autores literários com propriedade.” (PPC-IFSP, p. 173) Ou seja, o licenciando conhecerá o contexto histórico e linguístico a partir das estruturas do textos para perceber o estilo de linguagem presentes nas obras.

A respeito do conteúdo programático dessa disciplina, será estudado o surgimento da literatura hispânica e hispano-americana e será desenvolvida a análise de materiais didáticos sobre aprendizagem em literatura para estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

Na disciplina *Literaturas em Língua Espanhola II* são analisadas as manifestações literárias e linguísticas manifestadas pelos autores representativos do século XVII ao XIX. Um dos objetivos dessa disciplina é “Apresentar as manifestações literárias correlacionando-as com outras artes, a partir da sua expressão estética, cultural e histórica” (PPC-IFSP, p. 191-192) e produzir materiais didáticos para trabalhar literaturas em sala de aula.

A respeito do conteúdo programático dessa disciplina, será estudada a temática Barroco nas regiões hispânicas e hispano-americanas, bem como o Romantismo e análise e produção de materiais didáticos para o ensino de literatura nas aulas de LESP para o Ensino Médio.

As disciplinas *Língua Espanhola VI* é ofertada no 6º semestre letivo e a disciplina *Língua Espanhola VII* é ofertada no 7º semestre letivo, cada disciplina possui carga horária de 41,3h. Essas disciplinas são de perspectiva síncrona e diacrônica “Expor o aluno a diferentes gêneros textuais orais e situações diversas, tanto em contextos formais e informais, para a prática da oralidade com propriedade” (PPC-IFSP, p. 188) e “produção oral e escrita de diferentes gêneros textuais com adequação e com propriedade a partir do reconhecimento das variantes e da diversidade da língua espanhola” (PPC-IFSP, p. 212). Essas disciplinas abordam os cinco eixos de variação “Relacionar o estudo da língua às manifestações literárias, considerando os contextos de produção de tais manifestações” (PPC-IFSP, p. 189) e “Construir um discurso em língua espanhola, a partir de contextos sociais concretos, em que o locutor enfrenta conflitos, necessidade de afirmação e de negociação em seu relacionamento social” (PPC-IFSP, p. 212). Na disciplina *Língua Espanhola VI*, o licenciando terá contato com materiais e ferramentas para desenvolver habilidades linguísticas em nível avançado de acordo com seu contexto de produção e organização linguística-discursiva, bem como o estudo da LESP às manifestações literárias.

Nos objetivos dessa disciplina é proposto ao licenciando “Identificar e utilizar diferentes gêneros textuais, em níveis intermediários e avançados, de acordo com seu contexto de produção e organização linguística-discursiva” e “Expor o aluno a diferentes gêneros textuais orais e situações diversas, tanto em contextos formais e informais, para a prática da oralidade com propriedade” (PPC-IFSP, p. 189)

No conteúdo programático, tem-se o estudo das situações comunicativas e vocabulário específico, dos componentes gramaticais e produção de atividades de ensino-aprendizagem de LESP aos alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na disciplina *Língua Espanhola VII*, o licenciando será capaz de ampliar seu léxico e construir seu discurso em LESP, (re)conhecendo as variedades e a diversidade da língua. Um dos objetivos dessa disciplina é “Compreender e produzir textos orais e escritos em língua espanhola, demonstrando um certo domínio sobre o funcionamento de tal língua” e “Construir um discurso em língua espanhola, a partir de contextos sociais concretos, em que o locutor enfrenta conflitos, necessidade de afirmação e de negociação em seu relacionamento social” (PPC-IFSP, p. 212). A partir desses objetivos, o licenciando poderá construir seu discurso a partir de situações reais. Aspectos semânticos e sintáticos analisados de forma contrastiva entre LP e LESP são contemplados no decorrer do semestre nessa disciplina.

A disciplina *Literaturas em Língua Espanhola III* é ofertada no 7º semestre letivo e a disciplina *Literaturas em Língua Espanhola IV* é ofertada no 8º semestre letivo, cada disciplina possui carga horária de 70,7h e estudam-se as literaturas hispânicas de escritores que produziram obras narrativas e poéticas durante o século XX até os dias atuais, por isso essas disciplinas são de perspectiva diacrônica e sincrônica “um panorama e de análises e leituras de obras narrativas e poéticas de escritores do século XX até a atualidade” (PPC-IFSP, p. 214) e “será feito um percurso pelas obras e autores mais significativos do século XX até a atualidade” (PPC-IFSP, p. 228). Além disso, os eixos diatópico e diastrático “Refletir criticamente sobre a realidade sociocultural dos países de cultura hispânica e sobre o ensino e aprendizagem de LE, especialmente, sobre o ensino-aprendizagem de literatura nas ementas de cursos de língua espanhola no contexto brasileiro” (PPC-IFSP, p. 214) e “Conhecer e estudar as manifestações literárias dos países americanos de língua espanhola nos séculos XX e XXI” (PPC-IFSP, p. 229) corroboram para que o licenciando reflita sobre a realidade sociocultural e o ensino e

aprendizagem de LESP no contexto brasileiro, bem como as mudanças que a LESP sofreu durante o tempo até a atualidade.

Dois dos objetivos das disciplinas *Literaturas em Língua Espanhola III* e *Literaturas em Língua Espanhola IV* são (1) refletir sobre a realidade sociocultural dos países de cultura hispânica e o ensino e aprendizagem da LESP no contexto brasileiro e (2) desenvolver atividades didáticas relacionadas aos aspectos linguísticos e culturais da LESP por meio da literatura. A respeito do conteúdo programático dessas disciplinas, é proposta aos licenciandos a elaboração de atividades que trabalhem o ensino de literatura aos estudantes de diferentes níveis de escolarização.

A disciplina *Língua Espanhola VIII* é ofertada no 8º semestre letivo e possui carga horária de 41,3h. Essa disciplina é de perspectiva síncrona “Construir discursos argumentativos em língua espanhola, considerando os procedimentos de argumentação comuns a distintos países, no sentido de oferecer um domínio mais completo do idioma” (PPC-IFSP, p. 226) e procura ampliar uma visão geral da cultura dos falantes de LESP desde a leitura e análise de diferentes gêneros textuais à ampliação do léxico e à consolidação de estruturas sintáticas. Ademais, é proposto aos licenciandos reflexões sobre a importância de uma Educação plurilíngue e multicultural.

Um dos objetivos dessa disciplina é analisar a partir de obras didáticas, exames e certificações os aspectos linguísticos e culturais da LESP. E no conteúdo programático, aspectos fonéticos e fonológicos são analisados de maneira contrastiva entre LP e LESP. Além disso, nessa disciplina é analisado o ensino de espanhol no Brasil a partir dos objetivos propostos pelos PCNs-LEM e pelas OCEM como forma de avaliar a relação entre esses documentos com exames e certificações da LESP.

Essa disciplina é ofertada no oitavo semestre, ou seja, no último semestre do curso. O licenciando terá contato com o que os PCNs-LE e as OCEM dispõem sobre o ensino de espanhol no contexto brasileiro. Assim, o licenciando já sairá do curso com um certo conhecimento sobre esses documentos e o que é recomendado neles.

De maneira geral, a partir dessas disciplinas, pode-se observar que no Curso de Letras licenciatura dupla: Português e Espanhol, a variação linguística está presente em todas as disciplinas de LESP, incluindo as disciplinas de literaturas em LESP. No decorrer da leitura das ementas dessas disciplinas, foi identificado que:

- As disciplinas de literaturas são voltadas para os licenciandos trabalharem a LESP no anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no EJA;

- Tem-se a preocupação, na disciplina *Língua Espanhola VI*, em produzir atividades em LESP para os alunos do EJA;

- A elaboração de materiais didáticos a partir de textos autênticos tem como público-alvo alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Médio;

- As disciplinas de LESP, menos as disciplinas de literaturas, contam com laboratório ou outros ambientes fora da sala de aula para que os licenciandos possam exercer atividades relacionadas à LESP.

No que se refere especificamente a esta pesquisa:

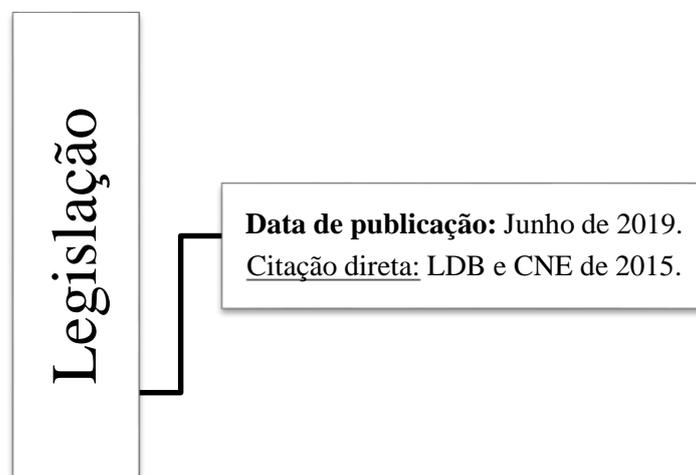
- Nas disciplinas descritas neste item, todas estão relacionadas com o ensino da variação linguística em sala de aula, pode-se identificar a vertente Sociolinguística Educacional nessas disciplinas porque há a preocupação em levar aos alunos de licenciatura a refletirem sobre os diferentes níveis de escolarização e, o conhecimento da LESP em diversas situações de uso.

- Nota-se que as disciplinas procuram levar os licenciandos ao conhecimento sobre os diversos tipos de variedade linguística em LESP, a partir dessas disciplinas, tem um impacto positivo na Educação Brasileira, visto que a IFSP- Avaré está formando cidadãos críticos e reflexivos para trabalhar temáticas pertinentes na escolas. Ademais, formando licenciandos que saibam produzir materiais que considerem a realidade dos futuros alunos.

- A partir dessas disciplinas, pode-se observar que a área de formação de professores é a que predomina no PPC. O fato de que grande parte da comissão elaboradora possui formação nessa área contribuiu para esta característica.

Em suma, observa-se que no Curso de letras do IFSP- Avaré a diversidade linguística está interligada com questões socioculturais e que a formação dos profissionais do magistério para a Educação Básica contempla a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 na promoção de uma formação que reflita de forma crítica as diferentes linguagens e que respeite as diferenças. Apesar disso, a carga horária de 3.666,4h [sic] não atende à carga horária mínima exigida pelo CNE nº 2 de 2015.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



Como fundamentação legal de legislação de referência⁶⁹, o PPC-IFSP registra todas as documentações a partir do qual foi elaborado. A IFSP- Avaré se respalda na legislação (LDB e Resolução CNE de 2015) e obedece às exigências da respectiva Instituição, a saber:

- ✓ Lei No 13.415, de 16 de fevereiro de 2017: Altera as leis 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Essa lei que modifica a estrutura do Ensino Médio e dispõe a LESP como oferta de disciplina optativa, conforme inciso:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 2017)

⁶⁹ No PPC-IFSP tem-se o subitem 9. Legislação de Referência que aponta as legislações embasadas para os cursos superiores do IFSP-Avaré.

✓ Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Esse parecer se refere a uma proposta de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras e tem como princípios o respeito e valorização da diversidade, bem como o heterogeneidade do aluno. De acordo com o perfil dos formandos, “(...) o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais.” (IFSP-Avaré, 2019, p. 30)

Esse (re)conhecimento das variedades linguísticas da LM e da LESP, bem como valorizar as diferenças socioculturais são propostos por todos os PPCs desta análise.

✓ Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Esse parecer é apresentado de maneira sucinta as Diretrizes Curriculares que orientaram a elaboração dos PPCs dos Cursos de Letras. Além disso, não são citados os princípios que norteiam essas diretrizes nem o que se espera dos formandos, como é mencionado no Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001.

De maneira geral, pode-se dizer, a partir da legislação de referências adotada e mencionada pelo PPC-IFSP, que somente a LDB utiliza “diversidade linguística” para fazer referência à variação linguística. As demais legislações (Resolução CNE de 2012 e Resolução CNE de 2015) utilizam o termo “diversidade”. O uso desse termo faz com que o professor tire suas próprias interpretações sobre a temática “variação linguística”, pois esse termo está em consonância com essa temática, conforme apontado.

No decorrer da IFSP- Avaré, faz-se referência de forma direta aos PCN para afirmar que a aprendizagem de LE vai além de um conjunto de habilidades linguísticas, bem como contribui para o processo educacional. Nas disciplinas *Metodologia e Prática De Ensino em Língua Materna, Metodologia e Prática de Ensino de Língua Estrangeira e Estágio Curricular Supervisionado* também há referências a respeito dos PCN.

Entretanto, de forma indireta, no decorrer das disciplinas, pode-se observar que as ementas foram elaboradas a partir das seguintes legislações: PCN e OCEM, no que se

refere a temática variação linguística em LESP. Nessas disciplinas foram identificados assuntos como: as variedades linguísticas não podem ser reduzidas a curiosidades léxicas, registro culto e coloquial da LESP, contraste entre a LESP e a LP, estereótipos e mitos relacionadas ao prestígio de uma determinada região falante de LESP e aspectos linguísticos e culturais.

O professor bem instruído pelas legislações poderá levar os alunos a compreenderem e a (re)conhecerem os fatores linguísticos e culturais da LE, bem como entender os contextos de uso desses fatores linguísticos. Assim, essa compreensão e (re)conhecimento tem como consequência o respeito pela diversidade.

Este PPC foi publicado em junho de 2019, o curso teve início em 2017. Assim sendo, pode-se notar que o período de elaboração do PPC e de criação do curso do IFSP-Avaré coincidiu com uma época de grande transformação no panorama político brasileiro. Possivelmente o curso passou a enfrentar uma realidade diferente daquela em que foi concebido.

5.2 FCL- UNESP

Quadro 12. Identificação do PPC-FCL- UNESP

IES	Licenciatura em Letras	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
FCL	Espanhol/Português	2/2002	1959/1º	Diurno/Noturno	3.540h	2020

Fonte: Elaboração própria

O PPC da FCL- UNESP que faz parte do *corpus* da presente dissertação de mestrado é uma readequação Curricular do Curso de Letras elaborada em 2020.

Um dado interessante é que foi elaborado após a aplicação de um questionário de avaliação para os licenciandos com intuito de registrar os principais problemas a respeito da grade curricular e dos conteúdos das disciplinas do curso (questionário aplicado em 29 de março de 2012). Para que o curso fosse melhorado, a maioria dos discentes apontaram que os estágios de observação e de regência fossem distribuídos no 3º e 4º ano e não somente no 4º ano.

Nesse questionário foram feitas perguntas relacionadas aos conteúdos das disciplinas e os alunos apontaram ausência de temas como a Sociolinguística como área de estudos linguísticos. De acordo com o PPC-FCL, era escassa a atenção voltada para as disciplinas da área de linguística e por isso o Curso de Letras buscou contemplar as demandas dos licenciandos.

No que tange ao conteúdo e à composição das disciplinas do curso, os alunos apontaram a necessidade de maior atenção às disciplinas da área de Linguística. Na sua visão, a área de estudos linguísticos estava relegada a um plano inferior no currículo, deixando de abordar temas fundamentais como sociolinguística, aquisição de línguas, análise do discurso, por exemplo. (PPC-FCL, 2020, p. 13)

De acordo com o PPC-FCL, nas disciplinas relacionadas à área de Linguística, os licenciandos aprofundarão seus estudos a partir dos seguintes componentes:

(a) observação e análise de material didático, investigando o(s) conceito(s) de língua (língua como sistema homogêneo x língua como sistema heterogêneo) que lhe é subjacente; (b) discussão sobre as abordagens sincrônica e diacrônica dos fatos de língua tendo em vista os conceitos de história e de historicidade das línguas; (...) (i) articulação entre a norma culta e a demais variedades no ensino da língua; (j) importância de se considerar nas relações pedagógicas da Educação Básica as variedades populares da língua, que também têm gramática, entendida como sistematicidade estrutural. (PPC-FCL, 2020, p. 19)

A respeito do perfil profissional de egresso, o Curso de Letras da FCL-UNESP espera formar profissionais em Letras que possa atuar nas áreas de LP e LE na Educação Básica e que tenha consciência sobre das variedades linguísticas e culturais.

(...) que tenham o domínio do uso das línguas (materna e estrangeira) e compreensão das literaturas objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Devem, ainda, ser capazes de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. Nesse sentido, esse profissional deverá dominar múltiplos saberes, adquiridos durante sua formação acadêmica. (PPC-FCL, p. 14-15)

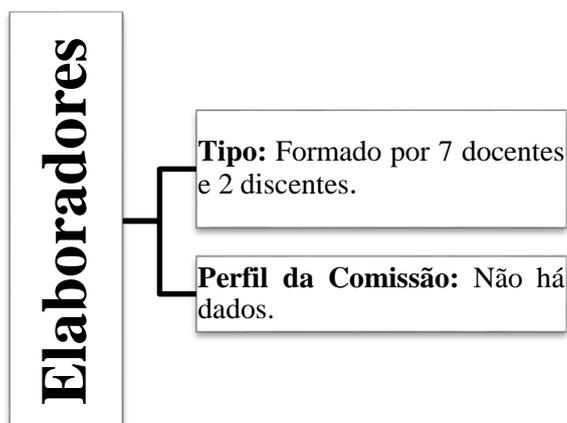
Para o PPC-FCL, essa readequação curricular do Curso de Letras, além de (re)definir algumas disciplinas e a carga horária oferecida, propõe uma reflexão sobre os fenômenos da língua e as diversas manifestações da linguagem, conforme excerto:

Espera-se, dessa forma, que o aluno de Letras encontre, profissionalmente, por meio do estudo da língua, da literatura e das diversas manifestações da linguagem possibilidades de articulação das bases histórico-culturais e histórico-sociais existentes na comunidade, padronizadas conforme ideologias no contexto escolar e redimensionadas conforme as necessidades de mudança, próprias do mundo atual. (PPC-FCL, p. 20-21)

Nos objetivos gerais e específicos do presente PPC são propostos a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a construção de um conhecimento teórico sólido.

Os objetivos do Curso de Licenciatura estão centrados na necessidade de propiciar ao futuro profissional um curso que privilegie a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerando-se, por outro lado, atividades curriculares e extracurriculares que levem ao exercício do magistério do Ensino Fundamental e do Médio. (PPC-FCL, 2020, p. 13)

A) COMISSÃO ELABORADORA

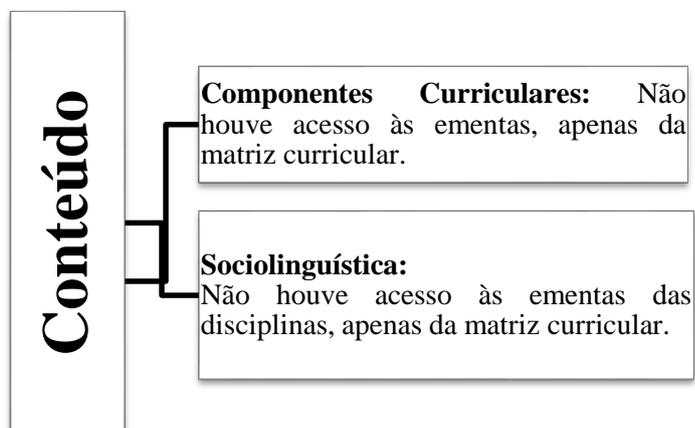


A comissão elaboradora do PPC-FCL é formada pelo Conselho de Curso de Graduação que é composto por 7 docentes e 2 representantes discentes, dentre esses docentes, 2 representam o Departamento de Letras Modernas, 3 docentes representam o Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação e 2 docentes representam o Departamento de Educação, Linguística e Literatura.

Através de pesquisas feitas na *Plataforma Lattes*, verificou-se que na comissão de elaboração não havia especialistas na temática “variação linguística”. Entretanto, dentre esses 7 docentes, há 3 especialistas na área de Literatura Brasileira, 2 na área de Ensino de Línguas e 1 na área de Formação de professores.

O PPC-FCL é composto por 40 páginas, não há referências bibliográficas de autores no decorrer desse documento e é o segundo menor PPC dentre os PPCs analisados.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



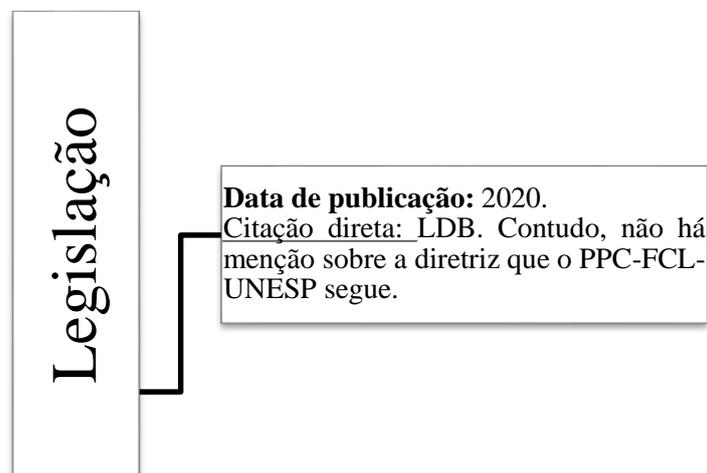
No PPC-FCL, pode-se verificar a estrutura curricular juntamente com seriação ideal do curso. Não se tem acesso às ementas das disciplinas. Esse acesso é restrito aos estudantes que possuem *login* e senha no Sistema de Graduação da FCL- UNESP. Contudo, no PPC-FCL tem um tópico denominado “Seriação ideal do Curso” onde apresenta a grade curricular do Curso de Letras.

Nessa grade curricular, pode-se verificar que a disciplina *Sociolinguística* é oferecida como obrigatória no primeiro semestre letivo com carga horária total de 30h (15h de teoria e 15h de PCC). Na página *web* da FCL- UNESP há um documento também chamado “Seriação ideal” onde há uma discordância quando apresenta a disciplina *Sociolinguística*, pois a mesma é exibida com 30h de teoria. Devido ao fato de que as ementas das disciplinas são restritas aos licenciandos, não temos propriedade para assegurar que a disciplina *Sociolinguística* possui 30h de teoria divididas metade teoria e metade prática ou se ela é somente ofertada 30h de teoria.

Pelo fato de haver restrições sobre as ementas das disciplinas como quais conteúdos programáticos são contemplados, bibliografias, etc., a falta de informações dificultou a pesquisa e limitou a possibilidade de analisar as disciplinas de LESP da FCL- UNESP.

A carga horária total do Curso de Letras corresponde a 3.540h e não contempla a Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



A respeito da legislação de referência, o presente PPC-FCL foi elaborado no ano de 2020 e é o PPC mais recente dentre os outros desta análise. O documento vigente referente à normativa destinada às DCN para a Formação Docente Inicial para a Educação Básica deveria ser a Resolução CNE de 2015, no entanto não há referência sobre essa Resolução. Acredita-se que a comissão elaboradora se embasou nessa Resolução para fazer a reestruturação do PPC-FCL, pois há uma referência sobre a Resolução CNE nº 2 de 2015 a respeito do estágio supervisionado.

Apesar de seu ano de publicação, 2020, esse PPC não menciona a BNC-Formação⁷⁰, talvez essa não referência se dá pelo fato das IES terem um prazo de até 3 anos (finaliza em abril de 2023) para a sua implementação curricular e adaptação à nova legislação. No PPC-FCL- UNESP, as únicas legislações mencionadas são a LDB, a BNCC e o Currículo Paulista “(d) a aplicação do que se prevê na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Paulista”; (PPC-FCL, 2020, p. 18).

De acordo com o PPC-FCL, a implementação da nova proposta se deu através da “A estrutura curricular vigente do curso de graduação em Letras foi fixada pela Resolução UNESP 59, de 18/07/2017, publicada no DOE nº 134 de 19/07/2017, alterada

⁷⁰ O estudo da BNC-Formação e da BNCC pode ser visto no tópico Novos Documentos Oficiais.

pela 42/2018 e teve seus efeitos para ingressantes a partir de 2015.” Essa Resolução não está disponível na página *web* do Curso de Letras da FCL-UNESP e tampouco nos *sites* de buscas na *internet*

5.3 FCLAR- UNESP

Quadro 13. Identificação do PPC-FCLAR- UNESP

FCLAR - UNESP IES	Bacharelado com Licenciatura em Letras	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
FCLAR	Espanhol/Português	2/2002	2007/1º	Diurno/Noturno	3.360h	2007

Fonte: Elaboração própria

No PPC-FCLAR é mencionado que o objetivo do Curso de Letras da FCLAR é formar licenciados em LP e em uma LE para a inserção no mercado de trabalho garantindo a capacitação técnica e filosófica.

De acordo com o presente PPC, o Curso de Letras tem o intuito de levar o licenciando a compreender os mecanismos linguísticos para uma interação social, pois segundo o documento, o discente precisa entender a linguagem como um processo de aquisição de conhecimento para compreender e refletir sobre os preconceitos e os pré-juízos.

No documento ainda é acrescido que qualquer profissional de nível superior deve ter domínio de LP e LE e suas respectivas literaturas e ter consciência sobre o caráter social da linguagem e não se restringir à substituição de itens lexicais, mas de refletir sobre essa troca de experiência por outra.

O objetivo aqui descrito [domínio da LP e LE] é o de levar o aluno a abstrair satisfatoriamente do dado linguístico, não apenas ao substituir itens lexicais em um esquema frasal qualquer, mas, sobretudo, ao perceber que tal operação implica também a troca de uma experiência por outra. Isso irá reforçar paulatinamente o seu grau de consciência sobre o caráter social da linguagem, em tudo o que disser respeito às manifestações permitidas pela linguagem, com particular relevo para o fenômeno sócio-linguístico compreendido pelo termo *literatura*. (PPC-FCLAR, p. 4)

No Curso de Letras da FCLAR- UNESP, espera-se que o aluno tenha pleno domínio da expressão escrita da variante culta do português do Brasil e de um nível satisfatório da expressão escrita e oral da LE para a qual está se graduando.

O perfil desejado para um formado em Letras, pela FCLAR- UNESP de um licenciado é que (re)conheça as variedades linguísticas e saiba como se dá o funcionamento da língua. De acordo com o documento, os licenciandos fazem disciplinas anuais e semestrais que apresentam:

- b) domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades lingüísticas existentes, bem como dos vários níveis e registros da linguagem;
- c) capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua;
- d) capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e linguagem, por meio da análise de diferentes teorias e de sua aplicação a problemas de ensino e aprendizagem da língua materna e de línguas estrangeiras; (PPC-FCLAR, p. 7)

Além disso, é esperado que o ingressante saiba usar a LP em diferentes registros, inclusive de maneira eficaz na modalidade escrita. A FCLAR- UNESP dá suporte, através das disciplinas, para que o licenciado saiba manejar temas como os diversos tipos de linguagem em sala de aula.

A FCLAR- UNESP apresenta aos seus estudantes 5 eixos referentes à Sociolinguística na formação de graduandos em LE: *langue*, competência, mudança, variação e uso.

No documento, destaca-se que o PPC aprovado em 2007 não contemplou todas as propostas do respectivo colegiado e unidade acadêmica pois a pró-reitoria de graduação demandou celeridade na finalização do documento.

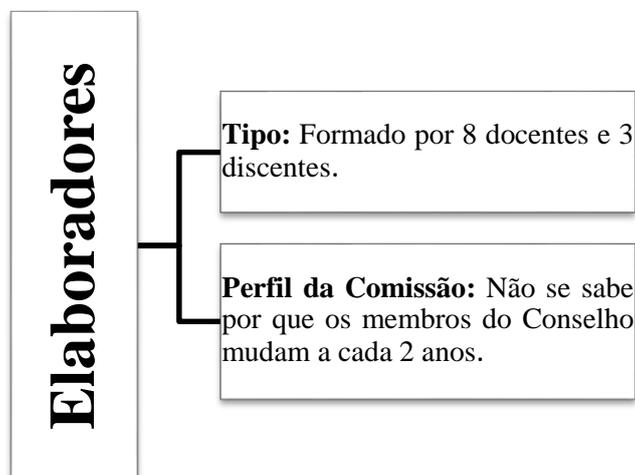
Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que a presente estrutura curricular é o resultado de várias démarches, de muitas discussões, realização de reuniões, assembléias e decisões de colegiados, mas, sobretudo, de uma imposição final da Pró-Reitoria de Graduação e da Câmara Central de Graduação que, num dado momento dessa caminhada, que se estendeu por mais tempo do que o desejável, decidiram-se por uma proposta que não contempla nenhuma daquelas que estavam inicialmente propostas, seja pelo Conselho de Curso de Letras ou pela própria Congregação da Unidade. Isso ocorreu devido à obrigatoriedade imediata da implantação, já então, totalmente fora de prazo. (PPC-FCLAR, 2007, p. 13)

De acordo com o PPC-FCLAR, o Curso de Letras foi inspirado nas determinações da LDB e está amparado no Parecer 776/97⁷¹ da CES (Câmara de Ensino Superior).

(...)modelo formulado neste projeto tomou por base e inspiração as determinações da **LDB**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Além disso, ampara-se também no parecer 776/97 da CES – Câmara de Ensino Superior – do **CNE**. (PPC-FCLAR, 2007, p. 13)

⁷¹ O presente Parecer estabelece as orientações gerais a serem observadas na formulação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ensino Superior.

A) COMISSÃO ELABORADORA



O PPC-FCLAR não divulga a equipe e os meios que utilizaram para constituir o presente PPC. Todavia, na página *web* do Departamento do Curso de Letras da FCLAR-UNESP, a pesquisadora consultou a Resolução UNESP nº 21, de 05 de maio de 2011, alterada pela Resolução 04/2020 que dispõe sobre a Coordenação de Curso de Graduação. De acordo com a presente Resolução, a alteração ou reestruturação do PPC é feita pelo Conselho de Curso de Graduação⁷², que atualmente está composto por 8 membros docentes e 3 membros discentes.

Pelo fato do mandato dos membros docentes ser de apenas 2 anos e o ano de finalização do PPC ser de 2017, informações como a composição docente da comissão elaboradora e pesquisas na *Plataforma Lattes* para averiguar a especialização desses docentes não foram realizadas porque não havia informações sobre a sua comissão elaboradora. A pesquisadora enviou um *e-mail* indagando o assistente acadêmico do curso a respeito da composição do Conselho de Graduação de 2007 e obteve a seguinte resposta “O PPP do Curso de Letras é resultado de elaboração e ajustes feitos pelo conjunto de docentes do curso desde pelo menos 2008 até a sua aprovação. Por essa razão não se pode definir como responsáveis por sua “autoria” os membros que compunham o conselho em 2017.”

⁷² Conselho de Curso de Graduação e Colegiado de Curso de Graduação são palavras equivalentes, nesta pesquisa.

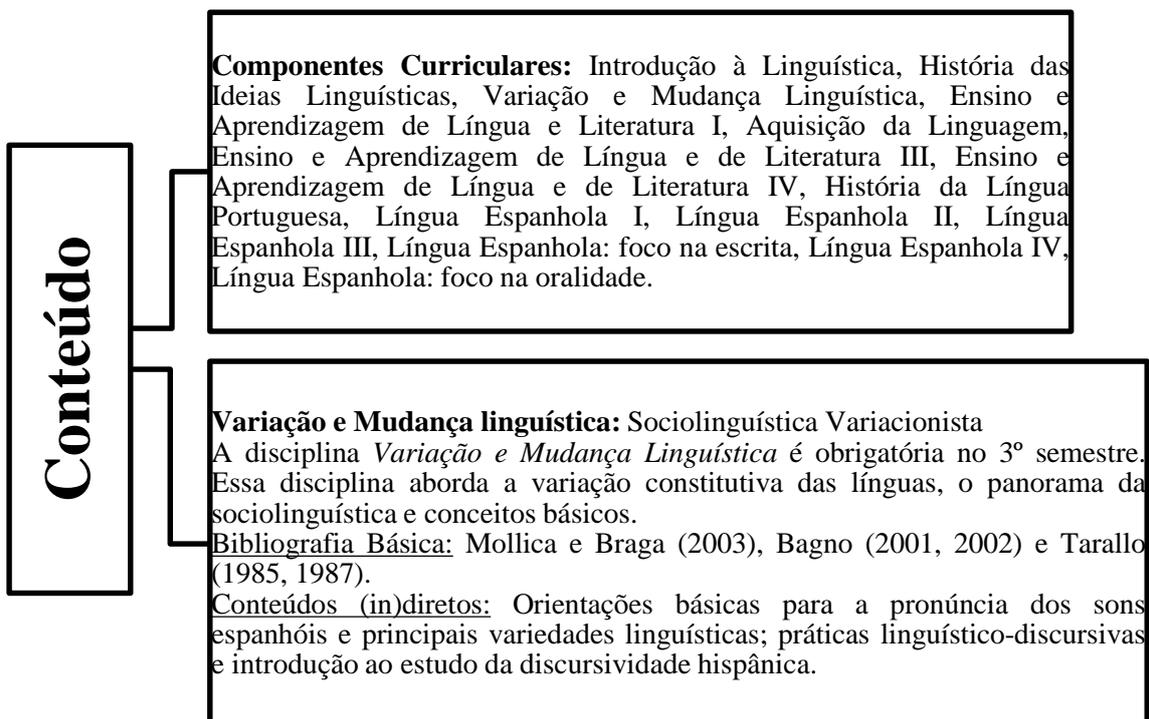
Ou seja, a Resolução prevê que a reestruturação do PPC compete ao Conselho de Curso de Graduação, contudo o assistente acadêmico enfatiza que essa reestruturação se deu pelo conjunto de docentes do Curso de Letras desde 2008.

No decorrer do PPC foram utilizadas referências relacionadas aos campos de filosofia e linguagem de autores como Cícero (1902), Hjelmslev (1975), Moraes(2002) e Unamuno (1996).

Esse PPC é o menor documento dentre os PPCs analisados, conta com 19 páginas. Muitas informações utilizadas nesta análise foi retirada da página *web* da FCLAR-UNESP, como as ementas das disciplinas que não estão disponíveis no PPC.

De maneira geral, pode-se dizer que o fato de não ser publicado o nome da comissão elaboradora deste PPC faz com que a presente pesquisa fique sem dados para tratar desta primeira categoria.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



As disciplinas da grade curricular não estão presentes no PPC-FCLAR. A pesquisadora buscou na página *web* da FCLAR-UNESP, na aba Plano de Ensino, as informações. Essas disciplinas são exibidas a partir dos seguintes componentes: 1)

identificação, 2) objetivos 3) conteúdo programático, 4) metodologia de ensino, 5) bibliografia básica e 6) bibliografia complementar, 7) critério de avaliação da aprendizagem e 8) ementa. A partir dessa estrutura, será analisada como o tema “variação linguística” está presente nas disciplinas de LESP deste PPC.

No Tabela 10 tem-se a lista de disciplinas extraídas da página *web* da FCLAR-UNESP⁷³ relacionadas às variedades linguísticas de LP e de LESP⁷⁴. As disciplinas obrigatórias que abordam as variedades linguísticas contabilizam um total de 25,44%⁷⁵ da carga horária oferecida do Curso de Letras.

Tabela 10. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (FCLAR- UNESP).

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Introdução à Linguística	30
História das Ideias Linguísticas	30
Variação e Mudança Linguística	30
Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura I	60
Aquisição da Linguagem	30
Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura II	75
Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura III	75
Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura IV	75
História da Língua Portuguesa	30
Língua Espanhola I	120
Língua Espanhola II	120
Língua Espanhola III	60
Língua Espanhola: foco na escrita	30
Língua Espanhola IV	60
Língua Espanhola: foco na oralidade	30
TOTAL	855

Fonte: Elaborado pela autora

A disciplina *Variação e Mudança Linguística* contribui com 1,24%, similar à porcentagem do Curso de letras da IFSP- Avaré. A partir desses cálculos, identifica-se que por mais que a FCLAR- UNESP vise apresentar uma formação pautada na reflexão sobre a diversidade linguística de LP e LESP, esse rol de disciplinas da grade curricular poderia ser maior.

A disciplina *Variação e Mudança Linguística* é obrigatória no 1º semestre letivo com carga horária de 30h. Essa disciplina aborda a variação constitutiva das línguas, o panorama da Sociolinguística e conceitos básicos.

⁷³ O acesso às ementas das disciplinas estão disponíveis somente para ingressantes de 2005 a 2014. Não se teve acesso às ementas dos ingressantes a partir de 2015. Assim, nesta análise será usado o cronograma das disciplinas a partir de 2015 e as ementas dos ingressantes de 2005 a 2014.

⁷⁴ Algumas dessas disciplinas são ofertas anualmente como: Língua Espanhola I, Língua Espanhola II, Língua Espanhola III, Literatura Espanhola Língua Espanhola IV.

⁷⁵ Cálculo de porcentagem: (Número de créditos das disciplinas/número de créditos de todas as disciplinas da grade curricular) x 100, sendo $55/161 * 100 = 34,16\%$

Nos objetivos da disciplina *Variação e Mudança Linguística*, espera-se que o licenciando seja capaz de refletir sobre o fenômeno da mudança linguística, a partir da concepção de que a variação é a fonte da mudança.

Essa disciplina contempla os fenômenos e os fatores que fazem com que ocorra a mudança linguística de acordo com Naro (2004). No referencial teórico, desta pesquisa, tem-se excerto de que Naro (2004) destaca que as línguas mudam com o tempo e que essas mudanças linguísticas levam tempo para serem processadas e não de maneira repentina e, nessa disciplina *Variação e Mudança Linguística* é mencionado esse processo de tempo que a língua leva para sofrer alterações.

Nos seus objetivos, é proposto que o licenciando domine os conceitos básicos da Sociolinguística e da Linguística Histórica. E a respeito do conteúdo programático, o licenciando deverá refletir sobre a relação entre língua-sociedade através do estudo de: panorama da Sociolinguística, as teorias sobre variação e mudança linguísticas e as tarefas da Sociolinguística no Brasil.

Nessa disciplina, a partir do conteúdo programático, pode ser observado que a vertente Sociolinguística Variacionista é a que predomina. Na Bibliografia Básica, os alunos têm contato com autores como Mollica e Braga (2003), Bagno (2001, 2002) e Tarallo (1985, 1987). O livro *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação* escrito por Mollica e Braga (2003), trata de forma didática temas relacionados à Sociolinguística Variacionista. Essas autoras fazem parte dos grupos de sociolinguistas do Brasil⁷⁶. Bagno (2001, 2002), por sua vez, escreve sobre políticas linguísticas, variação e preconceito linguístico.

A disciplina *Ensino e Aprendizagem de Língua e Literatura I*, era uma disciplina ofertada no 1º semestre letivo do 2º ano com carga horária de 60h, para os ingressantes entre 2005 e 2014. No entanto, na nova grade curricular que é a partir de 2015, ela não é mais ofertada. Essa disciplina tratava de questões como o estudo da variação linguística e o preconceito linguístico. Na bibliografia, autores como Bagno (2001, 2002) e Bortoni-Ricardo (2004) estavam presentes. Os licenciandos, tinham contato com o estudo da vertente Sociolinguística Educacional. A autora Bortoni-Ricardo (2004) é uma das precursoras da Sociolinguística Educacional no Brasil.

⁷⁶ Esses grupos de pesquisadores são denominados pesquisadores do PEUL (Programa de Estudos de Uso da Língua).

Dentre todas as disciplinas dos PPCs estudadas, nesta análise, o Curso de Letras da FCLAR- UNESP possui mais disciplinas relacionadas à temática “variação linguística”, com 14 disciplinas.

A respeito da distribuição das disciplinas, especificamente relacionadas à LESP, o estudo da variação linguística pode ser identificado de maneira direta e/ou complementar nas orientações básicas para a pronúncia dos sons espanhóis e principais variedades linguísticas; práticas linguístico-discursivas e introdução ao estudo da discursividade hispânica.

As disciplinas de LESP que faz menção às variedades linguísticas estão expostas no Quadro 14 e são apresentadas a partir dos eixos de variação e o estudo da língua de Coelho et al (2015) e Saussure (1995).

Quadro 14. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (FCLAR- UNESP).

DISCIPLINAS	Estudo da língua	Eixos de variação
Língua Espanhola I	Sincronia/ Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola II	Sincronia/ Diacronia a	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola III	Sincronia/ Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola: foco na escrita	Sincronia/ Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola IV	Sincronia/ Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola: foco na oralidade	Sincronia/ Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante

Fonte: Elaborado pela autora

As seis disciplinas apresentadas no Quadro 14 são de perspectivas síncrona e diacrônica “Ampliar a capacidade de expressão e compreensão de diferentes tipologias textuais pertencentes a diversos contextos de cultura hispânica.” (PPC-FCLAR, 2017), pois abordam a LESP considerando os contextos de uso da língua/cultura. Estudos como noções de práticas linguístico-discursivas e noções gramático-textuais estão presentes em todos os planos de ensino dessas disciplinas. Ademais, essas disciplinas tratam a LESP em diferentes registros, por isso são considerados os cinco eixos de variação “capacidade de reconhecer e trabalhar com elementos lingüístico-discursivos básicos que permitam a compreensão e produção do espanhol oral e escrito nos âmbitos de utilização privados e públicos de uso da língua” e “Propiciar ao aluno a reflexão acerca do trabalho com a oralidade em língua estrangeira” (PPC-FCLAR, 2017).

A disciplina *Língua Espanhola I* é anual, oferecida no primeiro ano letivo. Um dos objetivos dessa disciplina é “Desenvolver no aluno a capacidade de reconhecer e trabalhar com elementos linguístico-discursivos básicos principalmente do âmbito privado de uso da língua que permitam a compreensão e produção do espanhol oral e escrito.” (FCLAR-UNESP, 2007, p. 1)

No conteúdo programático dessa disciplina, práticas linguístico-discursivas, produção oral e escrita de pequenos textos, leitura e compreensão de textos sobre temas/conteúdos afins, aquisição de vocabulário complementar através de vídeos e estratégias diversas, noções gramático-textuais e orientações básicas para a pronúncia dos sons espanhóis e principais variedades linguísticas são contemplados no decorrer do ano letivo.

De acordo com a ementa, noções de “aspectos fonético-fonológicos, ortográficos, lexicais e morfossintáticos da variedade estandar da língua espanhola” são encontrados na disciplina *Língua Espanhola I*. A menção “à variedade estandar da língua espanhola”, rememora o que o documento OCEM menciona que muitos acreditam que a variedade madrilena é considerada a língua estandar ou língua de prestígio, o que é problemático.

A partir dessa disciplina, o licenciando terá seu primeiro contato com a LESP no curso e aportará conhecimentos sobre as variedades linguísticas e seus diferentes contextos de uso. Além disso, ele poderá compreender que não há uma variedade estandar da LESP, pois essa falta de informação corrobora para que o preconceito linguístico e o desrespeito à diversidade linguística sejam propagados.

A disciplina *Língua Espanhola II* é anual, oferecida no 2º ano letivo. Os objetivos dessa disciplina são os mesmos da disciplina *Língua Espanhola I* com o acréscimo do desenvolvimento e a ampliação do contato com a LESP.

No conteúdo programático dessa disciplina, práticas linguístico-discursivas, produção e compreensão oral e escrito, prática de escritura de textos narrativos e iniciação aos argumentativos e noções gramático-textuais são temas estudados ao longo do semestre.

A disciplina *Língua Espanhola III* é anual, oferecida no 3º ano letivo. Um dos objetivos dessa disciplina é aprofundar os conhecimentos das disciplinas *Língua Espanhola I* e *Língua Espanhola II* e ampliar o conhecimento dos diferentes gêneros textuais em diferentes contextos da cultura hispânica.

No conteúdo programático dessa disciplina, práticas linguístico-discursivas, compreensão e expressão escrita, a partir da leitura de textos descritivos, narrativos e/ou argumentativos e noções gramático-textuais estão presentes no decorrer do ano letivo.

A disciplina *Língua Espanhola: foco na escrita* é semestral, oferecida no 1º semestre letivo do 3º ano. Um dos objetivos é capacitar o licenciando a desenvolver atividades linguístico-discursivas relacionadas ao ensino-aprendizagem e avaliação na elaboração de textos escritos em LESP. A respeito do conteúdo programático, as práticas linguístico-discursivas e noções teórico-práticas são trabalhadas.

A disciplina *Língua Espanhola: foco na oralidade* é semestral, oferecida no 1º semestre letivo do 4º ano. Um dos objetivos é capacitar o licenciando a desenvolver atividades linguístico-discursivas relacionadas ao ensino-aprendizagem e avaliação na comunicação oral em LESP. As práticas linguístico-discursivas e noções teórico-práticas são trabalhadas no conteúdo programático.

Assim, nas disciplinas *Língua Espanhola: foco na escrita* e *Língua Espanhola: foco na oralidade*, a teoria linguística e a prática oral e escrita estão presentes nas situações de ensino-aprendizagem de LESP no Brasil.

A disciplina *Língua Espanhola IV* é anual, oferecida no 4º ano letivo. Essa disciplina tem como objetivos aprofundar o que é estudado nas disciplinas de LESP, nos anos anteriores e reconhecer as principais fatores socioculturais envolvidas na situação-contexto.

No conteúdo programático dessa disciplina, práticas linguístico-discursivas, noções gramático-textuais, aspectos sintáticos e discursivos em diversos tipos de textos e/ou pertencentes a outras linguagens são abordados no decorrer do ano letivo.

Essas disciplinas partem de estudos semânticos, sintáticos, lexicais, fonológicos e morfológicos. Esses são os níveis mencionados por Naro (2004), para analisar como a língua muda com o tempo.

De maneira geral, a partir dessas disciplinas, pode-se observar que no Curso de Licenciatura em Letras LP e LESP, a variação linguística está presente em todas as disciplinas de LESP, exceto as disciplinas de literaturas em LESP. No decorrer das ementas dessas disciplinas, foi identificado que:

- A maioria das disciplinas em LESP é oferecida anualmente, elas levam o licenciando a aprimorar questões como elementos linguístico-discursivos e se aprofundar no estudo das variações linguísticas no decorrer do ano letivo;

- Na ementa da disciplina *Língua Espanhola I* há menção à variedade estandar da LESP;

- Nas ementas não são propostas a elaboração de materiais didáticos a partir de textos autênticos para que o licenciando tenha experiência em produzir materiais para as suas aulas, afim de atender as necessidades dos futuros alunos de Ensino Médio ou Cursos de LESP;

- Nas ementas não há menção de laboratórios ou atividades feitas em outros ambientes que não seja dentro da sala de aula para que o licenciando trabalhe a variação linguística em vários contextos.

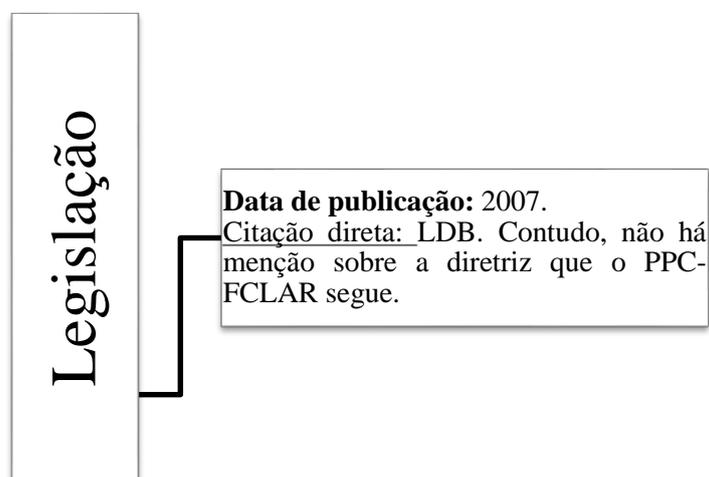
- A respeito do ensino da variação linguística, pode-se identificar que o licenciando tem contato com a vertente Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Educacional, a partir de algumas disciplinas.

- Pode-se verificar que nas ementas dessas disciplinas, não houve menção à variedade linguística relacionada à cultural como um produto sociocultural, como descreve o documento PCN+ Ensino Médio.

- A carga horária total do Curso de Letras é de 3.360h e não atende a Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

A partir das ementas dessas disciplinas, se observa que o desenvolvimento de atividades linguístico-discursivos relacionadas ao ensino-aprendizagem do próprio licenciando é priorizado. A acredita-se que a área de formação que predomina da comissão elaboradora está relacionada com o Ensino/Aprendizagem de Línguas e não à formação de professores.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



A respeito da legislação de referência, o PPC da FCLAR indica que o documento teve como base as determinações da LDB de 1996 e se amparou no Parecer 776/97 da CES, conforme citado.

A elaboração do PPC é do ano de 2007. Como não tivemos acesso à matriz curricular, pode-se inferir que o documento se apoiou na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, pois era a Resolução que estava vigente. No parágrafo II do art. 2º dessa Resolução, tem-se “II - o acolhimento e o trato da diversidade;” que se refere umas das formas de orientação intrínsecas à formação docente.

De maneira indireta, a partir das disciplinas estudadas, pode-se observar as ementas foram elaboradas a partir dos seguintes documentos: LDB e PCN+ Ensino Médio. As disciplinas se referem à função comunicativa que é retratada pelo PCN+ quando se esperar que em sala de aula, o aprendiz (licenciando) seja capaz de compreender e produzir enunciados a partir de vários contextos da LE. Além disso, o reconhecimentos linguístico-discursivos são refletidos nessas disciplinas.

De modo geral, o presente PPC é apresentado de maneira sucinta. Há poucas informações sobre os meios que a equipe elaboradora utilizou para construir o presente PPC. Como a legislação vigente do PPC-FCLAR é a Resolução CNE nº 1 e nº 2 de 2002, pode-se dizer que essas Resoluções não apresentam de forma explícita a temática estudada nesta pesquisa, pois o termo “diversidade” não é abordado de forma detalhada. Nem mesmo a diversidade com que o professor em formação pode se deparar é citado.

5.4 IBILCE- UNESP

Quadro 15. Identificação do PPC-IBILCE- UNESP

IES	Licenciatura	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
IBILCE	Espanhol/Português	2/2012	1968/1º	Diurno/Noturno	3.300h	2015

Fonte: Elaboração própria

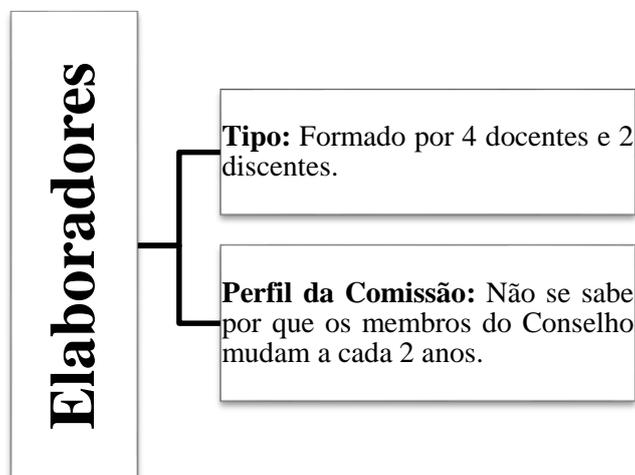
Na página *web* do IBILCE- UNESP há dois PPCs para o Curso de Letras, o primeiro elaborado em maio de 2004 com a formulação orientada pela Resolução CNE de 2002 e o segundo, como proposta de alteração curricular 2015 que segue o regimento da Resolução CNE de 2012. A Resolução CNE de 2012 não se refere à Resolução de DCN para a Formação de Professores da Educação Básica. Contudo, essa proposta de alteração curricular está em vigência, mas segue em andamento para futuras reformulações. Nesta pesquisa, foi analisada a alteração curricular de 2015.

De acordo com os objetivos gerais do Curso de Letras do IBILCE- UNESP, almeja-se formar profissionais que saibam manejar a linguagem e suas diferentes manifestações como verbal, oral e escrita para dar aulas na Educação Básica,

De acordo com o PPC, o Curso de Letras do IBILCE- UNESP busca fomentar um caráter humanístico, levando os formandos a conhecimentos técnico-científico e linguístico-cultural.

No decorrer da proposta de alteração curricular, a única menção sobre a temática desta pesquisa é sobre a reformulação da carga horária da disciplina *Sociolinguística*. Essa reformulação será abordada na categoria B) desta análise do IBILCE- UNESP.

A) COMISSÃO ELABORADORA



No PPC-IBILCE não está divulgada a comissão elaboradora do documento. Entretanto, na página *web* do IBILCE- UNESP, a pesquisadora teve contato com a Resolução UNESP nº 21, de 05 de maio de 2011, alterada pela Resolução 04/2020 que dispõe as mesmas alterações ou reestruturações do PPC da FCLAR-UNESP. O Conselho de Curso de Graduação, do IBILCE-UNESP, atualmente está composto por 4 membros docentes e 2 membros discentes.

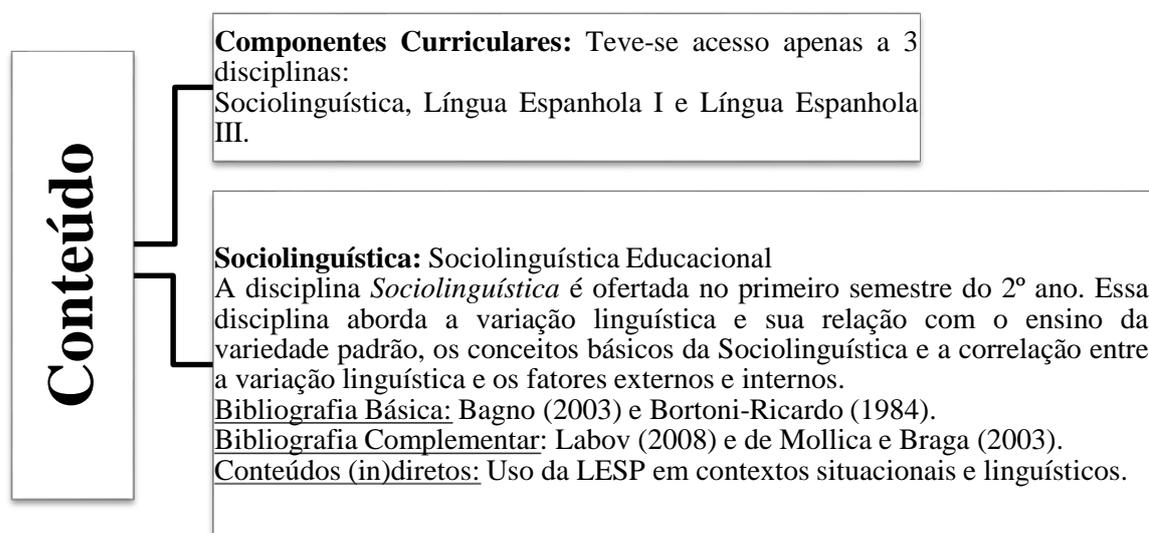
O mandato dos membros docentes é de apenas 2 anos. A pesquisadora enviou uma mensagem à Seção Técnica de Graduação do IBILCE-UNESP a respeito dos nomes dos elaboradores do PPC, mas não obteve respostas. Então, as informações como a composição docente da comissão elaboradora e as buscas por pesquisas na *Plataforma Lattes* para averiguar a especialização desses docentes ficaram comprometidas para esta análise. Além disso, não há referência bibliográfica de autores no decorrer do PPC-IBILCE.

No PPC-IBILCE há um agradecimento aos departamentos que contribuíram para que a primeira versão do PPC fosse realizada com sucesso.

Finalmente, queremos ressaltar que todos os Departamentos envolvidos (Departamento de Educação, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e Departamento de Letras Modernas) no curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas Chefias e Conselhos deram todo o apoio para que esta Alteração Curricular pudesse ser finalizada em tempo hábil. (PPC-IBILCE, 2015 p. 25)

A presente proposta de alteração curricular possui 104 páginas, sendo a 3ª de maior extensão dentre os PPCs analisados. Entretanto, o presente PPC segue em processo de andamento. Acredita-se que a falta de dados seja por conta da não conclusão do documento. Então, por falta de informações, essa categoria não pode ser desenvolvida.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



Através do programa de disciplina dos PPCs: 1) identificação, 2) ementa, 3) objetivos 4) conteúdo programático, 5) metodologia de ensino, 6) bibliografia básica e 7) bibliografia complementar e 8) critérios de avaliação da aprendizagem, foi identificado os tópicos e bibliografias relacionadas à variação linguística na LESP.

A lista de disciplinas obrigatórias extraídas do PPC-IBILCE relacionadas às variedades linguística de LP e de LESP⁷⁷ corresponde às disciplinas que sofreram algum tipo de alteração na sua distribuição da carga horária, conforme presente no Tabela 11.

⁷⁷ Algumas dessas disciplinas são ofertadas anualmente como Língua Espanhola I, Língua Espanhola II, Língua Espanhola III e Língua Espanhola IV.

Tabela 11. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (IBILCE- UNESP).

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Sociolinguística	30
Língua Espanhola I	150
Língua Espanhola III	120
	*78

Fonte: Elaborado pela autora

O respectivo PPC não apresenta as ementas das disciplinas compostas pelo Curso de Letras do IBILCE- UNESP. O acesso às essas ementas é restrito apenas para quem possui *login* e senha no Sistema de Graduação do IBILCE- UNESP.

Só foi possível ter acesso a essas ementas porque essas disciplinas da Tabela 11 sofreram alterações. De acordo com o PPC-IBILCE, a justificativa da alteração dessas disciplinas se deu em virtude dos:

Ajustes no currículo, para que esteja em consonância com a Portaria CEE/GP nº 196/2019, de 03/05, do Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo, que resolveu considerar que a adequação curricular do Curso, contida no Parecer CEE/CES nº 128/2019, aprovado em 24/04/19, atende à Deliberação CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017. (PPC- IBILCE, 2015, p. 26)

Nesta categoria, serão tratadas apenas as disciplinas que houve acesso.

A disciplina *Sociolinguística* é ofertada no 3º semestre letivo, nos períodos: diurno e noturno, como disciplina obrigatória. Nessa disciplina é abordado a variação linguística e sua relação com o ensino da variedade padrão, os conceitos básicos da Sociolinguística e a correlação entre a variação linguística e fatores internos e externos. Esses fatores internos e externos são aqueles denominados como variáveis e internas e externas por Mollica (2004).

Nos objetivos da disciplina *Sociolinguística* é esperado que ao término da disciplina, o aluno deva ser capaz de reconhecer a heterogeneidade da língua, bem como relacionar fatores linguísticos e extralinguístico com a variação linguística e argumentar questões como o ensino entre norma e variação linguística.

A respeito do conteúdo programático, é proposto ao licenciando os estudos de noções básicas de Sociolinguística, a variação linguística estigmatizada e de prestígio e as correlações entre fatores interno e externo da língua.

⁷⁸ Não será calculado o total da carga horária das disciplinas que faz menção à variedade linguística por falta de informações referentes às outras disciplinas.

Na Bibliografia Básica, Bagno (2003) e Ricardo-Bortoni (1984) voltam a ser citados. Como mencionado, esses autores pesquisam sobre temas como variação linguística e preconceito linguístico. De acordo com a ementa a vertente Sociolinguística Educacional é abordada, visto que na disciplina tem-se a dedicação pelo ensino da variação, norma e preconceito linguístico.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), a Sociolinguística Educacional está preocupada com a performance escolar de crianças pertencentes a grupos sociais desprestigiados. Bagno (2007) ressalta que, mesmo que todos tenham acesso à uma educação de qualidade, não configura que todos falarão uma norma-padrão, além disso, porque muitas escolas não reconhecem a pluralidade linguística, pois rejeitam as variedades presentes na língua e impõe uma norma-padrão, além do preconceito instaurado sobre o tema variação linguística.

A modificação referente à essa disciplina corresponde à exclusão de carga horária de Prática como Componente Curricular (PCC). Essa disciplina possui a carga horária total de 30 horas, distribuída da seguinte maneira: 15h de teoria e 15h de prática. Como pode ser observado, a carga horária dessa disciplina é muito baixa.

Toda disciplina tem número máximo de alunos por turma, as aulas teóricas e práticas da disciplina *Sociolinguística* possuem a mesma quantidade de aluno para aulas teóricas e práticas, sendo 41 (diurno), 47 (noturno) Entretanto, não é mencionado o ambiente em que ocorre as aulas práticas, mas pode-se observar a preocupação por parte do Curso de Letras do IBILCE-UNESP em restringir a quantidade de licenciandos por turma para que todos tenham acesso ao ensino-aprendizagem da disciplina *Sociolinguística* de maneira consolidada.

Não será feito um Quadro com a lista das disciplinas de LESP que fazem menção às variedades linguísticas por conta dessas informações serem restritas à comunidade acadêmica do IBILCE-UNESP. Essas disciplinas de LESP presentes na Tabela 11⁷⁹ podem ser identificadas de maneira indireta com o estudo da variação linguística como o uso da LESP em contextos situacionais e linguísticos.

Assim, serão tratadas as disciplinas de LESP que estão presentes nesta categoria, em relação aos cinco eixos de variação e aos estudos da língua.

As disciplinas *Língua Espanhola I* e *Língua Espanhola III* são de perspectiva síncrona “Estudo inicial da língua espanhola em seus aspectos oral e escrito” (PPC-

⁷⁹ Apenas as disciplinas relacionadas à LESP, sendo excluída a disciplina *Sociolinguística*.

IBILCE, p. 24) e “consolidar a compreensão do espanhol por meio de uma abordagem comunicativa” (PPC-IBILCE, p. 27) por desenvolver a LESP em contextos situacionais, linguísticos e por trabalharem os cinco eixos de variação “fazer uso da competência comunicativa adquirida em língua espanhola em determinados contextos situacionais e linguísticos que envolvam as habilidades de compreensão e expressão oral e escrita, adequadas a cada etapa da aprendizagem” (PPC-IBILCE, p. 24) e “entender aspectos da cultura hispânica e refletir sobre as diferentes culturas (a materna e a estrangeira) e seus hábitos sociais” (PPC-IBILCE, p. 27).

A disciplina *Língua Espanhola I* é ofertada no 1º ano letivo, é uma disciplina anual. Nos objetivos são propostos que o licenciando ao término da disciplina deva ser capaz de se comunicar em LESP a partir de contextos situacionais e linguísticos, de maneira oral e escrita, além de compreender os hábitos sociais e culturais da LM e LESP.

A respeito do conteúdo programático, são trabalhados os conteúdos gramaticais e os conteúdos comunicativos como a produção escrita, oral, leitura e compreensão dos textos.

A modificação referente à essa disciplina corresponde a inclusão de 15h de carga horária de PCC. Essa disciplina conta com a carga horária total de 150 horas, distribuída da seguinte maneira: 75h de teoria e 75h de prática (sendo 15h em PCC).

As aulas teóricas e práticas dessa disciplina possuem a mesma quantidade de alunos por turma, sendo 20 licenciandos para as aulas teóricas e 20 licenciandos para as aulas práticas. Entretanto, não há menção do local disponível para essas aulas práticas. Na disciplina *Língua Espanhola I.*, noções introdutórias de fonética-fonologia e morfossintaxe da LESP são contempladas.

A disciplina *Língua Espanhola III* é ofertada no 3º ano letivo, é uma disciplina anual. Os objetivos dessa disciplina são os mesmos que os objetivos da disciplina *Língua Espanhola I* com acréscimo da reflexão por parte do licenciando do seu processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito ao conteúdo programático, são trabalhados conteúdos comunicativos como prática oral e escrita, conteúdos gramaticais e PCC como o uso de tecnologias aplicadas ao ensino de LESP. As 15h de PPC se referem a atividades utilizando a *internet* e recursos multimídias.

A modificação nessa disciplina corresponde à inclusão de 15h de carga horária de PCC. Essa disciplina conta com a carga horária total de 120 horas, distribuída da seguinte maneira: 60h de teoria e 60h de prática (sendo 15h em PCC).

Assim como na disciplina *Língua Espanhola I*, o número máximo de licenciando por turma é de 20 licenciandos para aulas teóricas e práticas, na disciplina *Língua Espanhola III*. Como o PPC está relacionado com atividades tecnológicas, usando a *internet*, acredita-se que o IBILCE-UNESP conta com uma infraestrutura disponibilizando *internet* e aparelhos como computador para que seus licenciandos façam atividades.

Nas duas disciplinas apresentadas, aspectos da cultura hispânicas em relação a cultura da LM são estudados no decorrer do curso.

As disciplinas *Língua Espanhola I* e *Língua Espanhola III* contemplam os estudos dos níveis fonético, fonológico e morfossintático que são elencados por Naro (2004), na fundamentação teórica.

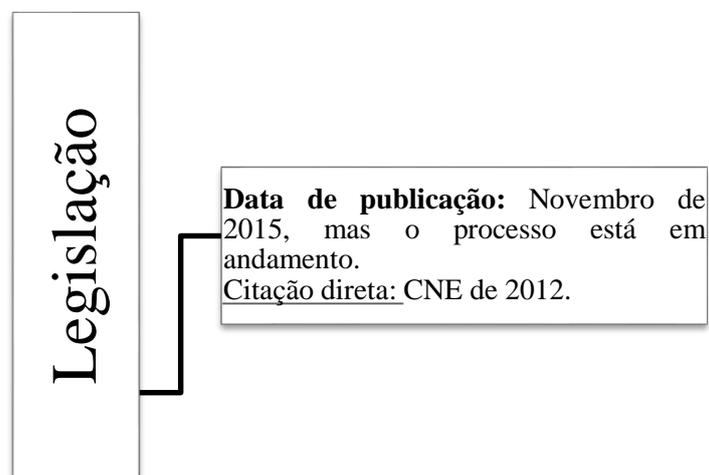
A respeito da formação dos licenciandos, as disciplinas do PPC-IBILCE promovem uma formação que reflete no (re)conhecimento e no respeito as diversidades linguísticas e culturais.

O presente PPC tem 3.300h de carga horária total do Curso de Letras. As Resoluções em que esse PPC segue não informa a carga horária exigida para o Curso de Licenciatura. Para que o documento esteja em vigência, ele precisa estar de acordo com as normas exigidas pelo MEC e pela Instituição.

De maneira geral, pode-se observar que, através dessas disciplinas o estudo da variação linguística é contemplado. Essas disciplinas possuem caráter teórico-prático.

Apesar de que não houve acesso aos conteúdos de outras disciplinas de LESP, foi identificado que o estudo da variação linguística está relacionado com o estudo da LM pelo licenciando, afim de contribuir e refletir sobre as variações de sua língua, além disso, aspectos culturais estão sempre considerados nas disciplinas de LESP.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



No que se refere à legislação, de momento, o presente PPC que foi elaborada em novembro de 2015 se respalda na Resolução CNE de 2012 que estabelece as DCNs para a Educação Ambiental. A Resolução CNE nº 2 de 2015 entrou em vigor em julho, mas a equipe elaboradora do PPC não fez menção sobre ela, uma vez que o tempo entre a Resolução CNE de 2015 e a implementação do PPC-IBILCE foi muito curto para que o PPC fosse homologado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE nº 2 de 2015. Não se sabe ao certo se o tema variação linguística está presente em todas disciplinas de LESP, visto que o acesso a essas ementas é restrito.

Contudo, de maneira indireta, pode-observar que a partir das disciplinas a que se teve acesso, as ementas foram elaboradas a partir das seguintes legislações: LDB, PCNs e PCN+ Ensino Médio. Nessas disciplinas foram identificados assuntos como o uso e o contexto situacional linguístico da LESP, o contraste entre a LESP e a LP e o respeito à diversidade linguística.

De maneira geral, assim como o PPC-FCLAR, o PPC-IBILCE possui poucas informações a respeito da equipe elaboradora, bem como não menciona a variação linguística de maneira explícita, somente pelas disciplinas que sofreram alterações. Como a legislação vigente é a de 2012, não é possível identificar mais indícios sobre o tema da presente pesquisa no PPC-IBILCE referente ao tema estudado nesta análise.

5.5 UFSCar

Quadro 16. Identificação do PPC-UFSCar

IES	Licenciatura em Letras	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
UFSCar	Espanhol/Português	2/2002	1996/1º	Noturno	2.800h	2008

Fonte: Elaboração própria

O PPC-UFSCar é uma reformulação curricular. A respeito do perfil profissional, o curso almeja que o educador não seja simplesmente proficiente em um LE ou domine a norma culta da LM, mas também reflita sobre os fatos linguísticos e literários, bem como saiba interpretar a sociedade e a história.

De acordo com o PPC, o perfil profissional em Letras deve refletir um traço característico de todo Curso de Letras que é o estudo de diferentes tipos de linguagem.

Um desses traços caracteriza-se pelo estudo dos mecanismos da linguagem por meio da análise das diferentes línguas faladas; o outro, por meio da compreensão de um fato linguístico específico, com fronteiras comuns com a Estética, que é a Literatura. (PPC-UFSCar, p. 5-6)

A estrutura curricular do Curso de Letras está formada por 3 componentes: *núcleo comum, parte diversificada e parte pedagógica*. O primeiro, refere-se ao domínio da LP e suas literaturas. O segundo, referem-se à habilitação em uma LE. O terceiro, refere-se ao contato que os estudantes terão com as diversas realidades linguísticas e educacionais.

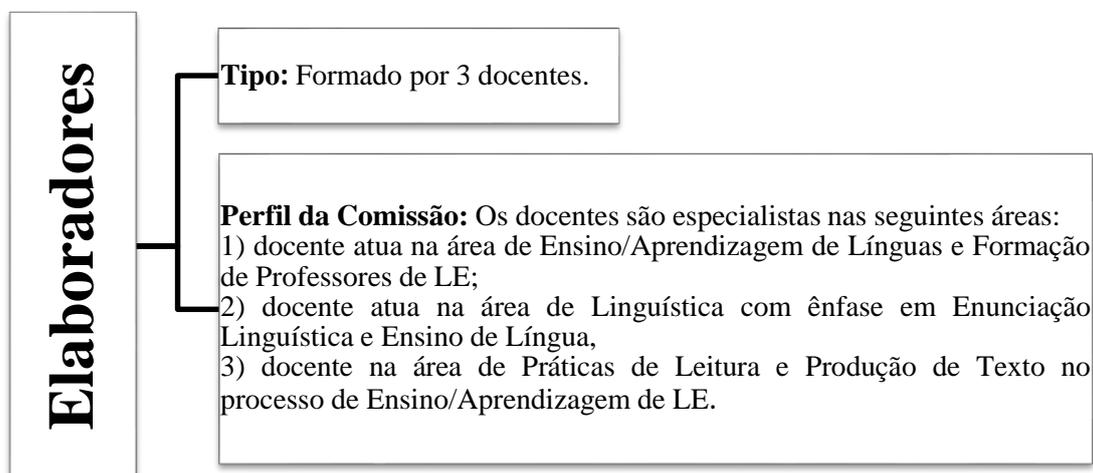
A parte Diversificada do PPC-UFSCar dedica-se ao estudo de LE e esse componente é apresentado de forma detalhada da seguinte maneira: “através do estudo de uma LE, o licenciado terá contato com diversos tipos de variantes da língua estudada, o que corrobora para o combate de preconceitos ou estereótipos sobre a LE alvo”. Além disso, materiais autênticos contribuem para que o profissional em Letras compreenda a cultura e o funcionamento das políticas linguísticas da LE para que estereótipos não sejam propagados.

A parte diversificada é composta pelas áreas de língua estrangeira cuja competência é levar o profissional a transcender os estereótipos relacionados à visão de mundo dominante, desenvolvendo uma atitude sem preconceitos em relação às variantes sociais e regionais da língua. A área deverá possibilitar ao profissional avaliar a língua, de acordo com cada realidade vivida, fornecendo o acesso direto a

materiais autênticos e a situações de contato não mediadas pedagogicamente, tornando-o consciente da riqueza cultural e dos aspectos pragmáticos inerentes ao uso de qualquer língua. Para tanto, deverá fornecer subsídios para que o aluno visualize a língua nos processos de integração da América Latina (no caso da Língua Espanhola) e a influência das políticas linguísticas sob o ensino formal das línguas; reflita sobre o funcionamento dos estereótipos e do imaginário positivo ou negativo no processo de aquisição da língua-alvo; discuta, em Literatura questões estéticas e histórico-culturais a partir da leitura efetiva de textos literários analisados sincrônica e diacronicamente, de maneira a superar os estereótipos negativos ou positivos com relação à cultura que a literatura traduz. (PPC-UFSCar, p. 11-12)

Em relação aos estereótipos, o documento OCEM ressalta diversos tipos de estereótipos associados à LESP, como ser uma língua fácil de ser compreendida e por isso não é necessário estudá-la com afinco. Esses estereótipos são combatidos quando há informação. O Curso de Letras da UFSCar busca, na parte Diversificada, levar seus licenciandos ao conhecimento das culturas, dos contextos e do funcionamento das políticas linguísticas da LE para que estereótipos não sejam propagados.

A) COMISSÃO ELABORADORA



A Comissão de elaboração deste PPC é composta por 3 docentes⁸⁰. Através de pesquisas realizadas através da *Plataforma Lattes*, verificou-se que a presente comissão não são especialistas na temática “variação linguística”. Todavia, esses docentes

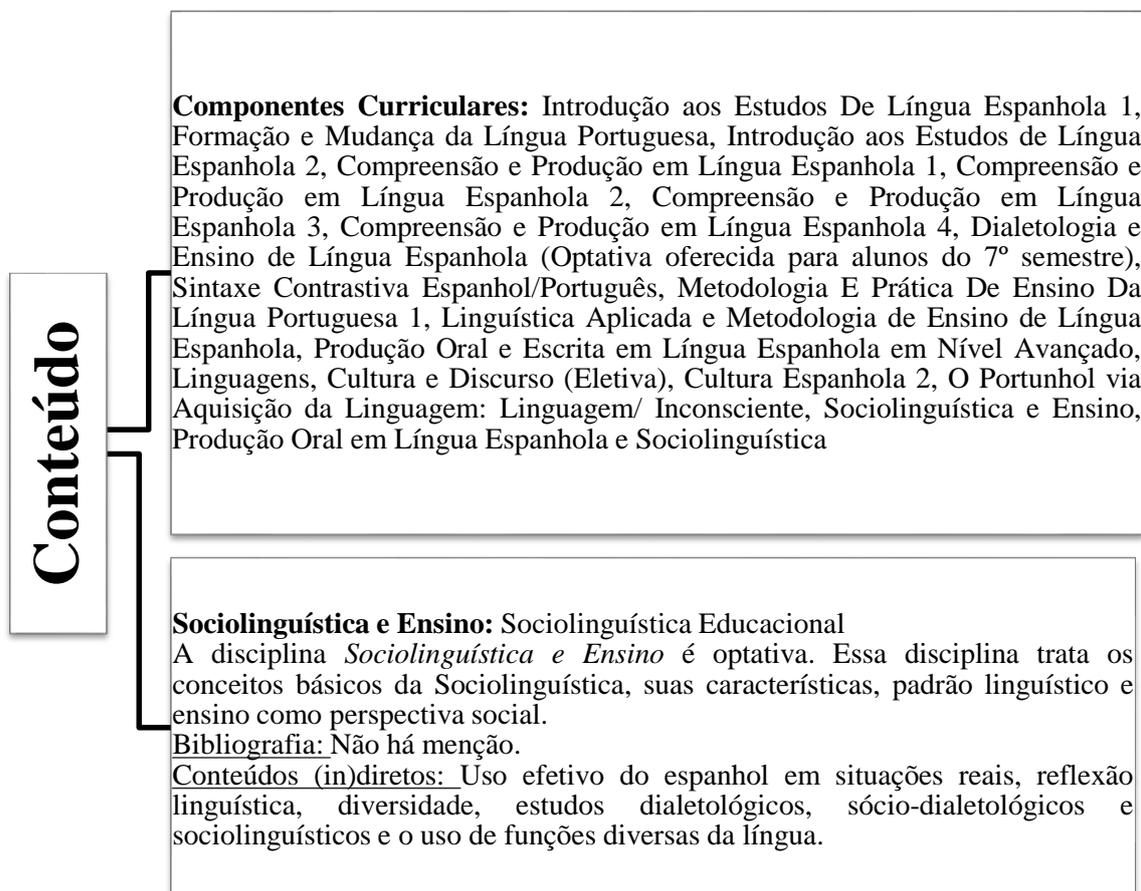
⁸⁰ Na primeira página do PPC é citado a Comissão de elaboração do PPC e os nomes dos departamentos que foram colaboradores.

abordaram o tema no decorrer do PPC, ao abordar aspectos pertinentes como a influência das políticas linguísticas sobre o ensino de línguas, estereótipos e preconceito linguístico.

Essa comissão é formada por 3 docentes que trabalham com o Ensino de Língua. O primeiro docente atua na área de Ensino/Aprendizagem de Línguas e Formação de Professores de LE, a segunda docente atua na área de Linguística, com ênfase em Enunciação Linguística e Ensino de língua e a terceira docente desenvolve e orienta pesquisas sobre as Práticas de Leitura e Produção de Texto no processo de Ensino/Aprendizagem de LP.

Não há referências de autores no decorrer deste PPC. A presente reformulação curricular possui 80 páginas e é o 4º PPC mais extenso desta pesquisa.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



As disciplinas da matriz curricular do PPC-UFSCar são compostas pela seguinte estrutura: 1) identificação, 2) objetivos gerais e 3) ementa. Nessa matriz curricular foram identificados os tópicos relacionados à variação linguística na LESP.

No Quadro 17 está exibida a lista de disciplinas extraídas do PPC-UFSCar relacionadas às variedades linguística de LP e de LESP⁸¹. A quantificação percentual referente à carga horária das disciplinas obrigatórias oferecidas do Curso de Letras em relação às disciplinas relacionadas à variação linguística não pode ser realizada porque no PPC-UFSCar e na página *web* do Departamento do Curso de Letras da UFSCar não citam a carga horária dessas disciplinas do curso. A falta de dados/informações dificulta a análise.

Quadro 17. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (UFSCar).

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária⁸²
Introdução aos Estudos De Língua Espanhola 1	
Formação e Mudança da Língua Portuguesa	
Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 2	
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 1	
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 2	
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3	
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 4	
Sintaxe Contrastiva Espanhol/Português	
Metodologia E Prática De Ensino Da Língua Portuguesa 1	
Linguística Aplicada e Metodologia de Ensino de Língua Espanhola	
Produção Oral e Escrita em Língua Espanhola em Nível Avançado	
Disciplinas Optativas⁸³	
Dialetologia e Ensino de Língua Espanhola (Optativa oferecida para alunos do 7º semestre)	
Linguagens, Cultura e Discurso (Eletiva)	
Cultura Espanhola 2	
O Portunhol via Aquisição da Linguagem: Linguagem/ Inconsciente	
Sociolinguística e Ensino	
Produção Oral em Língua Espanhola	
Sociolinguística	
Dialetologia e Ensino de Língua Espanhola	

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado no Quadro 17, as disciplinas referentes à Sociolinguística são propostas como disciplinas optativas, sendo duas: *Sociolinguística e Ensino* e *Sociolinguística*.

A disciplina *Sociolinguística e Ensino* trata os conceitos básicos da Sociolinguística, suas características, padrão linguístico e ensino como perspectiva social. Essa disciplina é ofertada de maneira optativa.

⁸¹ As disciplinas obrigatórias são ofertadas semestralmente e as optativas são ofertadas de acordo com a disponibilidade do docente no semestre.

⁸² O PPC-UFSCar não menciona a carga horária referente às disciplinas do Curso de Letras.

⁸³ O licenciando precisa cumprir um total de 8 créditos referentes às disciplinas optativas.

De acordo com os objetivos gerais da disciplina *Sociolinguística e Ensino*, o foco é a formação do professor. Nessa disciplina são apresentadas propostas pedagógicas como o estudo das relações entre linguagem, sociedade e escola, bem como as diferentes práticas de ensino de língua na escola.

A vertente dessa disciplina refere-se à Sociolinguística Educacional, uma vez que está interligada com o estudo da língua em sala de aula e sociedade. A Sociolinguística Educacional está relacionada com o uso das variações linguísticas em sala de aula e tem como um dos objetivos combater o preconceito linguístico dentro e fora da escola, conforme aponta Bagno (2007) e Ricardo-Borton (2014).

A disciplina *Sociolinguística* possui a mesma ementa que a disciplina *Sociolinguística e Ensino*. Acredita-se que essas duas disciplinas sejam oferecidas por docentes distintos.

A respeito da disciplina *Sociolinguística e Ensino*, no PPC-UFSCar não é exposto o conteúdo programático, a Bibliografia Básica e tampouco a Bibliografia Complementar. A ausência dessas informações dificulta saber quais são as teorias abordadas, se são estudados os livros considerados de referências ou livros introdutórios ou até mesmo se os licenciandos elaboram materiais ou atividades relacionadas à variação linguística.

Como essa disciplina não é oferecida de maneira obrigatória no Curso de Letras, percebe-se uma falta de atenção por parte dos elaboradores do PPC em trazer essa temática tão importante para o Curso de Letras, pois nem todos os licenciandos tem a oportunidade de fazer disciplinas no contra turno de seu curso. Assim, o aprendizado pode ficar comprometido, visto que é recomendado que os licenciandos conheçam e entendam essa temática para lecionar na Educação Básica e para entender a diversidade da língua, sem julgamentos.

A disciplina *Formação e Mudança da Língua Portuguesa* é obrigatória e é oferecida no 3º semestre letivo. Nos objetivos gerais dessa disciplina é proposto um panorama da formação histórica da Língua Portuguesa até os dias atuais.

Nessa disciplina é apontado que o licenciando terá contato com os estudos das variedades do português do Brasil, bem como o estudo da língua padrão e a norma pedagógica. Atividades pedagógicas relacionadas às variedades linguísticas a partir de textos escolares são propostos.

O PPC do curso dá prioridade à disciplina obrigatória *Formação e Mudança da Língua Portuguesa* ficando a disciplina *Sociolinguística e Ensino* como optativa. Na

disciplina *Formação e Mudança da Língua Portuguesa* o foco é o estudo histórico da Língua Portuguesa, bem como as variedades dessa língua. Essas duas disciplinas não podem ser comparadas, pois possuem estudos distintos, porém, o que as aproxima é o estudo da variação linguística.

Acredita-se que a oferta das duas disciplinas como obrigatórias contribuiria significativamente para a educação linguística dos licenciandos, visto que eles poderiam se aprofundar nessa temática estudando a variação linguística, de maneira geral e na língua materna, com aprofundamento na reflexão sobre o ensino.

A respeito da distribuição das disciplinas, especificamente relacionadas à LESP, o estudo da variação linguística pode ser identificado de diferentes maneiras: uso efetivo do espanhol em situações reais, reflexão linguística, diversidade, estudos dialetológicos, sócio-dialetológicos e sociolinguísticos e o uso de funções diversas da língua.

No Quadro 18 foram separadas as disciplinas de LESP que fazem menção às variedades linguísticas. Essas disciplinas são apresentadas a partir dos cinco eixos de variação (COELHO et al 2015) e dos dois estudos da língua (SAUSSURE 1995).

Quadro 18. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (UFSCar).

DISCIPLINAS	Estudo da língua	Eixos de variação
Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 1	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 2	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 1	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 2	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Compreensão e Produção em Língua Espanhola 4	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Sintaxe Contrastiva Espanhol/Português	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Linguística Aplicada e Metodologia de Ensino de Língua Espanhola	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Produção Oral e Escrita em Língua Espanhola em Nível Avançado	Sincronia	Diatópico/Diastrático/Diamésica/Intrafalante/Interfalante

Fonte: Elaborado pela autora

A disciplina *Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 1* é oferecida no 1º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica e diacrônica, pois se estuda a história da LESP e ao mesmo tempo capacita os licenciandos para o uso efetivo da LESP em situações reais de comunicação a partir de conteúdos como “¿Español o Castellano? Breve história da língua espanhola: origem, evolução e panorama atual” (PPC-UFSCar,

2008, p.*⁸⁴). Os cinco eixos de variação estão presentes nessa disciplina “Capacitar as estudantes e os estudantes para o uso efetivo do espanhol em situações reais de comunicação a partir do domínio dos elementos do nível básico de conhecimento da língua” (PPC-UFSCar, 2008), uma vez que essa disciplina fornece subsídios para que os licenciandos compreendam o papel da LESP e sua influência das políticas linguísticas sobre o ensino formal da língua.

Além disso, tem-se como uns dos objetivos gerais dessa disciplina “Incentivar os alunos para iniciar um trabalho de reflexão linguística sobre o funcionamento dos estereótipos e do imaginários no processo de aquisição da língua.” (PPC-UFSCar, 2008)

Nessa disciplina, pode-se observar a preocupação em capacitar o licenciando no uso efetivo da LESP a partir do estudo da variação linguística e no estudo da língua nos processo de integração da América Latina.

O licenciando já inicia a sua trajetória acadêmica em LESP tendo uma noção dos conceitos básicos da LESP, das situações reais de comunicação e da heterogeneidade cultural dos âmbitos linguísticos hispânico e luso-brasileiro. Aspectos morfossintáticos, lexicais e fonológicos são estudados no decorrer dessa disciplina.

A disciplina *Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 2* é oferecida no 2º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica e diacrônica “sensibilização para a heterogeneidade cultural do mundo hispânico nos eixos sincrônico e diacrônico” (PPC-UFSCar, 2008) porque leva o aluno a (re)conhecer as diferenças entre as variedades linguísticas da LESP e refletir sobre a heterogeneidade cultural do mundo hispânico de maneira sincrônica e diacrônica. Nessa disciplina pode ser visto os cinco eixos de variação “promover a participação ativa dos alunos no seu processo de aprendizado, facilitando o acesso direto a situações de contato não mediadas pedagogicamente” (PPC-UFSCar, 2008) relacionados à compreensão e produção oral e escrita. Um dos objetivos da disciplina é “Mostrar uma atitude positiva e tolerante frente à diversidade cultural e linguística.” (PPC-UFSCar, 2008)

A partir disso, pode-se observar o comprometimento em levar o licenciando a conhecer e a tratar a diversidade linguística e cultural como algo inerente aos estudos de LESP. No decorrer da disciplina, o estudo da pronúncia e do léxico serão aprofundados.

A disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 1* é oferecida no 3º semestre letivo e a disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3* é

⁸⁴As fragmentações retiradas das ementas das disciplinas, expostas ao longo da categoria B do PPC-UFSCar, não possui paginação.

ofertada no 5º semestre letivo. Ambas disciplinas são de perspectiva sincrônica “ampliar o conhecimento dos alunos em relação às diversas manifestações culturais dos países de língua espanhola” (PPC-UFSCar, 2008) porque trabalham com as manifestações linguísticas em consonância com as diversas manifestações culturais dos países de LESP, também se destacam através dos cinco eixos de variação “permitir a compreensão e a produção oral e escrita fluentes em língua espanhola, através da aquisição de subsídios necessários para um enriquecimento permanente dessa produção e do uso prático da língua”(PPC-UFSCar, 2008), visto que é identificado, na disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 1*, aspectos da diversidade linguística e cultural das comunidades hispanofalantes. E na disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3*, é estudado o contraste entre a LESP e a LP como forma de contribuir no processo de aprendizagem da LE, algo semelhante à disciplina *Língua Espanhola IV* da IFSP-Avaré que trabalha aspectos contrastivos da morfologia e da sintaxe entre a LP e a LESP. A disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3* contempla o que o PCNs-LE (1998b, p. 19) ressalta sobre o direito de todo cidadão de aprender uma LE em conjunto com a LM.

Assim, como a disciplina *Introdução aos Estudos de Língua Espanhola 2*, as disciplinas *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 1* e *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3* possibilitam ao licenciando conhecer e respeitar variedade linguística e ampliar os conhecimentos sobre as manifestações linguísticas e culturais dos países hispânicos. Além disso, a disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 3* promove atividades para que o licenciando reflita sobre a sua prática docente.

A disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 2* é oferecida no 4º semestre letivo e a disciplina *Compreensão e Produção em Língua Espanhola 4* é ofertada no 6º semestre letivo. Ambas disciplinas são de perspectiva sincrônica “Promover a aquisição de subsídios gramaticais necessários para o enriquecimento da produção oral e escrita em diferentes registros” (PPC-UFSCar, 2008) e apresentam os cinco eixos de variação “Ampliar o conhecimento dos alunos em relação às diversas manifestações culturais dos países de língua espanhola” e “Ênfase na argumentação nos diferentes gêneros discursivos e registros linguísticos” (PPC-UFSCar, 2008) por trazer diferentes gêneros discursivos e registros linguísticos nas diversas manifestações culturais dos países de LESP. Nessas duas disciplinas tem-se a atenção em capacitar o licenciando a partir de atitude crítica e positiva no que concerne ao estudo da variedade

linguística e cultural. Além disso, conhecimentos sintático-morfológicos são introduzidos ao longo dessas disciplinas.

A disciplina *Sintaxe Contrastiva Espanhol/Português* é oferecida no 7º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica “Desenvolver no aluno a capacidade de estabelecer contrastes entre o funcionamento sintático-enunciativo do espanhol e do português e os efeitos de sentido que certas construções lingüísticas podem produzir em cada um dos idiomas” (PPC-UFSCar, 2008), pois estabelece o contraste entre o funcionamento sintático-enunciativo da LESP e LP em textos contemporâneos. Essa disciplina possui os cinco eixos, visto que considera os estudos comparativos entre a LESP e LP sobre a variação linguística e as manifestações culturais.

Além disso, nessa disciplina, o licenciando tem contato com textos autênticos que serão objeto de análise ou para elaboração de materiais. A autonomia está presente nas ações do licenciando ao buscar contrastar a LESP e LP e ao realizar traduções e versões a partir dos estudos da variação linguística e cultural.

A disciplina *Linguística Aplicada e Metodologia de Ensino de Língua Espanhola* é oferecida no 8º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica e diacrônica “A história do ensino do espanhol para brasileiros” (PPC-UFSCar, 2008) e possui os cinco eixos “O contraste espanhol/português desde o ponto de vista discursivo. O imaginário do aprendiz sobre a língua espanhola e suas respectivas variedades, e o papel de ditas imagens no processo de aquisição/aprendizagem” (PPC-UFSCar, 2008), pois trabalha o contraste espanhol/português desde o ponto de vista discursivo e o imaginário do licenciando sobre a LESP e suas respectivas variedades.

Nessa disciplina, o licenciando desenvolve atividades em que coloca em prática as reflexões teóricas aprendidas ao longo do curso. Além disso, o estudo do contraste entre LESP e LP e o imaginário do licenciando sobre a LESP e suas respectivas variedades compõem a ementa dessa disciplina.

A disciplina *Produção Oral e Escrita em Língua Espanhola em Nível Avançado* é oferecida no 10º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica “Desenvolver a capacidade de produzir diversos gêneros textuais e discursivos tanto na produção oral quanto na produção escrita em língua espanhola” (PPC-UFSCar, 2008), porque estuda a LESP através de diferentes gêneros textuais. Essa disciplina possui os cinco eixos, pois permite que o licenciando produza diversos gêneros textuais, discursivos oral e escrito.

É a última disciplina obrigatória do curso relacionada ao estudo da LESP, não há menção sobre o estudo da variação linguística. Sabe-se que essa temática está imbricada quando há registros discursivos tanto em textos escritos quanto em textos orais, como é indicado na ementa. O foco da disciplina é levar o licenciando a desenvolver atividades, a partir de textos autênticos, para a sua formação docente.

De maneira geral, as disciplinas de LESP mencionadas possuem pontos de estudos em comum: o estudo da variação linguística e as manifestações culturais, considerando que o dinamismo da língua se dá através de diferentes contextos e interações sociais entre os falantes. A partir dessas disciplinas, pode-se constatar que:

- O licenciando sempre está exposto à produção e análise de textos autênticos, afim de levá-lo a compreender e a refletir sobre o seu fazer docente.

- A heterogeneidade da língua, bem como a sua diversidade cultural estão presentes nas disciplinas.

- O papel das políticas linguísticas no ensino formal da LESP pode ser identificado nas disciplinas.

- O estudo da comparação do contraste entre LESP e LP é empregado nas disciplinas.

- Desenvolve-se a autonomia do licenciando para realizar traduções e versões (produção oral e escrita) a partir dos estudos da variação linguística e cultural.

- A produção e a análise de materiais didáticos são práticas pedagógicas que reforçam a preocupação do Curso de Letras em formar professores que tenham experiências e saibam refletir sobre as atividades pertinentes para a sala de aula,

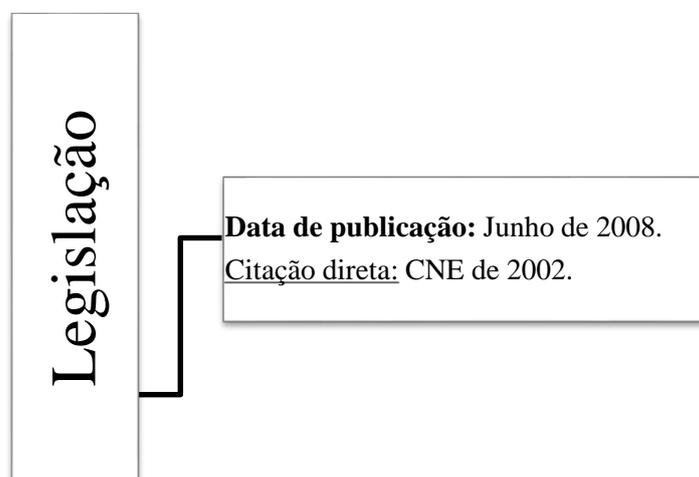
- A desconstrução de crenças sobre a LESP na Espanha e na América são retratadas a partir de disciplinas como *Introdução aos estudos de Língua Espanhola 1* e *Introdução aos estudos de Língua Espanhola 2*.

- As disciplinas de literaturas em LESP não apresentam o tema desta pesquisa.

A partir do estudo do PPC-UFSCar, pode-se verificar que essas disciplinas de LESP sempre consideram a variação linguística como algo inerente à LESP. Além disso, foi observado que, nessas disciplinas, o licenciando é levado a olhar para a variação linguística a partir de uma atitude positiva, ou seja, olhar sem preconceitos ou pré-julgamentos.

Esse documento não está adequado à legislação estabelecida pelo CNE por meio da Resolução CNE/CP nº 2 de 2002, pois sua carga horária total do Curso de Letras é de 2.800h.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



A reformulação curricular foi elaborada em julho de 2008. No decorrer do PPC é indicado que a reformulação curricular tem como legislação de referência a Resolução CNE nº 2 de 2002.

Por mais que a legislação de 2002 não entre em detalhes sobre o tema desta pesquisa, pode-se observar que PPC-UFSCar aborda esse tema através das disciplinas distribuídas ao longo do semestre, tanto relacionadas à LP quanto à LESP.

A UFSCar é uma das duas Instituições que oferece a disciplina *Sociolinguística* como disciplina optativa. Sabe-se que uma disciplina optativa é de livre escolha pelo licenciando. A disciplina *Sociolinguística* deveria ser ofertada de maneira obrigatória, conforme oferecidas nas Instituições IFSP-Avaré, IBILCE-UNESP e FCL-UNESP e na FCLAR-UNESP essa disciplina é ofertada com o nome *Variação e Mudança linguística*. De maneira geral, essas disciplinas tratam de um tema pertinente à formação linguística dos licenciandos, pois os levam a entender e a valorizar a variação presente na fala de seus colegas, de seus professores, da comunidade acadêmica e da sociedade. Contudo, o Curso de Letras da UFSCar oferece a disciplina *Formação e Mudança da Língua Portuguesa* como disciplina obrigatória que aborda o panorama histórico da LP e as variedades do português do Brasil. O que limita a reflexão sobre a variação linguística à LM.

Se faz referência ao PCN nos objetivos gerais das disciplinas *Análise do Discurso e o Ensino da Língua Portuguesa e, Língua, Cultura e Ensino*.

Além disso, de maneira indireta, pode ser observado através das disciplinas alguns temas relacionados aos documentos: LDB, PCNs e OCEM. Foi identificado, com base nas disciplinas, o estudo intercultural a partir diferentes tipos de textos para o aprendiz (licenciando) de LE saber discernir seus propósitos na sociedade, pois é através da linguagem que o indivíduo faz escolhas de organização textual a partir de diferentes posicionamentos de mundo, seja social, econômico e político. Também foi identificado o estudo da variação linguística como produto sociocultural que indica as características específicas de cada país que possui o mesmo idioma e o contraste entre a LESP e a LP.

5.6 UNIFESP

Quadro 19. Identificação do PPC-UNIFESP

IES	Licenciatura	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
UNIFESP	Espanhol/Português	2/2015	2009/1º	Vespertino/ Noturno	3.200h	2019

Fonte: Elaboração própria

A UNIFESP possui um PPC para cada Curso de Letras e suas licenciaturas, esse modelo foi implementado em 2014. A LDB (1996) assinala essa autonomia de cada Instituição elaborar seu PPC, nesse caso, cada Curso de Licenciatura tem um PPC autônomo (além da Licenciatura em LP/LESP, há outras licenciaturas ofertando outras LEs na Instituição).

De acordo com o PPC-UNIFESP, apesar de o estado de São Paulo concentrar um maior número de Universidades públicas comparado aos outros estados, ainda é pouco o número de Cursos de Licenciatura em LP e LE ministrados em períodos vespertino e noturno, como os da UNIFESP.

De acordo com o PPC, o Curso de Letras tem por objetivo instruir de forma humanista, perspicaz e crítica os futuros professores. Na estrutura curricular do curso são articuladas teoria e prática com o intuito de levar os licenciandos a refletirem de forma crítica sobre temas atuais e de instruir os licenciandos nos princípios didáticos e pedagógicos do ensino-aprendizagem de LP e LESP e suas literaturas.

Sua estrutura curricular está organizada de forma a oferecer ao aluno uma formação que contemple a articulação entre a teoria e a prática, focalizando, por um lado, a reflexão sobre os temas abordados, as correntes de pensamento, a organização e a atuação crítica e consciente impostos pela sociedade contemporânea e, por outro, os princípios didáticos e pedagógicos do ensino-aprendizagem de português-espanhol e suas literaturas. (PPC-UNIFESP, 2009, p. 19)

A respeito do perfil profissional de egresso, a formação dos licenciados está voltada para as seguintes competências:

- desenvolver e/ou aperfeiçoar suas capacidades de expressão oral e escrita em português e em espanhol, assim como a aptidão para síntese, análise crítica e elaboração discursiva em suas diversas variações;
- identificar as relações entre língua, literatura e cultura e refletir sobre elas;

- construir e articular um repertório epistemológico, estético e cultural fundamental para a leitura, interpretação, análise e crítica de textos de variados gêneros e registros;
- refletir criticamente sobre o papel da língua portuguesa e da língua espanhola na comunidade em que exerce sua função de professor e sobre o exercício do ensino de língua materna ou estrangeira; (PPC-UNIFESP, p. 20)

Além das competências em levar o licenciando a desenvolver, a identificar e a construir uma análise crítica sobre o papel da LESP e LP a partir de diversas atividades, o PPC-UNIFESP apresenta as seguintes habilidades⁸⁵ a serem desenvolvidas pelos licenciandos:

- domínio de ferramentas e recursos de análise crítica da língua portuguesa e da língua espanhola em suas diferentes modalidades, oral e escrita, nos registros formal e informal;
- compreensão crítica das condições de uso e capacidade de domínio da norma culta das línguas portuguesa e espanhola nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica, bem como a compreensão livre de preconceitos e estereótipos a respeito da variação constitutiva de todas as línguas naturais;
- reflexão sobre a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, político, artístico e histórico; (PPC-UNIFESP, p. 20-21)

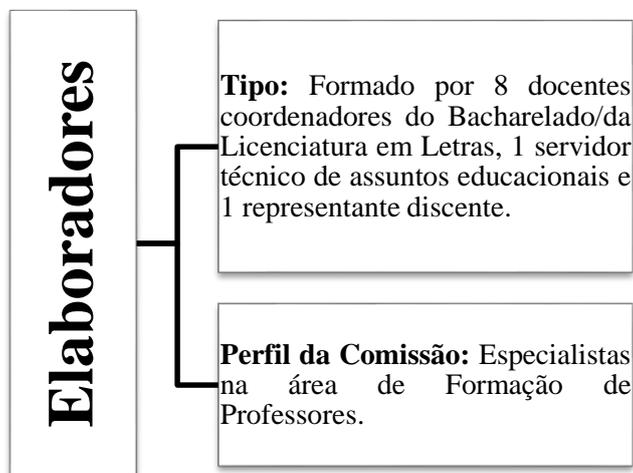
Com base nessas habilidades, pode-se observar que o licenciando terá condições e de trabalhar a LESP e LP a partir de diferentes características para que preconceitos e estereótipos sejam combatidos com informações.

As disciplinas de LESP são voltadas para questões como diversidade linguística e cultural com intuito de desestabilizar alguns preconceitos sobre a língua e seus falantes.

Nelas [disciplinas]o estudante é apresentado à língua espanhola de forma a problematizar e desestabilizar algumas imagens e preconceitos sobre a língua e seus falantes, considerando sua heterogeneidade e, assim, exposto às questões ligadas às identidades e culturas em contato/conflito, o futuro docente vê na prática a forma como o respeito à diversidade, os conhecimentos interdisciplinares, entre outros, permeiam a prática pedagógica e a tornam mais significativa e transformadora. (PPC-UNIFESP, p. 27)

⁸⁵ O termo “habilidade” é usado no decorrer do PPC-UNIFESP como sinônimo de capacidade.

A) COMISSÃO ELABORADORA



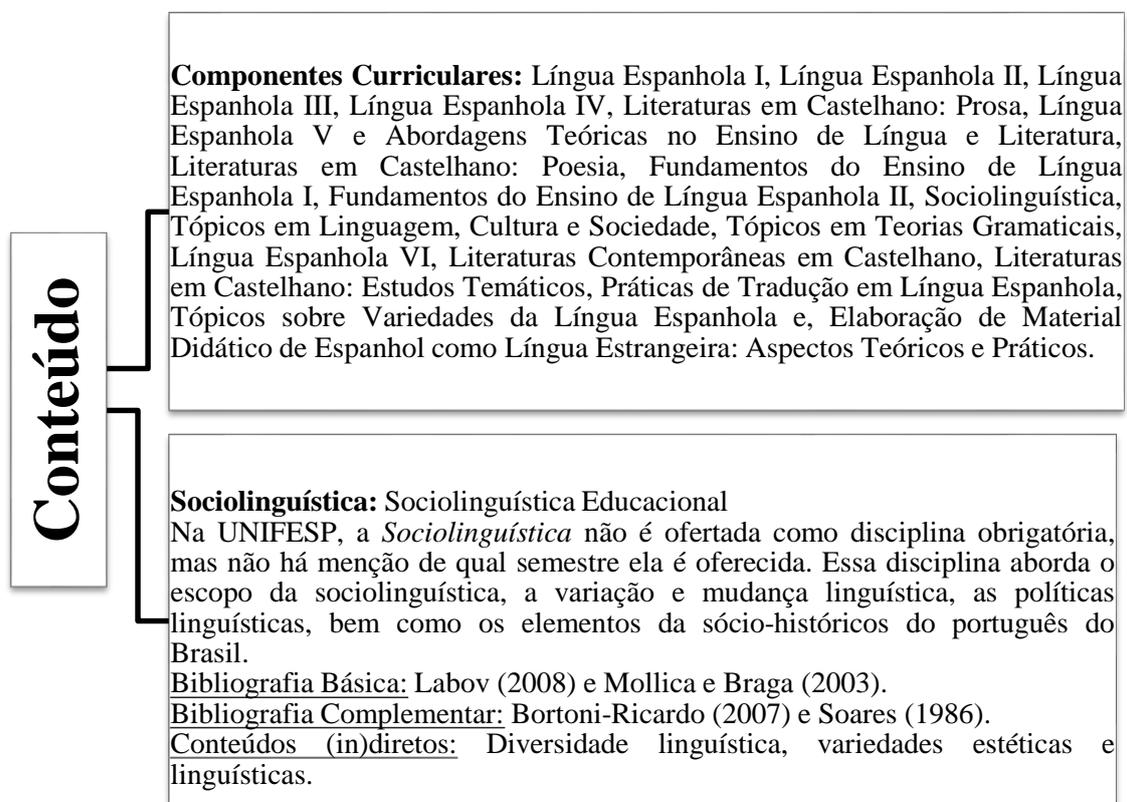
A composição da comissão elaboradora deste PPC-UNIFESP é formada por 8 docentes coordenadores do Bacharelado/da Licenciatura em Letras, 1 servidor técnico de assuntos educacionais e 1 representante discente. Esses docentes se preocuparam em abordar temas como os preconceitos e os estereótipos a respeito da variação constitutiva de todas as línguas naturais.

Através de pesquisas feitas por meio da *Plataforma Lattes*, averiguou-se que na comissão de elaboração não havia especialistas na temática “variação linguística”. Apesar disso, na pesquisa, foi constatado que há docentes que são coautores de livros didáticos para ensino de LP e LESP e docentes especialistas na área de Formação de Professores.

No curso previsto por este PPC, o licenciando é levado a refletir sobre o papel da LM e da LESP, bem como a elaboração discursiva em suas diversas situações.

No decorrer do PPC-UNIFESP não há citação de autores com referências bibliográficas. Este PPC é o segundo maior em extensão dentre os demais, contando com 180 páginas.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



As disciplinas da grade curricular deste PPC são exibidas a partir dos seguintes componentes: 1) identificação, 2) ementa, 3) bibliografia básica e 4) bibliografia complementar.

Na Tabela 12 está exposta a lista de disciplinas de LP e de LESP, extraídas do PPC-UNIFESP, que abordam a língua e seus diferentes registros, conforme apresentado nas ementas do PPC-UNIFESP. Essas disciplinas obrigatórias que trabalham as variedades linguísticas contabilizam um total de 18,75%⁸⁶ da carga horária oferecida do Curso de Letras.

A disciplina *Sociolinguística* contribui com 1,94%. Quantitativamente, pode-se identificar que a UNIFESP demonstra preocupação em uma formação pautada na reflexão sobre a diversidade linguística de LP e LESP.

⁸⁶ Cálculo de porcentagem: (Número de carga horária das disciplinas/número de carga horária de todas as disciplinas da grade curricular) x 100, sendo 600/3200*100=18,75%

Tabela 12. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (UNIFESP).

Disciplinas	Carga horária
Língua Espanhola I	60
Língua Espanhola II	60
Língua Espanhola III	60
Língua Espanhola IV	60
Literaturas em Castelhana: Prosa	60
Língua Espanhola V e Abordagens Teóricas no Ensino de Língua e Literatura	60
Literaturas em Castelhana: Poesia	60
Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola I	60
Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola II	60
Sociolinguística	60
	600
Disciplinas Optativas⁸⁷	
Tópicos em Linguagem, Cultura e Sociedade	60
Tópicos em Teorias Gramaticais	60
Língua Espanhola VI	60
Literaturas Contemporâneas em Castelhana	60
Literaturas em Castelhana: Estudos Temáticos	60
Práticas de Tradução em Língua Espanhola	60
Tópicos sobre Variedades da Língua Espanhola	60
Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos	60
	*88

Fonte: Elaborado pela autora

No PPC-UNIFESP, a disciplina *Sociolinguística* aborda a variação e mudança linguística, as políticas linguísticas, bem como os elementos da sócio-históricos do português do Brasil. Essa disciplina é ofertada a partir das Unidades Curriculares de Complementação de Formação (UCCFs). O licenciando pode cursar até 3 disciplinas dessa unidade ou optar por disciplinas de outras unidades como Unidades Curriculares de Livre Escolha, Formação Específica ou Domínio Conexo. Assim como a disciplina *Sociolinguística e Ensino* da UFSCar, a disciplina *Sociolinguística* não é obrigatória aos licenciandos.

Apesar de não ser ofertada de maneira obrigatória, essa disciplina possui a mesma carga horária que as disciplinas obrigatórias, perfazendo um total de 60h. Essa carga horária total é dividida da seguinte maneira: 45h de teorias e 15h de PCC.

O PPC-UNIFESP indica os autores Labov (2008) e Mollica e Braga (2003) na Bibliografia Básica. E na Bibliografia Complementar, autores como Bortoni-Ricardo (2007) e Soares (1986). Conforme mencionado, esses autores possuem grande influência no estudo da variação linguística.

⁸⁷ Essas disciplinas correspondem às Unidades Curriculares de Livre Escolha ou Unidades Curriculares de Formação de Professores.

⁸⁸ O licenciando precisa cumprir um total de 12 créditos.

De acordo com a ementa, pode-se observar que a Sociolinguística Educacional é a vertente que prevalece nessa disciplina e que o estudo se concentra na variação e ensino e as políticas linguísticas.

Nas disciplinas relacionadas à LESP, a variação linguística pode ser identificada por diversidade linguística, variedades estéticas e linguísticas.

As disciplinas de LESP que faz menção às variedades linguísticas podem ser vista no Quadro 20 e são apresentadas a partir dos eixos de variação e o estudo da língua de Coelho et al (2015) e Saussure (1995).

Quadro 20. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (UNIFESP).

Disciplinas	Estudo da língua	Eixos de variação
Língua Espanhola I	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola II	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola III	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola IV	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Castelhana: Prosa	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola V	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Castelhana: Poesia	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/Interfalante
Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola I	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola II	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola VI	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Literaturas Contemporâneas em Castelhana	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/Interfalante
Literaturas em Castelhana: Estudos Temáticos	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/Interfalante
Práticas de Tradução em Língua Espanhola	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Tópicos sobre Variedades da Língua Espanhola	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante

Fonte: Elaborado pela autora

As disciplinas *Língua Espanhola I*, *Língua Espanhola II*, *Língua Espanhola III*, *Língua Espanhola IV* e *Língua Espanhola V* são oferecidas respectivamente no 2º, 3º, 4º, 5º e 6º semestre letivo. Essas disciplinas são de perspectiva sincrônica “Prática integrada da compreensão e produção oral e escrita, tendo como viés fundamental as relações entre

os discursos e as práticas sociais” (PPC-UNIFESP, p. 53), “Análise das características de gêneros discursivos nos quais predominam a narração e a descrição, bem como a produção de seus enunciados” (PPC-UNIFESP, p. 54) e “Introdução ao estudo das construções sintático-enunciativas com valor argumentativo e explicativo em língua espanhola” (PPC-UNIFESP, p. 56), pois trabalham as construções sintático-enunciativas através de diálogos e produções de enunciados. Essas disciplinas estão compostas pelos cinco eixos de variação em que são realizados estudos produções orais e escritas, das diversidades linguísticas e culturais dos países de LESP.

Essas disciplinas sugerem que o licenciando reflita sobre o processo de ensino-aprendizagem da LESP e sobre as manifestações linguísticas e culturais dos países hispânicos. Além disso, as práticas como produção oral e escrita, se iniciam na disciplina *Língua Espanhola I*. A carga horária total, de cada disciplina, contabiliza 60h, sendo 30h de teorias e 30h de práticas. Logo no primeiro contato com a LESP, o licenciando é incentivado a desenvolver conteúdos aprendidos em sala de aula, esse processo de interação promove e oportuniza o licenciando na sua construção do conhecimento.

As disciplinas *Literaturas em Castelhana: Prosa e Literaturas em Castelhana: Poesia* são ofertadas respectivamente no 5º e no 6º semestre letivo. Ambas disciplinas são de perspectivas sincrônica e diacrônica por estudarem as narrativas produzidas em LESP nos diferentes países hispânicos e em distintos contextos sócio-históricos “análise e interpretação de narrativas produzidas nos diferentes países em que o castelhano é língua oficial, em distintos contextos sócio-históricos” (PPC-UNIFESP, p. 58). Essas disciplinas possuem quatro eixos de variação: diatópico, diastrático, intrafalante e interfalante porque abordam a poesia e o poema em diferentes contextos.

A carga horária total de cada disciplina são de 60h, sendo 45h de teorias e 15h de práticas. A disciplina do 6º semestre visa refletir sobre o ensino-aprendizagem da poesia hispânica para a Educação Básica e a disciplina do 5º semestre, na reflexão da prosa em castelhano para a Educação Básica.

As disciplinas *Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola I* e *Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola II* são oferecidas respectivamente no 9º e 10º semestre letivo. Ambas disciplinas são de perspectiva sincrônica e estão compostas pelos cinco eixos de variação “Produção de materiais didáticos e avaliativos adequados aos distintos contextos sócio-educacionais e em interação com a prática reflexiva” (PPC-UNIFESP, p. 65), e têm como prática pedagógica o estudo da LESP como LE no contexto brasileiro. Além disso, a disciplina *Fundamentos do Ensino de Língua Espanhola II* tem como foco

a produção de materiais didáticos a partir de materiais autênticos para os distintos contextos sócio-educacionais. Essas disciplinas possuem a carga horária de 60h, sendo 30h de teorias e 30h de práticas.

A disciplina *Língua Espanhola VI* é de perspectiva sincrônica e possui os cinco eixos de variação por trabalhar a compreensão oral e escrita “Prática integrada da compreensão e produção oral e escrita, tendo como viés fundamental as relações entre os discursos e as práticas sociais” (PPC-UNIFESP, p. 111). Não é mencionado o semestre em que é ministrada, mas tem como pré-requisito para cursá-la a disciplina *Língua Espanhola VI*. A disciplina *Língua Espanhola VI* tem como foco o contraste entre a LESP e a LP na produção oral e escrita, bem como o estudo da diversidade linguística e cultural dos países hispânicos e possui a carga horária total de 60 h, sendo 30h de teorias e 30h de práticas.

A disciplina *Literaturas Contemporâneas em Castelhana* é de perspectiva sincrônica porque estuda a literatura na sua contemporaneidade “análise e interpretação de narrativas e poemas produzidos nos diferentes países em que o castelhano é língua oficial, na contemporaneidade” (PPC-UNIFESP, p. 112). Essa disciplina possui quatro eixos de variação: diatópico, diastrático, intrafalante e interfalante e, são estudados narrativas e poemas produzidos nos diferentes países hispânicos. Não há menção sobre em qual semestre é ministrada e não há pré-requisitos para cursá-la. A carga horária total é de 60 h, sendo 45h de teorias e 15h de práticas.

A disciplina *Literaturas em Castelhana: Estudos Temáticos* é de perspectiva sincrônica e diacrônica, pois busca-se estudar e “analisar e interpretar textos literários em castelhano, produzidos em diferentes contextos históricos e sociais” (PPC-UNIFESP, p. 113). E possui quatro eixos de variação: diatópico, diastrático, intrafalante e interfalante por partir do estudo de temas como variedades estéticas e linguísticas e culturais e analisar textos a partir de diversos contextos. Não há menção sobre em qual semestre é ministrada e não há pré-requisitos para cursá-la. A carga horária total é de 60 h, sendo 45h de teorias e 15h de práticas.

As disciplinas *Práticas de Tradução em Língua Espanhola*, *Tópicos sobre Variedades da Língua Espanhola* e *Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos* são de perspectivas sincrônicas por não abordar o processo evolutivo da língua “Introdução ao exercício da tradução no par espanhol-português” (PPC-UNIFESP, p. 114) e “Estudo do contato do espanhol com o português brasileiro e outras línguas” (PPC-UNIFESP, p. 115). Essas disciplinas também

estão compostas pelos cinco eixos de variação por trabalharem as variedades linguísticas da LESP através de diferentes gêneros textuais e na produção de materiais didáticos autênticos “Prática envolvendo diferentes gêneros textuais e a abordagem de suas dimensões linguísticas, estilísticas, culturais e estéticas” (PPC-UNIFESP, p. 114).

Na disciplina *Práticas de Tradução em Língua Espanhola* não é mencionado o semestre letivo, mas para cursá-la, é exigido como pré-requisito a disciplina *Língua Espanhola V*. O foco da disciplina *Práticas de Tradução em Língua Espanhola* é a tradução entre LESP e LP com base em diferentes gêneros textuais a partir de dimensões linguísticas, estilísticas, culturais e estéticas.

Na disciplina *Tópicos sobre Variedades da Língua Espanhola* também não é mencionado, mas não há pré-requisito para cursá-la. Essa disciplina tem como foco a análise da LESP e de suas variedades e suas políticas linguísticas. Além disso, é estudado em conjunto a LESP e a LP.

Na disciplina *Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos* não é mencionado o semestre letivo, mas para cursá-la, é exigido como pré-requisito a disciplina *Língua Espanhola I*. Na disciplina *Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos*, o foco é a produção de materiais didáticos para o ensino de LESP como LE. Essa produção envolve análise, pesquisa e avaliação para os materiais didáticos sejam autênticos e que incentivem os alunos a estudar os temas abordados.

A carga horária total das disciplinas citadas é de 60h, sendo 30h de teorias e 30h de práticas para cada uma. Pode-se observar o comprometimento do curso em levar o licenciando a trabalhar as variedades linguísticas em LESP e LP em consonância, o estudo do contraste entre essas línguas corrobora para que a aprendizagem e a percepção sobre a heterogeneidade das línguas seja (re)conhecida.

Há uma disciplina que corrobora para o entendimento das legislações que estiveram vigentes na Educação Básica. Essa disciplina denominada *Políticas Governamentais para o Ensino de Língua e Literatura na Educação Básica* trata das seguintes legislações: LDB, PCN, OCEM e Lei 11.645. É de grande valia para o licenciando ter uma percepção desses documentos oficiais que foram diretrizes para o ensino na Educação Básica. De acordo com o PPC-UNIFESP, esses documentos corroboram para que as concepções teórico-metodológicas orientem o licenciando na sua prática docente.

De maneira geral, pode-se dizer que as disciplinas de LESP da UNIFESP têm como foco o estudo da LESP em diferentes contextos históricos e sociais. A partir das ementas dessas disciplinas, pode-se verificar que:

- Em todas as disciplinas apresentadas, a carga horária total está dividida entre teoria e PCC;

- Não há menção de laboratórios ou outros tipos de ambientes designados às aulas práticas;

- As disciplinas relacionadas à Literatura buscam refletir sobre o ensino-aprendizagem da poesia e poema hispânico para a Educação Básica;

- As disciplinas têm como prática pedagógica o estudo da LESP como LE no contexto brasileiro;

- As disciplinas *Língua Espanhola VI*, *Literaturas Contemporâneas em Castelhana*, *Tópicos sobre Variedades da Língua Espanhola*, *Práticas de Tradução em Língua Espanhola* e *Literaturas em Castelhana: Estudos Temáticos* se referem às Unidades Curriculares de Livre Escolha (UCLE). O licenciando pode cursar até 3 disciplinas dessa unidade ou escolher outras unidades como Complementação de Formação, Formação Específica ou Domínio Conexo;

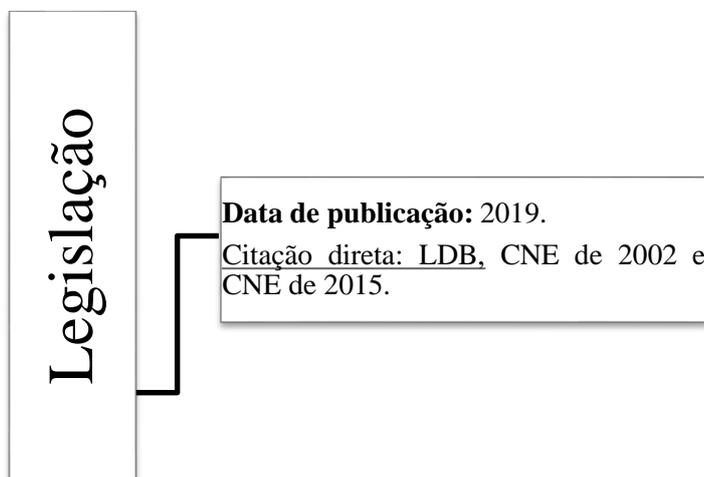
- A disciplina *Elaboração de Material Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: Aspectos Teóricos e Práticos* é ofertada a partir das Unidades Curriculares de Formação de Professores (UCFPs). O licenciando tem como obrigatoriedade de cursar 2 disciplinas dessa unidade;

- Todas as disciplinas estudadas contemplam temas que atendem à Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, à Lei n. 10.639/2003, à Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 e à Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.

- A carga horária do curso deste PPC é de 3.200h, essa carga horária não atende a Resolução CNE/CP nº 2 de 2015.

A variação linguística é abordada a partir da reflexão sobre valores sociais e históricos, uma vez que a língua estudada a partir da cultura faz com que o licenciando reflita sobre as variações linguísticas como decorrência da cultura em que a língua está inserida.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



De acordo com o PPC-UNIFESP, nas disciplinas *Língua Espanhola I, Língua Espanhola II, Língua Espanhola III, Língua Espanhola IV, Língua Espanhola V, Literaturas em Castelhana: prosa, Literaturas em Castelhana: poesia* são abordados temas que atendem Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, à Lei n. 10.639/2003, à Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 e à Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Essas Resoluções mencionadas referem-se aos Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira relações étnico-raciais e Educação Ambiental.

O presente PPC foi elaborado no ano de 2019. No que concerne à legislação de referência, o PPC-UNIFESP foi estruturado com base na LDB (1996), na Resolução CNE/CES nº 18 de 2002⁸⁹ e na Resolução CNE/CP nº 2 de 2015. O estudo da Resolução de 2015 está presente na redação do PPC-Avaré também.

Além disso, de maneira indireta, foi observado através das disciplinas estudadas as seguintes legislações: LDB, PCNs e OCEM. Foram identificadas nessas disciplinas o estudo das manifestações linguísticas, o estudo da LESP como LE no contexto brasileiro, o contraste entre a LESP e a LP e o estudo dos diferentes gêneros textuais.

⁸⁹ A presente Resolução orienta a formulação do PPC dos Cursos de Letras e estabelece as Diretrizes Curriculares tendo em vista os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001.

5.7 FFLCH- USP

Quadro 21. Identificação do PPC-FFLCH- USP

IES	Bacharelado com Licenciatura em Letras	Resolução (CNE/CP)	Início do curso Ano/Semestre	Período	Carga horária	Ano do PPC
FFLCH	Espanhol/Português	2/2002	1940/1º	Diurno/Noturno	3.630h	2011

Fonte: Elaboração própria

O Curso de Letras da FFLCH- USP teve um novo formato de Licenciatura implementado no ano de 2008. De acordo com o PPC, as mudanças atenderam à LDB e à Resolução CNE/CP nº 1 e 2 de 2002.

A respeito da concepção do Curso de Letras, o documento aponta que

O domínio adequado da norma culta, em sua modalidade escrita, e da língua estrangeira em que o aluno se formará deveria ser pré-requisito indispensável para começar um curso superior de Letras. (PPC-FFLCH, 2008, p. 10).

O Curso de Letras da FFLCH- USP idealiza que o futuro licenciando saia da Educação Básica já com o domínio da norma culta como sustenta o documento PCN+⁹⁰. O PPC-FFLCH-USP sustenta, como o PPC- UNIFESP, que o Curso de Letras é o lugar onde se deve refletir sobre a linguagem.

Um curso de Letras é o lugar onde se aprende a refletir sobre os fatos linguísticos e literários, analisando-os, descrevendo-os e explicando-os. A análise, a descrição e a explicação do fato linguístico e literário não podem ser feitas de maneira empírica, mas devem pressupor reflexão crítica bem fundamentada teoricamente. (PPC-FFLCH, 2008, p. 10)

Como objetivos do Curso de Letras, a FFLCH- USP visa proporcionar ao licenciando um estudo sobre diferentes aspectos da linguagem humana como:

- a) compreender o funcionamento da linguagem humana;
- b) compreender a heterogeneidade constitutiva dos discursos com que os homens exprimem sua visão de mundo;
- c) compreender a estrutura das línguas naturais; (PPC-FFLCH, 2008, p. 13)

A respeito do perfil o profissional em Letras, espera-se que o licenciado saia do Curso de Letras com as seguintes habilidades⁹¹:

⁹⁰ No documento PCN+ (BRASIL, 2002), a norma culta deve ter lugar garantido na escola, mas não pode ser a única variedade a ser considerada.

⁹¹ O termo “habilidade” é usado no decorrer do PPC-FFLCH.

- a) ter capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento de uma língua, em seus componentes fonológico, gramatical e semântico;
- b) ter capacidade de (re)conhecer as variedades linguísticas diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas existentes;
- c) compreender o funcionamento da linguagem humana em suas dimensões psicológicas, históricas, políticas e ideológicas e, principalmente, o fato de que a mudança e a variação são inerentes a ela;
- d) analisar as condições de uso da linguagem, sendo capaz de descrever as coerções internas e a heterogeneidade constitutiva que produzem o sentido do texto, ou seja, sua estrutura e sua historicidade; (PPC-FFLCH, p. 14)

O Curso de Letras da FFLCH- USP possui habilitações em Letras divididas em 5 grupos: Português; Letras Estrangeiras Modernas; Letras Orientais; Letras Clássicas e Linguística. A LESP pertence à habilitação LEM e tem como habilidades específicas:

- a) domínio do uso da língua estrangeira moderna, nas suas modalidades oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- b) percepção da literatura como forma de conhecimento e de reconhecimento das diversas realidades culturais;
- c) percepção dos contextos interculturais que operam na alteridade construída pela tradução quando da passagem de uma língua, cultura e literatura para outra língua, cultura e literatura. (PPC-FFLCH, p. 14)

A respeito do Curso de Letras e a realidade educacional brasileira, o PPC-FFLCH enfatiza a importância do licenciado conhecer o funcionamento da LP, bem como as diversidades que acompanham a língua “Evidentemente, um graduado em Letras deve conhecer a estrutura e o funcionamento da Língua Portuguesa, compreender os fatos linguísticos, reconhecer a diversidade de usos e respeitar as variedades linguísticas que se apresentam.” (PPC-FFLCH, p. 17)

A FFLCH- USP apresenta 5 níveis da língua em que os licenciandos vão se deparar no primeiro ano de formação, sendo “os níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo.” (PPC-FFLCH, p. 21).

As disciplinas oferecidas pelo Curso de Letras têm por objetivo:

- a) propor a reflexão dos processos de ensino-aprendizagem de línguas e literaturas vernáculas e estrangeiras a partir de uma perspectiva intercultural;
- b) preparar e aplicar o material em laboratórios didáticos específicos que criam espaços de reflexão teórica a partir da prática pedagógica supervisionada;
- c) desenvolver atividades de ensino e pesquisa. (PPC-FFLCH, p. 42)

De acordo com esses objetivos, os licenciandos terão conhecimentos de alcance linguístico e cultural, a partir das disciplinas oferecidas pelo Curso de Letras.

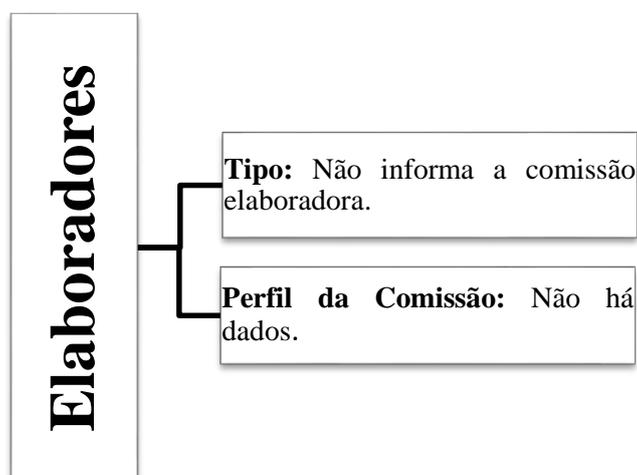
Além disso, a disciplina “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa” discute os fenômenos de variação.

A disciplina Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa tem a finalidade de levar os alunos à reflexão de que os fenômenos de variação e mudança são intrínsecos à linguagem humana. Podem refletir melhor sobre esses aspectos numa língua da qual são falantes nativos. (PPC-FFLCH, p. 21)

De acordo com o documento, as disciplinas de estudos linguísticos abordam as descrições de usos e variações, bem como a estrutura da LP e LE, a saber, os estudos linguísticos busca levar os licenciandos a compreenderem o funcionamento da língua que se estuda. O licenciando de habilitação em LESP, por exemplo, deve construir seu saber a partir:

a) da observação e interpretação das grandes zonas em que o funcionamento do espanhol se aproxima e se distancia linguística e culturalmente do português brasileiro; b) da quebra da frequente identificação imaginária da língua espanhola com uma "língua formal"; c) do tratamento da variedade interna do espanhol e da que surge da comparação entre ele e o português brasileiro à luz de processos sócio-históricos; (PPC-FFLCH, p. 27)

A) COMISSÃO ELABORADORA

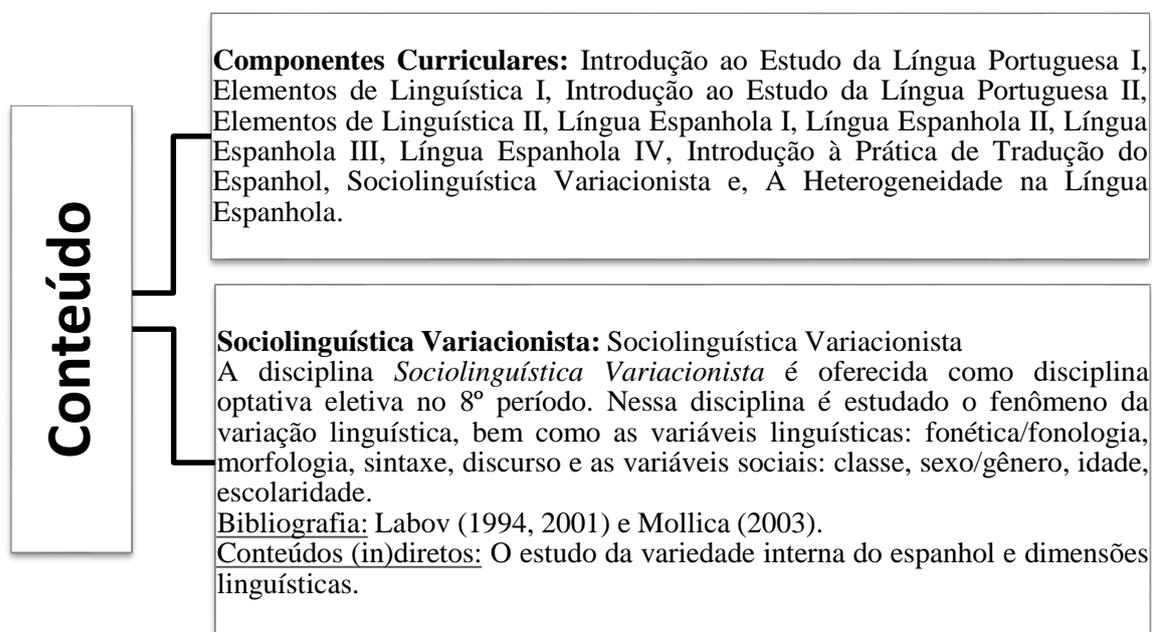


O PPC não está disponível na página *web* da FFLCH-USP. A pesquisadora solicitou esse documento, via *e-mail*, ao então coordenador do Curso de Letras. Além disso, a página *web* da FFLCH-USP não aponta nenhuma Resolução que dispõe sobre o Conselho de Curso de Graduação para identificar se compete ao Conselho de Curso a elaboração do presente PPC. Nele não consta o nome dos integrantes da comissão elaboradora.

A respeito das referências utilizadas no decorrer do PPC-FFLCH, tem-se a referências dos seguintes autores: Lucien Goldmann (1987) estuda o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade. Hegel (ano?) fala sobre o vasto papel da Literatura e suas possibilidades. Roman Jakobson (1969) ressalta que a linguística abarca o campo da poética. Marilena Chauí (ano?) disserta sobre a relação de ensino e pesquisa no âmbito acadêmico.

Esse documento possui 58 páginas de extensão não há dados e informações para analisar a comissão elaboradora.

B) DISCIPLINAS E SUA DISTRIBUIÇÃO



As disciplinas da grade curricular não estão divulgadas no PPC-FFLCH. A pesquisadora as buscou na página *web* da Instituição FFLCH-USP, no link “Grades Curriculares Sistema Jupiterweb”.

Essas disciplinas são exibidas a partir dos seguintes componentes: 1) identificação, 2) objetivos 3) programa, 4) avaliação, 5) bibliografia. A partir dessa estrutura, foi analisada a temática “variação linguística” presente nas disciplinas de LESP deste PPC. Na Tabela 13 está a lista de disciplinas extraídas da página *web* da Instituição FFLCH-USP relacionadas às variedades linguística de LP e de LESP⁹². As disciplinas obrigatórias que abordam o estudo das variedades linguísticas contabilizam um total de 22,31%⁹³ da carga horária oferecida do Curso de Letras.

Tabela 13. Disciplinas relacionadas às variedades linguísticas de LP e LESP (FFLCH- USP).

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I	60
Elementos de Linguística I	60
Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa II	60
Elementos de Linguística II	60
Língua Espanhola I	120
Língua Espanhola II	150
Língua Espanhola III	150
Língua Espanhola IV	150
TOTAL	810
Disciplinas Optativas Eletivas	
Introdução à Prática de Tradução do Espanhol	
Sociolinguística Variacionista	
A Heterogeneidade na Língua Espanhola	
	*94
Disciplinas Optativas Livres	
Tradução Comentada do Espanhol III	
Tradução: Análise Contrastiva Espanhol/Português	
Estudos Comparados entre a Língua Espanhola e o Português Brasileiro	
Produção e Compreensão em Língua Espanhola	
	*95

Fonte: Elaborado pela autora

A disciplina *Sociolinguística Variacionista* é oferecida como disciplina optativa eletiva no 8º período. O nome da disciplina já sugere a vertente em que se respalda. Essa

⁹² Essas disciplinas são ofertadas semestralmente.

⁹³ Cálculo de porcentagem: (Número de créditos das disciplinas/número de créditos de todas as disciplinas da grade curricular) x 100, sendo $810/3630 \times 100 = 22,31\%$

⁹⁴ A respeito às disciplinas optativas eletivas e/ou optativas livres, o licenciando precisa cumprir um total de 78 créditos.

⁹⁵ O licenciando precisa cumprir um total de 78 créditos de disciplinas optativas eletivas e/ou optativas livres.

vertente tem como objetivo central estudar o uso da língua em seus diferentes registros na comunidade de fala.

Um dos objetivos dessa disciplina é levar o licenciando a verificar na prática análises sobre a variação linguística a partir de dados coletados no curso da disciplina ou retirado de materiais disponíveis, uma vez que o foco da Sociolinguística é estudar o uso da língua em seus diferentes registros entre os interlocutores. Assim como Labov (1962) se dedica ao estudo da língua e o contexto social, essa disciplina estuda as variáveis linguísticas (fonética/fonologia, morfologia, sintaxe, discurso) e as variáveis sociais (classe, sexo/gênero, idade, escolaridade.)

Os autores Labov (1994, 2001) e Mollica e Braga (2003) compõem a bibliografia, como UNIFESP. Conforme mencionado, o foco dessa disciplina é a Sociolinguística Variacionista. Além disso, noções de estereótipos sociolinguísticos são estudados no decorrer da disciplina. A disciplina *Sociolinguística Variacionista* possui 3 créditos de 60h de carga horária total, dedicando 20h em PPC. Na ementa está descrito que há 2 docentes responsáveis por essa disciplina.

Assim como o Curso de Letras da UFSCar a disciplina de Sociolinguística é oferecida de maneira optativa. Essa disciplina é oferecida pelo Curso de Letras da FFLCH-USP no último semestre letivo, ou seja, o licenciando que tiver disponibilidade em cursar essa disciplina, só terá contato com os conceitos sociolinguísticos no final do curso. Sabe-se de que a variação pode (e deve) perpassar por outras disciplinas.

Por um lado, pode-se ver um aspecto positivo porque o licenciando que cursar a disciplina sairá do curso com essa temática “fresca” para colocar em prática nas aulas de Educação Básica. Além disso, o licenciando já terá mais maturidade acadêmica para analisar os fenômenos abordados na disciplina, bem como os procedimentos metodológicos. Por outro lado, é negativo porque o licenciando passou a graduação inteira sem (re)conhecer os conceitos sociolinguísticos abordados nessa disciplina. Não é informado se há laboratórios ou ambientes fora da sala de aula para as PCCs.

A disciplina *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I* é obrigatória e ofertada no 1º semestre letivo, possui 60h de carga horária total, sendo 20h em PCCs. Essa disciplina teve-se início em 2020. Nessa disciplina é apontado que o licenciando estudará temas como a formação histórica da Língua Portuguesa, a variação e a mudança linguística.

O Curso de Letras deu prioridade à disciplina *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I* à disciplina optativa *Sociolinguística Variacionista*. Na disciplina

Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I, o foco é o estudo das Variedades regionais, sociais e individuais do português no Brasil. Entretanto, essas duas disciplinas não podem ser comparadas, pois possuem estudos distintos.

No que diz respeito à distribuição das disciplinas relacionadas à LESP, o estudo da variação linguística pode ser identificado (in)diretamente como variedade interna do espanhol e dimensões linguísticas.

O Quadro 22 refere-se às disciplinas de LESP que faz menção às variedades linguísticas e são apresentadas a partir dos eixos de variação e o estudo da língua de Coelho et al (2015) e Saussure (1995).

Quadro 22. Disciplinas de LESP, estudo da língua e seus eixos de variação (FFLCH- USP).

Disciplinas	Estudo da língua	Eixos de variação
Língua Espanhola I	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola II	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola III	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Língua Espanhola IV	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Introdução à Prática de Tradução do Espanhol	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
A Heterogeneidade na Língua Espanhola	Sincronia/Diacronia	Diatópico/Diastrático/ Diamésica/Intrafalante/Interfalante
Tradução Comentada do Espanhol III	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/ Interfalante
Tradução: Análise Contrastiva Espanhol/Português	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/ Interfalante
Estudos Comparados entre a Língua Espanhola e o Português Brasileiro	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/ Interfalante
Produção e Compreensão em Língua Espanhola	Sincronia	Diatópico/Diastrático/ Intrafalante/ Interfalante

Fonte: Elaborado pela autora

As disciplinas *Língua Espanhola I*, *Língua Espanhola II*, *Língua Espanhola III* e *Língua Espanhola IV* são oferecidas respectivamente no 3º, 4º, 5º e 6º semestre letivo. Essas disciplinas de perspectivas sincrônicas e diacrônicas “do tratamento da variedade interna do espanhol e da que surge da comparação entre ele e o português brasileiro à luz de processos sócio-históricos, superando assim a visão da língua como um estoque de palavras, de sons e de frases” e “da observação e interpretação dos pontos em que o funcionamento do espanhol se aproxima e se distancia linguística e culturalmente do

português brasileiro” (Jupiterweb⁹⁶) porque abordam as variedades da LESP e da LP a partir de processos sócio-históricos e, possuem os cinco eixos de variação por promover situações discursivas entre a variação e cultura em LESP e LP.

Além disso, essas quatro disciplinas possuem os mesmos objetivos que são capacitar o licenciando a observar e interpretar o funcionamento da LESP e cultura em contraste com a LP, bem como o estudo variedade interna da LESP em detrimento da LP e um panorama a partir de estudos teóricos e práticos do processo de ensino-aprendizagem da LP a brasileiros. Além disso, nessas disciplinas são abordadas as seguintes temáticas: elementos de fonética e fonologia e sintaxe (*Língua Espanhola I*), aspectos morfológicos e sintaxe (*Língua Espanhola II*), léxico e aspectos morfológicos (*Língua Espanhola III*) e léxico (*Língua Espanhola IV*).

A respeito da carga horária total dessas disciplinas, a disciplina *Língua Espanhola I* contabiliza 120h, sendo 20h para as PCCs e o restante das disciplinas contabilizam 150h, sendo 20h destinadas para as PCCs.

A disciplina *Introdução à Prática de Tradução do Espanhol* é ofertada como disciplina optativa eletiva oferecida no 6º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica e diacrônica “a exposição a problemas de tradução variados, nas dimensões lingüísticas, estilísticas e culturais, em diferentes tipologias textuais” (Jupiterweb) e está composta pelos cinco eixos de variação por abordar a tradução de temas variados nas dimensões linguísticas, estilísticas e culturais. Essa disciplina contribui para a desconstrução de crenças de traduções simplistas sobre a linguagem, uma vez que a tradução é guiada pelo contexto e o público-alvo.

A disciplina *A Heterogeneidade na Língua Espanhola* é ofertada como disciplina optativa eletiva oferecida no 7º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica e diacrônica por estudar a língua no seu processo evolutivo e o momento atual da língua “desenvolva conceitos para interpretar as diferenças históricas que dividem a língua espanhola” e “identifique as principais características fonéticas e morfo-sintáticas do espanhol falado nas diferentes regiões da América” (Jupiterweb). Também está composta dos cinco eixos de variação em relação à LESP do mundo hispânico e suas diferenças com a LP. Noções de variação fonética (seseo e outros fenômenos relativos às sibilantes) e de variação morfo-sintática (leísmo e fenômenos associados).

⁹⁶ Os fragmentos das ementas das disciplinas foram retirados da página web Jupiterweb.

Essa disciplina trabalha com a heterogeneidade do espanhol na Espanha e a América, assim como a identificação das características fonéticas e morfo-sintáticas da LESP falada nas regiões da América. Além disso, o contraste entre a LESP e LP são estudados. A disciplina *A Heterogeneidade na Língua Espanhola* deveria ser ofertada de maneira obrigatória logo no início do curso para os licenciandos, pois o conteúdo dessa disciplina está relacionado com a desconstrução de estereótipos relacionados a LESP. Essas informações são importantes para que os licenciandos não saiam do curso valorizando uma língua de uma região em detrimento de outra. Por mais que essa disciplina não seja oferecida na grade de disciplinas obrigatórias, percebe-se a preocupação dos docentes em abordar o tema da variação linguística no decorrer da disciplina.

As disciplinas optativas eletivas *Introdução à Prática de Tradução do Espanhol* e *A Heterogeneidade na Língua Espanhola* possuem 60h de carga horária total, não oferecem horas para as PCCs.

A disciplina *Tradução Comentada do Espanhol III* é ofertada como disciplina optativa livre no 7º semestre letivo. Essa disciplina é de perspectiva sincrônica “trabalha a noção de discursos científico e jornalístico como gêneros híbridos, com características estruturais específicas, mas também com marcas culturais que os definem como próprios de determinada cultura, num dado momento do tempo” (Jubiterweb) porque trabalha os gêneros discursivos acadêmico e jornalístico em um dado momento do tempo e está composta por quatro eixos de variação: diatópico, diastrático intrafalante e interfalante por trabalhar a tradução a partir de diferentes materiais. Além disso, os aspectos linguísticos e culturais de LESP e LP são levados em conta na hora da tradução. As disciplinas possuem 2 créditos aula de 90h de carga horária total.

As disciplinas *Tradução: Análise Contrastiva Espanhol/Português, Estudos Comparados entre a Língua Espanhola e o Português Brasileiro* e *Produção e Compreensão em Língua Espanhola* são disciplinas optativas eletivas ofertadas no 8º semestre letivo, último semestre do curso. Essas disciplinas são de perspectiva sincrônica “focalizar pontos onde o funcionamento do português brasileiro e do espanhol se distanciam de maneira instigadora para a reflexão” (Jubiterweb) e apresentam os cinco eixos de variação “Favorecer uma reflexão sobre o papel da comparação linguística no ensino em diferentes âmbitos” (Jubiterweb). As duas primeiras disciplinas trabalham a comparação entre a estrutura da LESP e a LP e contribuem para a reflexão sobre o papel dessas línguas a partir de aspectos pragmáticos, enunciativos e discursivos.

A disciplina *Produção e Compreensão em Língua Espanhola* trabalha a LESP a partir de atividades em diversos contextos. Nessa disciplina são contemplados aspectos pragmático-discursivos da língua em situação de interação. Essas três disciplinas optativas eletivas possuem uma carga horária total de 60h. A disciplina *Estudos Comparados entre a Língua Espanhola* oferece 20h em PPC.

De maneira geral, a maioria das disciplinas do Curso de Letras da FFLCH visa apresentar aos licenciandos a LESP em seu processo diacrônico. A partir das disciplinas estudadas, foi identificado que:

- A disciplina *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I* é obrigatória e tem como foco temas como a formação histórica da Língua Portuguesa, a variação e a mudança linguística enquanto que a disciplina *Sociolinguística Variacionista* é ofertada como optativa livre e tem como foco os conceitos da Sociolinguística, bem como as variáveis linguísticas e as variáveis sociais.

- As disciplinas *Língua Espanhola I, Língua Espanhola II, Língua Espanhola III, Língua Espanhola IV, Tradução: Análise Contrastiva Espanhol/Português, Estudos Comparados entre a Língua Espanhola e o Português Brasileiro, Produção e Compreensão em Língua Espanhola e A Heterogeneidade na Língua Espanhola* trabalham o contraste entre a LESP e a LP.

- O estudo das variáveis linguísticas em consonância com as culturas hispânicas é apontado nas disciplinas.

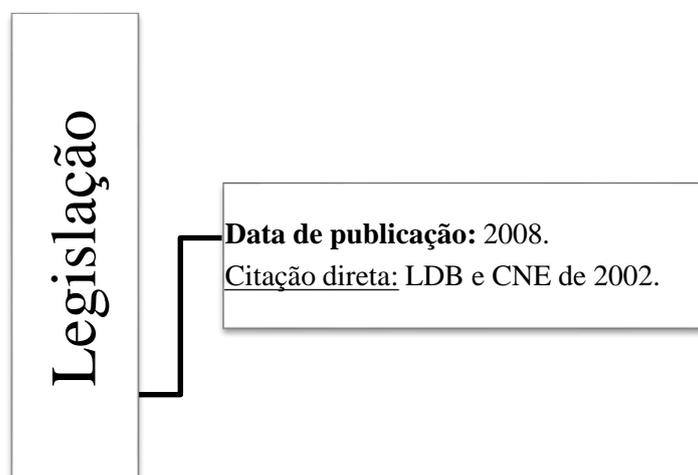
- A desconstrução de crenças sobre a LESP na Espanha e na América são retratadas a partir de disciplinas como *Produção e Compreensão em Língua Espanhola e A Heterogeneidade na Língua Espanhola Espanhol*.

- Nas ementas das disciplinas de literaturas não são retratadas o tema desta pesquisa.

- Muitas disciplinas possuem carga horária para as PCCs, no entanto, não é mencionado onde são realizadas essas práticas, se há laboratório ou ambientes disponíveis.

O Curso de Letras da FFLCH-USP é o único curso dentre os analisados nesta pesquisa que atende a carga horária da Resolução que estava vigente no período de elaboração do PPC. A FFLCH-USP atende a Resolução CNE/CP nº 1 de 19 de fevereiro de 2002. A sua carga horária é de 3.630h, sendo exigida pela Resolução uma carga horária mínima de 3.600h.

C) LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA



No PPC-FFLCH está expresso que o documento atende a lei LDB (1996) e a Resolução CNE nº 1 e 2 de 2002.

De maneira indireta, a partir das disciplinas pode ser observados as seguintes legislações no decorrer das ementas: LDB, PCN's e OCEM. Nessas disciplinas foram identificadas a reflexão sobre a pluralidade da LESP e sua heterogeneidade, os aspectos linguísticos e culturais e o contraste entre a LESP e LP.

O PCN para o ensino básico sustenta que a consciência crítica sobre a linguagem e os aspectos sociopolíticos são temas centrais que servem de apoio às discussões, desenvolvimento e aprendizagem de LE e esses temas estão presentes nas disciplinas de LESP do Curso de Letras da FFLCH e por isso, nota-se que há a preocupação em preparar os licenciandos de acordo com a legislação vigente para atuarem no Ensino Básico

5.8 SÍNTESE DA ANÁLISE

1) Comissão elaboradora

Quadro 23. Síntese Comissão Elaboradora

Instituição	Nº docentes	Nº técnicos	Nº discentes	Comentário
IFSP-Avaré	10	0	0	- Formado por 10 docentes e 1 Intérprete de Libras, sendo 5 docentes de Letras, 2 docentes de Pedagogia, 1 docente de Filosofia, 1 docente História da Arte e 1 Colaboradora docente ad hoc. - Os docentes são especialistas na área de formação de professores.
FCL-UNESP	7		2	Formado por 7 docentes e 2 discentes. Os membros do Conselho mudam a cada 2 anos (Há especialistas na área de Literatura Brasileira, na área de Ensino de Línguas e na área de Formação de professores).
FCLAR - UNESP	8	0	3	- Formado pelo Conselho de Curso de Graduação. - Os membros do Conselho mudam a cada 2 anos.
IBILCE	4	0	2	- Formado pelo Conselho de Curso de Graduação. - Os membros do Conselho mudam a cada 2 anos.
UFSCar	3	0	0	- Formado por 3 docentes. - Os docentes são especialistas nas seguintes áreas: 1) docente atua na área de Ensino/Aprendizagem de Línguas e Formação de Professores de LE; 2) docente atua na área de Linguística com ênfase em Enunciação Linguística e Ensino de Língua, 3) docente na área de Práticas de Leitura e Produção de Texto no processo de Ensino/Aprendizagem de LE.
UNIFESP	8	1	1	- Formado por 8 docentes coordenadores do Bacharelado/da Licenciatura em Letras, 1 servidor técnico de assuntos educacionais e 1 representante discente. - Há docentes que são coautores de livros didáticos para ensino de LP e LESP e docente com experiência em Formação de Professores.
FFLCH-USP	n/d	n/d	n/d	- Não foi possível identificar a comissão elaboradora.

Fonte: Elaboração própria

2) Disciplinas e sua Distribuição

Quadro 24. Síntese Disciplinas e sua Distribuição

Disciplina Sociolinguística	O estudo da variação linguística nas disciplinas de LESP	Vertente Sociolinguística do curso	Conformidade com as demais Legislações complementares	Observação
Sociolinguística (IFSP-AVR, IBILCE, FCL-UNESP e UNIFESP) Variação e Mudança linguística (FCLAR-UNESP) Sociolinguística e Ensino (UFSCar) Sociolinguística Variacionista (FFLCH-USP)	Em todos os PPCs, são propostos o entendimento e a reflexão por parte dos licenciandos para identificar a diversidade linguística e cultural, bem como estabelecer comparações entre a LP e LESP.	Sociolinguística Educacional (IFSP-AVR, FCLAR-UNESP, IBILCE, UFSCar, UNIFESP e FFLCH-USP) Sociolinguística Variacionista (FCLAR-UNESP e FFLCH-USP)	LDB (IFSP-AVR, FCLAR-UNESP, IBILCE, UFSCar, UNIFESP e FFLCH-USP) PCN'S (IFSP-AVR, IBILCE, UFSCar, UNIFESP e FFLCH-USP) PCN+ Ensino Médio (IBILCE) OCEM (IFSP-AVR, UFSCar, UNIFESP e FFLCH-USP)	FCLAR-UNESP: <i>Língua Espanhola I</i> há menção à variedade estandar da LESP. FCLAR-UNESP: Não houve menção à variedade linguística relacionada à cultural como um produto sociocultural. UFSCar: Autonomia do licenciando para realizar traduções e versões (produção oral e escrita) a partir dos estudos da variação linguística e cultural. UFSCar e FFLCH-USP: A desconstrução de crenças sobre a LESP na Espanha e na América são retratadas a partir de disciplinas.

Fonte: Elaboração própria

3) Legislação de Referência

Quadro 25. Síntese Legislação de Referência

Instituição	Ano	CNE 2002	CNE 2015	Carga Horária	Comentários
IFSP- Avaré	2019		X	3.666,4h [sic]	
FCL- UNESP	2020			3.540h	Não há referência sobre essa Resolução
FCLAR - UNESP	2007			3.360h	Não há menção sobre a diretriz que o PPC segue.
IBLCE	2015			3.300h	Processo está em andamento.
UFSCar	2008	X		2.800h	
UNIFESP	2019	X	X	3.200h	
FFLCH-USP	2008	X		3.630h	

Fonte: Elaboração própria

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta pesquisa foi refletir sobre o lugar dos estudos da variação linguística nos PPCs de sete Cursos de Licenciaturas em Letras (LESP e LP) de cinco IES públicas do estado de São Paulo que estavam em vigor no ano de 2020.

Buscou-se descrever a partir das ementas das disciplinas de LESP como cinco eixos de variação (diatópico, diastrático, diamésico, intrafalante e interfalante) e dos dois estudos da língua (diacronia e sincronia), conforme conteúdos abordados por Coelho et al (2015) e Saussure (1995) são apresentados nessas disciplinas, além disso, foram identificados conteúdos indiretos e complementares relacionados à temática da pesquisa.

A partir da análise dos dados coletados é possível responder a pergunta que pautou esta pesquisa: 1) Quanto à variação linguística, como é a formação inicial prevista pelos PPCs de cursos de licenciatura em Letras, LESP e LP, de IES públicas do estado de São Paulo?

De maneira geral, nos PPCs analisados, busca-se que os professores em formação inicial se eduquem como profissionais voltados para o (re)conhecimento das variedades linguísticas e culturais nas áreas de LP e LESP e que saibam o funcionamento da língua em suas diferentes manifestações como verbal, oral e escrita para dar aulas na Educação Básica. Esse estudo das particularidades entre LESP e LM atende a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, exatamente no Capítulo II inciso VII onde é mencionado como a formação de profissionais de magistério deve ser pautada na promoção de reflexão de diferentes linguagens para o desenvolvimento e a criticidade do licenciando.

Ademais, foi identificado que a vertente da Sociolinguística Educacional é a que prevalece nas disciplinas, percebe-se a preocupação por parte dos Cursos de Letras em levar aos seus licenciandos o estudo da variação linguística pautado na promoção do respeito linguístico dentro e fora da universidade. Espera-se que esse respeito seja estendido, por parte dos futuros professores, na promoção de um ensino de qualidade na Educação Básica. Entretanto, pode-se notar que nos cursos de existência mais recente, IFSP- Avaré e UNIFESP, há interligação entre os conteúdos teóricos da área de linguística e a formação pedagógica estão melhor estabelecidos, visto que há a vinculação entre as disciplinas e as práticas no Ensino Básico, até mesmo nas disciplinas de literaturas em LESP. Nos cursos de origem anterior, esta vinculação não está clara nas ementas, sendo que, excetuando a UFSCar, as demais não fazem menção a procedimentos

ou orientações pedagógicas, como a análise e elaboração de materiais didáticos, por exemplo.

A preocupação quanto aos estudos da variação linguística está presente no próprio corpo discente, a elaboração de mudanças curriculares que consultem os estudantes e egressos pode demonstrar isso ao NDE. O Curso de Letras da FCL- UNESP, ao aplicar um questionário de avaliação relacionado aos conteúdos das disciplinas do curso, identificou que os licenciandos sentiam ausência de temas como Sociolinguística na área de estudo linguísticos. Após essa observação, o Curso de Letras contemplou as demandas dos licenciandos e atualmente, a disciplina *Sociolinguística* é oferecida de maneira obrigatória no primeiro semestre letivo.

A disciplina *Sociolinguística* é ofertada de maneira obrigatória em três PPCs (IFSP- Avaré, FCL- UNESP e IBILCE- UNESP), a disciplina *Variação e Mudança Linguística* é obrigatória pela FCLAR- UNESP e aborda a variação constitutiva das línguas, o panorama da Sociolinguística e seus conceitos básicos e de maneira optativa tem-se a disciplina *Sociolinguística* (UNIFESP), *Sociolinguística e Ensino* (UFSCar) e *Sociolinguística Variacionista* (FFLCH-USP).

O Curso de Letras da UFSCar deu prioridade a disciplina *Formação e Mudança da Língua Portuguesa* e o Curso de Letras da FFCLH- USP a disciplina *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I*, ambas são oferecidas de maneira obrigatória. Nestas disciplinas o panorama histórico da LP e as variedades e a mudança linguística do português do Brasil são estudados. Percebe-se que apesar desses cursos oferecerem uma reflexão e valorização sobre a variação linguística, aborda-se especificamente a LP.

Inicialmente, apresentamos como hipótese que os Curso de Licenciatura em Letras LESP teriam como um de seus desafios desmistificar o espanhol ‘puro’ e a prioridade dada à variedade conhecida como ‘espanhol peninsular’, uma vez que esta tendência era registrada em estudos acadêmicos e até documentos oficiais, como as OCEMs (2006). Esta hipótese não foi totalmente averiguada nos PPCS, visto que, como se registrou anteriormente, nas disciplinas dos cursos de LESP há a preocupação em abordar o estudo das variedades nos diferentes eixos estabelecidos por esta pesquisa. Entretanto, na ementa da disciplina *Língua Espanhola I* do PPC-FCLAR é abordado que “aspectos fonético-fonológicos, ortográficos, lexicais e morfossintáticos da variedade estandar da língua espanhola”, ou seja, é ensinando que há uma variedade estandar na LESP. As OCEM buscam desmitificar essa crença que muitos acreditam que a variedade peninsular é considerada a língua de prestígio. Em contraponto, na ementa da disciplina

A *Heterogeneidade na Língua Espanhola* do PPC-FFLCH é trabalhado a heterogeneidade do espanhol na Espanha e na América, assim como a identificação das características fonéticas e morfosintáticas da LESP falada nas regiões da América. O conteúdo dessa disciplina busca desconstruir estereótipos que a disciplina *Língua Espanhola I* do PPC-FCLAR busca implementar em sala de aula.

Através da análise pudemos notar que as disciplinas de LESP de PPCs como os PPCs da UFSCar, UNIFESP e FFLCH-USP contemplam políticas linguísticas, a variação linguística e os aspectos históricos da LESP. É importante notar que o caráter teórico das disciplinas que contemplam estes temas leva a reflexões sobre a prática pedagógica e a realidade do Ensino Básico.

No quesito carga horária, foi observado que apenas o Curso de Letras da FFLCH- atente a CNE/CP nº 1 de 19 de fevereiro de 2002, isto é, há seis Cursos de Letras com licenciatura dupla de quatro IES públicas que estão em desacordo com as Resoluções CNE de 2002 e de 2015 que prevê respectivamente a carga horária de 3600h e de 4000h. A ausência dessas horas que compõe a carga horária nos Cursos de Letras é prejudicial aos licenciandos que estão saindo da graduação. Santos (2016) e Faraco (2021) falam que a falta de formação por parte dos professores em seus cursos de licenciatura sobre a forma como abordar a variação linguística talvez estejam interligadas com o tempo limitado para abordar essa temática em sala de aula. A carga horária dos cursos e a distribuição por disciplinas poderá sofrer alterações se as futuras reformas seguirem as normas da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

A respeito da possível reformulação dos PPCs, para atender a Resolução CNE/CP nº 2/2019, dependerá dos resultados das eleições deste ano (2022) pois, como mencionado, a política educacional sofre os impactos do contexto político do país.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 181-208.
- AMORIM, M. A. de., CAVALCANTE, T. S. O ensino de literaturas na BNCC: Discurso e (re)existências possíveis. In: GERHARDT, A. F. L. M., AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 153-179.
- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.
- BORIN, M. A. **Sociolinguística**. Disponível em < <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16413>>. Acesso em 19 jan. 2021
- BAGNO, M. **A língua de Eulália: Novela Sociolinguística**, São Paulo:Contexto, 1997.
Preconceito linguístico o que é como se faz. 49 ed. São Paulo: Parábola, 2007.
- BOMFIM, AM; ANJOS, MB; FLORIANO, MD; FIGUEIREDO, CSM; SANTOS, DA; SILVA, CLC. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais e meio ambiente e saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, V.11, n.1, p.27-52, jan/abr de 2013.
- BORTONI-RICARDO. S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL.ODS. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em < <https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em 02 de agos. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Língua Estrangeira. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC** - Manual para preenchimento de processos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial. Dez/2015. Disponível em < <https://emec.mec.gov.br/documentospublicos/Manuais/40.pdf>>. Acesso em 16 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício 304/MEC**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 11 maio 2017. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/letras/wp-content/uploads/2018/09/oficio-304-2017-SE-CNE-MEC.pdf> >. Acesso em 23 maio de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Conhecimentos de Língua Portuguesa, Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico BNCC**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 27 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Conhecimentos de Língua Estrangeira: Espanhol, Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 374 de 2009**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1622-pces304-09-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 23 maio de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 04 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html> >. Acesso em 08 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749> >. Acesso em 08 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html> >. Acesso em 09 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em 04 jul. 2020.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 mai. 2021.

BRASIL. e-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em < <https://emec.mec.gov.br/> >. Acesso em 18 out. 2022

BRASIL. MEC. **Núcleo Docente Estruturante (NDE)**. Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 jan. 2022.

MEC/INEP. Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa. Atualizado em 02 de setembro de 2019. 4ª edição. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/apresentacao/glossario_4_edicao.pdf>. Acesso em 20 maio 2022.

CABELLO, Camila. Disponível em <<https://bit.ly/3irASRm>>. Acesso em 20 set. 2022

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

COELHO, IZ. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N.; MAY, G. H. **Sociolinguística**. São Paulo, SP: Editora Contexto.

CONSIDERA, A. L. Um museu de grandes novidades: A reforma do Ensino Médio. In: GERHARDT, A. F. L. M., AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 41-85.

EVANGELISTA, O; FIERA, L; TITTON, M. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. **Jornal Socialista e Independente**, 14 de nov. de 2019. Disponível em <<https://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

FREITAG, M. K; LIMA, G. O. S. **Sociolinguística**. CESAD Centro de Educação Superior a Distância – UFS, São Cristóvão - SE, 2010.

FREITAS, L. M. A. **Impactos da BNC-Formação no cursos de Letras UFF**. Instituto de Letras e NDE das Licenciaturas UFF. 29 abril 2021. [*Live meet*], Disponível em: <http://meet.google.com/vit-unqf-rdu>

_____. **Impactos da BNC-Formação nos Cursos de Licenciatura em Letras**. Setor de Estudos Árabes – Departamento de Letras Orientais e Eslavas – UFRJ. 15 mai. 2021. [*Live meet*], Disponível em: <http://meet.google.com/ibd-utky-hyj>.

_____. **Formação de professores de espanhol no Brasil: algumas reflexões**. **Eutomia**, Recife, p. 183-195, Dez.2012

FREITAS, L. M. A.; SELLES, S. E. Prática e estágio nas normativas brasileiras sobre formação docente: Sentidos em construção. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativa**. Disponível em

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8229905>>. Acesso em 02 maio 2022.
GERHARDT, A. F. L. M. Concepções de aprendizado na BNCC: Bases ideológicas e efeitos no ensino do português. In: GERHARDT, A. F. L. M., AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 87-120.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE– Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

_____. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. RAE– Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, C. A; SOUZA, C. N. R. Variáveis fonológicas. MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 73-80.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E. P. U, 2014.

Mudanças que MEC quer impor na formação de professores são associadas a interesses privados. **Associação dos docentes da UFF**. Disponível em <<http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/3944-mudancas-que-mec-quer-impor-na-formacao-de-professores-sao-associadas-a-interesses-privados>>. Acesso em 12 de maio de 2021.

LONDOÑO, R. A; CISNEROS-ESTUPIÑÁN, M.; IDÁRRAGA, L. E. T. **Sociolinguística: Enfoques Pragmático y varacionista**, 2º Ed. Ecoe Ediciones, Bogotá. D. C, 2012.

MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 27-31.

MORENO FERNÁNDEZ, F. FIAPE. V Congreso internacional: **¿Qué español enseñar y cómo? Variedades del español y su enseñanza**. Cuenca, 25-28/06-2014.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-25.

ONU - Organização das Nações Unidas Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> >. Acesso em 02 agos. 2021.

ORLANDI, E. P. **O que é lingüística?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODER CARMONA, A. C. **A variante vos e o ensino de espanhol:** algumas reflexões sobre o trabalho do docente e materiais didáticos. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, vol. 34, núm. 2 jul/dez, 2012, p. 223-232.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais.** n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SANTOS, A. G. **A variação da língua espanhola num curso de formação de professores de E/LE no Brasil.** 25/05/2016 79 f. Mestrado em LÍNGUA E CULTURA Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Reitor Macedo Costa.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** 18 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SCHERRE, M. M. P. Respeito linguístico. ARNT, R. SCHERRE, M. M. P. (orgs.). **Dicionário: rumo à civilização da religião e ao bem viver (e-book)**- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2021.

SILVA JÚNIOR, A. F., ERES FERNÁNDEZ, G. Ausência da língua espanhola na base Nacional Comum Curricular: Quais implicações esperar? In: GERHARDT, A. F. L. M., SZUNDY, P. T. C. A Base Comum Curricular e a lógica neoliberal: Que línguas(gens) são (des)legitimadas? In: GERHARDT, A. F. L. M., AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 121-151.

TAFFAREL, C. N. Z. **Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação):** Ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. ANFOPE, 2019, p. 1-7. Disponível em <<https://www.anfope.org.br/base-nacional-comum-para-formacao-de-professores-da-educacao-basica-bnc-formacao-ocultar-silenciar-inverter-para-o-capital-dominar/>>. Acesso em 09 de maio de 2021.

TÍLIO, R. A Base Comum Curricular e o Contexto Brasileiro. In: GERHARDT, A. F. L. M., AMORIM, M. A. de (Orgs). **A BNCC e o ensino de línguas e literaturas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 7-15.

VIEIRA, D. A. **A didatização de materiais autênticos para o ensino do italiano língua estrangeira.** 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. (Org.). **Introdução à Sociolingüística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.